

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Nove de Setembro de Dois Mil e Vinte

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos começar por uma formalidade que tem que ser e que é a substituição do Deputado Tiago Gonçalves e, por isso, iríamos começar por dar posse à Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves, que eu penso que já está. Ia-lhe pedir, Emília, se faz favor.” -----

- **Deputada Maria Emília Gonçalves (PSD):** “Juro, solenemente, por minha honra, que cumprirei, com lealdade, as funções que me são confiadas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Parabéns, bem-vinda. Peço que não me leve a mal que eu diga aqui, penso que será consensual que gostamos muito de a ter connosco, mas preferíamos que não tivesse tomado posse hoje. Eu vou começar por dar conhecimento das substituições que tenho aqui e, do Grupo Municipal do PSD, falta Luís António Couto Paula e é substituído por João Manuel da Costa Rosário Bandurra; falta também José Alexandre Pires e que é substituído pela Andreia Patrícia Plácido Fernandes; falta a Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito e é substituída por António José Jorge Terras; falta ainda Cristina Pereira que é substituída pela Susana Pires. Do Grupo Municipal do CDS, falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva que é substituída por José Carlos Breia Lopes. Do Grupo Municipal do PS, falta Arminda Carvalho que é substituída por Nuno Laginhas; falta José Alberto Pires que é substituído por António Barbosa. Das Juntas de Freguesia, falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, que será substituída pelo Secretário, Paulo Jorge Nascimento Pina; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, que é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes.”

----- **Resultado da votação da ata do dia 19 de junho de dois mil e vinte.** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e oito votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da ata do dia 30 de junho de dois mil e vinte.** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e oito votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu queria dar-vos conta de uma informação relativamente à eleição para a CCDR. Penso que já todos saberão e terão conhecimento que o Presidente da CCDR vai passar a ser eleito, por eleição direta, nas Assembleias Municipais e nas CIM. Essa eleição vai ocorrer no dia 13 de outubro e, por isso, nós teremos uma Assembleia Municipal extraordinária convocada especificamente para esse efeito. Vai ser dia 13 de outubro. A eleição vai decorrer entre as 16h00 as 20h00. A eleição é a nível nacional, portanto, estará a ser em simultâneo em todas as Assembleias Municipais do País e irão ser depois convocados para o efeito. Eu também não tenho muito mais informações para vos dar. As informações estão a chegar agora a

pouco e pouco, mas à medida que eu tiver informações e que seja pertinente, com certeza, mais próximo dessa data, eu farei chegar a todos as informações que tiver.” ---

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Começávamos pelo período antes da ordem do dia com a apresentação dos documentos que nós temos. Iriamos começar pelos Votos de Pesar, se não se importam. Nós temos três Votos de Pesar, dois pelo falecimento do nosso colega de Assembleia, o Deputado e ex-Líder da Bancada Parlamentar do PSD, Tiago Gonçalves. Temos quatro. Portanto, dois pelo Tiago, um pelo Daniel Vendeiro e outro pelo José dos Santos Antunes. Eu, se vocês não levassem a mal e penso que não, penso que também será consensual, iríamos começar pelos dois Votos de Pesar pelo Tiago Gonçalves. Eu pediria a alguém do PSD, não sei quem vai fazer a leitura do Voto de Pesar, que começasse pelo Voto do Tiago e depois pedia também a alguém do Partido Socialista que lesse também o Voto de Pesar pelo Tiago. Deixem-me só, antes de fazermos a leitura do Voto de Pesar, dizer quanto todos lamentamos que o Tiago não esteja connosco. Dizer-vos também que no lugar do Tiago está uma rosa branca e essa rosa ficará no lugar dele em todas as Assembleias até ao final do mandato. Far-nos-á companhia através da flor preferida dele, era a rosa a flor preferida dele e, por isso, ele estará connosco dessa forma. Faz favor, Pedro.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Voto de Pesar pelo falecimento de Tiago Gonçalves. No dia 18 de julho faleceu Tiago Gonçalves, com 36 anos de idade, vítima de uma doença súbita e fulminante. Tiago Gonçalves foi, desde muito tenra idade, uma pessoa de causas e de completa dedicação na defesa dos interesses, quer da sua terra natal, Vila Mendo, quer do local onde residia, a Guarda. Marido e Pai dedicado, nutrindo sempre grande orgulho em ser um verdadeiro homem de família. Amigo dos seus amigos, nunca fechando a porta a quem precisasse da sua colaboração. No lapso de tempo que saiu da Guarda para estudar direito em Coimbra, tendo sempre presente a sua disponibilidade para grandes causas, foi Presidente da Assembleia Geral da Federação Nacional de Estudantes de Direito. Regressa à Guarda em 2007. Em 2008 e 2010, na JSD, preside o Conselho de Jurisdição Nacional. Em 2009, é eleito deputado Municipal, assumindo a Vice-Presidência da bancada do PSD. Em 2017, é diretor de campanha das Autárquicas de Álvaro Amaro, tendo contribuído para a maior vitória de sempre neste concelho. Em 2018, é eleito presidente da Comissão Política de Secção do PSD da Guarda, função que desempenhou até 2020. Uma vida cheia, repleta de muitas vitórias, as quais acatou sempre com grande humildade. Pessoa ativa, nunca parava de pensar na melhor forma de fazer mais e melhor em prol da Guarda, das suas gentes e instituições. Pessoa serena que procurava criar pontes de união. Crítico quando o tinha de ser, mas de forma construtiva, apontando sempre uma outra solução, verdadeiro e honesto. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Guarda delibere: 1. Aprovar este Voto de Pesar pelo falecimento de Tiago Gonçalves, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Eu pedi agora a alguém do Partido Socialista. Senhora Deputada Manuela, faz favor.” -----

- **Deputada Maria Manuela Fernandes (PS):** “Voto de Pesar pelo falecimento de Tiago Gonçalves. Faleceu no passado dia 18 de julho do corrente ano, com 36 anos, o Deputado e líder da bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, o nosso estimado amigo Tiago Gonçalves. Para além de Deputado Municipal, o Tiago foi um sagaz ativista político, fiel aos seus ideais, e até há pouco tempo Presidente da Concelhia do Partido Social Democrata. Foi reconhecidamente um cidadão comprometido com a sua terra, desde a sua aldeia de Vila Mendo à cidade e concelho da Guarda, que sempre defendeu com fulgor. O mundo associativo teve nele um dirigente interessado pela causa pública, característica transversal na sua vida, fosse profissionalmente enquanto advogado, fosse pessoalmente enquanto amigo ou no seio da sua vida familiar. Mas maior que o seu legado político, associativo e profissional só provavelmente o seu caráter simples e o seu exemplo de cumplicidade e colaboração reconhecidos por todos aqueles que tiveram o prazer e o privilégio de se cruzarem no seu trajeto. Nesse dia, já por muitos foi dito, perdemos um dos melhores. Será pelo Partido Socialista da Guarda lembrado como um adversário político que debatia com honradez e que sempre pôs os interesses da Guarda à frente dos interesses partidários. O Tiago tinha ainda muito de bom para nos dar. Assim, é com um grande sentimento de perda que se propõe um Voto de Pesar pelo seu falecimento. Nestes termos, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro, que delibere: 1. Expressar o seu grande pesar à Família do Tiago Gonçalves; 2. Dar conhecimento deste voto de pesar à Concelhia da Guarda do Partido Social Democrata; 3. Após lido e aprovado, guardar um minuto de silêncio em sua memória.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Faríamos, então, agora, um minuto de silêncio em memória do Tiago.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Temos agora um Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Vendeiro, outra figura reconhecida deste concelho, um Autarca, um defensor também da Guarda, de Fernão Joanes, das suas terras, um grande associativista. Outro Voto de Pesar que me marca muito a mim também. Pedia também ao Partido Socialista, faz favor, senhor Deputado Monteirinho, que fizesse a leitura do Voto.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia a todos. Não está fácil, hoje, começar esta Assembleia. Voto de Pesar pelo falecimento de Daniel Vendeiro. Faleceu no passado dia 25 de setembro de 2020, o camarada e amigo Daniel Vendeiro. Daniel Vendeiro desempenhou as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Joanes, pelo Partido Socialista, tendo também, no passado, assumido a Presidência da Direção da Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes. Justamente homenageado com a Medalha de Mérito da Cidade da Guarda nas últimas comemorações do Dia da Cidade, a 27 de novembro de 2019, Daniel Vendeiro será sempre reconhecido pelo seu importante papel na dinamização do associativismo juvenil da região, pelo desempenho ímpar enquanto Autarca e por ser uma personalidade maior da história do Partido Socialista, no concelho e distrito da Guarda.

Defensor, em todas as horas, dos interesses e das causas da Guarda e dos Guardenses, todos sentiremos imenso a falta da sua garra, determinação, dedicação, humildade e humanismo, enquanto valores que sempre o nortearam e recordá-lo-emos como um enorme exemplo e carinho, ficando para sempre nas nossas memórias. Aos seus familiares e amigos, assim como à Junta de Freguesia de Fernão Joanes e Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes, a toda a família socialista, bem como a todos os que, como nós, tiveram a honra de com ele viver muito intensamente bons momentos, apresentamos as mais sentidas condolências. Relembra aqui as últimas palavras dirigidas à concelhia do PS enquanto mandatário: «Está na altura de todos juntos voltarmos a ser aquilo que eramos». Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Guarda, reunida a 29 de setembro, que delibere: 1. Expressar o seu grande pesar à família de Daniel Vendeiro; 2. Propor à Câmara Municipal de Guarda que atribua o nome de Daniel Vendeiro a uma rua na sua Freguesia ou a um espaço público na Guarda; 3. Propor que nesta sessão da Assembleia Municipal de Guarda seja observado um minuto de silêncio em honra da memória de Daniel Vendeiro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Faremos, então, um minuto de silêncio em memória de Daniel Vendeiro.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Para terminar, temos também um Voto de Pesar pelo falecimento de José dos Santos Antunes. Pedia a alguém do Partido Socialista. Quem faz a leitura? Senhora Deputada Conceição, faz favor.” -----

- **Deputada Maria Conceição Santos (PS):** “Bom dia a todas e a todos. Voto de pesar pelo falecimento José dos Santos Antunes. Faleceu no passado dia 19 de setembro de 2020, José dos Santos Antunes. José Tracana, como era conhecido, tinha 82 anos e foi emigrante até 1975. Foi um excelente construtor civil, homem íntegro e reto. Foi Presidente de Junta de Freguesia do Adão durante cinco mandatos. Nas últimas eleições Autárquicas fazia parte da lista candidata à Junta de Freguesia do Adão pelo partido do seu coração, o Partido Socialista. Pessoa muito respeitada e respeitadora soube sempre ocupar o seu lugar e granjeou prestígio junto dos seus pares. Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 29 de setembro de 2020, que delibere: 1. Expressar o seu grande pesar à família de José Antunes; 2. Propor que nesta sessão da Assembleia Municipal de Guarda seja observado um minuto de silêncio em homenagem à memória de José dos Santos Antunes.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Faremos, então, um minuto de silêncio. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia todos. O CDS não queria deixar de se associar a estes Votos de Pesar, dizer que subscreve, na íntegra, aquilo que aqui foi dito e quer endereçar, às famílias enlutadas, os seus mais sentidos pêsames. Deixem-me dizer duas ou três palavras mais. Perdemos o Tiago Gonçalves. Os Deputados do CDS perderam um amigo. A Assembleia Municipal perdeu um dos seus mais brilhantes membros, um político promissor e um advogado brilhante. Discordámos

muitas vezes. Estivemos em campos diferentes, também estivemos no mesmo campo, mas o diálogo foi feito sempre e as diferenças foram sempre dirimidas com cordialidade. Aliás, acho que esse era um dos grandes traços de personalidade do Tiago Gonçalves. O Daniel Vendeiro, também perdemos um amigo. Um verdadeiro amigo. Uma pessoa que olhava a amizade e a política, cada uma no seu compartimento, nunca as misturando. O concelho da Guarda perdeu um dos melhores Presidentes de Junta da sua história democrática, um grande associativista e um homem que sabia fazer e que fazia. O senhor José dos Santos, por aquilo que aqui foi dito, também é uma enorme perda para a Guarda. Perdemos três homens bons. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Efetivamente não está a ser fácil no início desta Assembleia. Eu peço desculpa, mas não somos de ferro. Bom, mas a vida continua e é preciso continuar os trabalhos. Hoje, de manhã, falei com a Paula do Tiago, por mensagem, e ela dizia exatamente isso. A vida continua e a luta agora é nossa e, por isso, cá estamos na Assembleia para honrar a memória destes homens que nos deixaram. Posto isto, eu queria dizer-vos, têm todos convosco uma Moção que eu fiz questão de ontem ao final do dia, à noite melhor dito, falar com os Líderes Parlamentares, dar-lhes conta desta iniciativa e queria explicar-vos o que é que se passa. Não sei se sabem, alguns saberão, outros não, vai ser discutida amanhã na Assembleia da República a petição que foi feita pelo Movimento da Saúde Materno-Infantil da Guarda e, conjuntamente, vão ser discutidas cinco Propostas de Resolução apresentadas pelo PSD, pelo PS, CDS, Bloco de Esquerda e PCP, em que é pedida a requalificação do Pavilhão 5 do Hospital da Guarda para instalação da Saúde Materno-Infantil. É uma iniciativa louvável, como eu digo aqui nesta Moção. Só uma nota. A Moção que eu enviei, o texto, digamos assim, que eu enviei para os Líderes Parlamentares, eu fiz uma pequena correção de escrita. Portanto, a correta é a que está agora aí convosco e que eu pedi para distribuir e todos vós têm uma cópia convosco. Fiz uma pequena correção de português porque me pareceu que ficou mais consentânea com aquilo que eu queria expressar. A primeira redação não gostei, voltei a ler e não gostei. Portanto, aquilo que eu queria mesmo expressar era que realmente essa é uma iniciativa louvável, que todos nós temos que louvar, e é digno conseguir recolher tantas assinaturas, embora a causa ajude a isso, portanto, a causa é importante. Mas, com base naquilo, entendeu a Mesa da Assembleia Municipal trazer e deixar hoje aqui e à vossa consideração e, por isso, eu vou depois deixar à consideração do plenário a aceitação desta Moção para poder ser discutida e votada e que tem a ver realmente com isso. Entendeu a Mesa da Assembleia que a requalificação do Pavilhão 5 do Hospital é uma iniciativa louvável. É bom para a Guarda, mas é pouco para aquilo que nós merecemos. A Guarda merece muito mais do que isso e a Guarda tem prometido, há muitos anos, a segunda fase do hospital. Esse projeto esteve já contratualizado, como todos sabem. Foi suspenso também, e todos sabem também os motivos porque é que foi suspenso, estávamos numa altura de cinto apertado, não havia dinheiro para nada. Mas correm agora uns tempos em que não vão faltar recursos económicos para isso. Como sabem, vai chegar bastante dinheiro de fundos, uma grande fatia desse dinheiro vai ser para a saúde. O senhor Primeiro-Ministro prometeu também aqui, o ano passado, na Guarda, a concretização desse projeto e nós entendemos que, se temos direito ao saco dos rebuçados, não nos devemos contentar apenas com um rebuçado. E, por isso, aquilo

que nós queremos é muito mais do que a simples requalificação do Pavilhão 5. Embora seja importante, mas queremos muito mais do que isso. E, com base nisso, e uma vez que amanhã na AR vão ser discutidas aquelas Propostas de Resolução, a Mesa entendeu por bem fazer uma Moção nesse sentido, no sentido de exigir ao Governo aquilo que os cidadãos da Guarda merecem e que é a segunda fase do Hospital. E não só em termos, como eu digo aí, de hardware, mas também de software. Ou seja, não nos basta o espaço, o edifício, mas nós queremos muito mais do que isso. Queremos que as diversas especialidades do Hospital da Guarda não sejam a pouco e pouco esvaziadas, como está a acontecer, e queremos também que seja corrigida uma gritante injustiça que foi feita com a publicação dos centros académicos e excluiu a Guarda dessa possibilidade. E, por isso, a Moção que aí está é nesse sentido. É isso que nós, enquanto representantes dos cidadãos da Guarda, devemos fazer, devemos exigir. E não nos devemos contentar com menos do que isso. Devemos exigir, em nome das pessoas que nos elegeram, aquilo que os cidadãos da Guarda merecem e têm direito. Vocês têm a Moção. Eu não sei se já leram, se querem dois ou três minutos para fazer a leitura. E, posto isso, eu poria à consideração do plenário a possibilidade de aceitar essa Moção para depois ser votada e discutida. Já leram? Querem dois minutos? Dois ou três minutos, então, de pausa, para lerem. Toda a gente tem a Moção? Toda a gente tem cópia da Moção? Sim, faz favor senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Cumprimentar, agora de uma forma mais formal, a senhora Presidente, a Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, os senhores Deputados, os senhores Presidentes de Junta, os Técnicos, a Comunicação Social, todos os presentes e aqueles que nos conseguem também pelas redes digitais. Senhora Presidente, esta Moção diz o óbvio, aquilo que todos defendemos. E olhando para ela até podemos considerá-la uma síntese das muitas Moções que o CDS foi trazendo, ao longo deste mandato, a esta Assembleia Municipal, sobre a temática da saúde. Agora, eu não sei em que figura regimental é que se enquadra esta Moção. Eu penso que o combate político, nesta Assembleia Municipal, deve-se situar ao nível das bancadas. Foi para isso que nós fomos eleitos. A senhora Presidente foi eleita também Deputada Municipal, mas, depois, por escolha da Assembleia Municipal, não por escolha dos cidadãos eleitores deste concelho, foi levada à posição de Presidente da Assembleia. A Presidente da Assembleia, penso que o papel dela deve ser um papel isento, de gestão das relações dentro desta Assembleia, de vigilância pelo cumprimento do Regimento e também obrigada a cumprir esse mesmo Regimento. Evidentemente que não há ninguém dentro desta sala, garantidamente, que não concorde com o que aqui está. Agora, aquilo que eu questiono é o ter sido a Mesa a tomar uma iniciativa desta natureza. E eu continuo a dizer, aliás, a questão dos centros académicos, quem trouxe esse tema à Assembleia Municipal foi CDS que apresentou uma Moção sobre o tema. Motivou, aliás, caso único, até uma intervenção prévia do senhor Presidente da Câmara porque claramente que ele, na altura, sentiu-se ultrapassado e percebeu que não acompanhava os problemas da Guarda da forma cuidada que devia, portanto, acompanhar. Agora, o que eu questiono é ser a Mesa a fazer a apresentação desta Moção e não ser, sei lá, a bancada, por exemplo, do PSD. Penso que teria toda a legitimidade. É assim. Nós aqui estamos no combate político. A

Mesa penso que, ao assumir essas funções, fica fora do combate político que se passa no âmbito desta Assembleia. Portanto, é só isto que eu tenho para dizer. Obrigado.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só dois ou três esclarecimentos. Primeiro eu não me quero substituir aos Grupos Parlamentares, não é essa a minha função e, como devem ter percebido, eu não foi em vão... eu, sempre em sintonia com a Mesa, portanto, não é uma iniciativa da Presidente da Assembleia, é da Mesa. Por alguma razão isto foi feito ontem à tarde, porque eu aguardei que os Grupos Parlamentares apresentassem alguma coisa deste género. Não o tendo feito, entendemos por bem fazê-lo. Quanto à sua outra questão, dizer-lhe, senhor Deputado, que os membros da Mesa são Deputados eleitos, é preciso não esquecer isso. Nós não estamos desinvestidos de funções de Deputados eleitos e a Mesa tem toda a legitimidade, quer regimentalmente, quer nos termos da lei que rege estas matérias, de fazer apresentação de propostas, moções, aquilo que entender. A Mesa tem essa legitimidade. Portanto, quanto a essa questão, não há nenhuma falta de legitimidade. A Mesa tem toda a legitimidade para questionar, para perguntar, para apresentar requerimentos, para apresentar propostas, para apresentar moções. A legitimidade da Mesa para isso é inquestionável, assim como de qualquer um dos elementos da Mesa a nível individual, se quiser fazê-lo na sua qualidade de Deputado Municipal. Isso é inquestionável. E também, deixem-me dizer-vos que, reduzir o papel do Presidente da Assembleia Municipal a simples cronómetro, é muito redutor. Eu já tive a possibilidade de dizer isto mais do que uma vez. Mas é realmente isso, quer dizer, só se nós não tivermos um bocadinho de noção destas coisas é que achamos que o Presidente da Assembleia Municipal é um simples contador de tempo, digamos assim, um simples cronómetro. Não é essa, de todo, a função de um Presidente de uma Assembleia Municipal. Não é essa, de todo, a função que eu entendo de um Presidente da Assembleia Municipal. Não é essa, de todo, a minha função aqui. Não será essa, de todo, a minha função enquanto eu estiver nestas funções. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, tentarei fazer sempre o meu papel de forma isenta. É isso que me esforço por fazer e é isso que tenho tentado fazer. E é isso também que fiz neste caso e por isso aguardámos até ontem à tarde e se, eventualmente, algum Grupo Parlamentar tivesse apresentado uma moção com este conteúdo... eu sei que o CDS apresentou, está aqui para ser apresentada, discutida e votada, uma moção quanto ao Pavilhão 5, mas não há nenhuma moção com a abrangência desta. Como disse, a requalificação do Pavilhão 5 é muito importante, mas a requalificação do Pavilhão 5 está incluída no projeto da segunda fase do hospital. E por isso aquilo que nós entendemos é que não nos devemos contentar apenas com a requalificação do Pavilhão 5 e devemos exigir mais. E foi para isso que fomos mandatados, todos os que aqui estão nesta sala eleitos. Todos os eleitos que aqui estão, estamos mandatados, pelos cidadãos da Guarda, para fazer essa função. Nós somos a voz dos cidadãos da Guarda. É a nós que nos compete falar por eles e exigir por eles. E é nessa qualidade que a Mesa entendeu apresentar esta moção. Por isso, nós deixamos à consideração do plenário a aceitação da moção para discussão e votação. Sim, faz favor. Mas não vamos aqui entrar em diálogo. Já apresentou a sua opinião. Mas faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, eu nunca vi nenhum jogo em que o árbitro também jogasse e fosse jogador. Ainda não vi nenhum

jogo desportivo ou de outra natureza em que o jogador também fosse árbitro. Acho que perverte as regras do próprio jogo. Aliás, a senhora Presidente disse que ninguém apresentou qualquer moção. O CDS apresentou em tempo útil uma moção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não disse isso, senhor Deputado. Eu frisei que o CDS apresentou uma moção que está aqui e que vai ser lida e discutida sobre a requalificação do Pavilhão 5. Eu disse isso. Portanto, não diga coisas diferentes do que eu disse.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exato. E eu também disse na minha primeira intervenção que a moção da senhora Presidente era uma síntese das moções que o CDS aqui apresentou...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não é a moção da senhora Presidente. É da Mesa da Assembleia, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Ou da Mesa da Assembleia. Era a síntese das moções que aqui apresentou o CDS ao longo deste mandato. Quais foram os ouvidos que o Governo deu a essas moções? Rigorosamente nada porque os problemas avolumam-se ao passar de cada dia. Eu continuo a tocar na questão do árbitro e do jogador. Nós apresentámos as nossas propostas para debater nesta Assembleia até domingo às 24h00. A senhora Presidente até nisso entendeu furar as regras, não as cumpriu. E eu, realmente, gostava que me citasse os artigos do Regimento onde efetivamente estão todas essas competências que acabou de enumerar e que eu desconhecia. É assim, acho que é caso inédito, numa Assembleia Municipal, uma Mesa da Assembleia passar a ter a iniciativa política. Aliás, é assim, eu penso que as pessoas estão nos lugares porque querem e estão de livre vontade, ninguém está obrigado. Agora, se as pessoas entendem que querem participar no debate político, que querem ser protagonistas do debate político, é assim, temos aqui a Assembleia, temos muitos lugares ainda vagos. Juntem-se a nós e a gente debate aqui de igual para igual. Assim, estamos num combate desigual. Aliás, a senhora Presidente já usou, muitas vezes, nesta Assembleia, e todos os senhores Deputados estão presentes, o seu poder de discricionariedade. Certo? Aliás, são estas questões que empobrecem a democracia, que fragilizam as instituições e que promovem o apodrecimento do regime. Desculpem a expressão popular «cada macaco no seu galho», cada um que incorpore o papel que está a desempenhar em cada momento. Isto não quer dizer que a gente não possa desempenhar papéis diferentes em momentos diferentes. Agora, desempenhar papéis diferentes em simultâneo, acho que é um bocadinho mais estranho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Está a sua opinião. Como calcula, o Regimento está aí, o senhor pode ler. Eu penso que sabe que as moções, diz o Regimento, que têm que entrar até às 24h00 do penúltimo dia, mas podem ser apresentadas no próprio dia e a Mesa pode aceitar ou pode deixar ao plenário para aceitar. Isso está previsto regimentalmente. Portanto, o Regimento toda a gente tem, é de livre acesso, podem ler. Vou-me abster de estar aqui a fazer leituras de artigos regimentais. Mas está a sua opinião. É louvável, respeitada. Eu respeito a opinião do senhor Deputado, obviamente não concordo com ela, como calcula. Nunca deixarei de exercer as funções para as quais fui eleita e, portanto, é isso que estamos

aqui a fazer. Posto isto, eu ponho à consideração... senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a esta moção, nem sequer me dei ao trabalho de perceber se realmente está dentro das suas funções. Não é isso que está em causa. O Bloco de Esquerda, desde sempre, apresentou muitas e muitas. Basta, quem tiver interesse de o fazer, ir ao passado e ver as moções que aqui apresentou. Por isso, irá votar favoravelmente qualquer moção, independentemente de onde ela venha e apresentada por quem assim o for, no que toca à defesa de temas de grande interesse para o dia-a-dia dos guardenses. E não só, também, tendo em conta a temática do hospital que é um hospital distrital. E não só distrital, já deu provas agora no Covid que é um hospital bem mais do que apenas distrital. Apenas dizer que, depois desta leitura, temos duas situações do qual o Bloco se posicionará. Votará favoravelmente se, no decorrer deste texto, for alterado aqui uma situação que é muito simples: - «o projeto do arquiteto Ilídio Pelicano contratualizado pelo Primeiro-Ministro em 2019 e suspenso em 2012, todos sabemos porquê». Não, não. Todos sabemos, temos que dizer aqui, suspensos pelo Governo PSD/CDS-PP. E, o motivo, esse, que seja o PSD/CDS-PP a explicar ao povo e não «todos sabemos» porque eu não sei, até hoje, o porquê desse recuo, suspensão, como lhe queiram chamar. Se assim não for alterada, o Bloco de Esquerda, não votará contra, irá se abster, facilmente fazendo com que também essa moção seja, provavelmente, aprovada entre nós. Mas claro que não se poderá associar no seu pleno, tendo em conta que falta aqui, de verdade, esclarecer esta matéria de quem é que fez no momento concreto a suspensão, PSD, repito, CDS-PP.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, senhor Deputado. Então, eu deixo à consideração do plenário a possibilidade de podermos discutir e votar esta moção. Depois, se for aceite, falaremos sobre essas alterações. Eu ia perguntar, alguém vota contra a aceitação deste documento? Sim, senhor Deputado? Muito rapidamente, então.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. Todos sabemos porquê, claro. O País estava falido, o que é que havia de se fazer? Investimentos, naquela altura? Temos que perceber isso. O Grupo Parlamentar não se opõe a que seja removido o «todos sabemos porquê». É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, já falaremos sobre isso se for aceite. Então, eu pergunto ao plenário... faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia, mais uma vez, senhora Presidente, excelentíssimos senhores da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Funcionários, Comunicação Social. Sobre esta moção, o Partido Socialista tem duas ou três coisas a dizer que parecem importante neste momento. A primeira é que não nos opomos à discussão nem à apresentação desta moção. Evidentemente que sempre que os superiores interesses dos guardenses estejam em causa, o PS sabe qual é o lado que tem que estar. E estará sempre do lado dos guardenses, seja contra que Governo for. Não vou perder muito tempo aqui a jogar *ping-pong* e a dizer que foi o PSD que fez, e que não fez, e o CDS e

PS que não fez. Todos sabem, aquilo que lá está feito, quem é que fez. Todos sabem. Portanto, não vale a pena estarmos aqui a jogar esse *ping-pong*. Também não vou entrar na forma sobre quem é que vem apresentar ou deixar de apresentar. Por fim, diria o seguinte. Eu penso que já são sons a mais sobre o hospital, querelas políticas a mais sobre a ULS da Guarda, posições divergentes entre os guardenses e os partidos políticos sobre a Guarda. Eu penso que é hora de termos uma abordagem totalmente diferente daquela que temos tido. Continuamos, acho eu, nos últimos vinte ou trinta anos, a achar que é uma moção na Assembleia Municipal que vai alterar alguma coisa. Penso que não. Penso que é altura de tomarmos posições totalmente diferentes e termos uma abordagem diferente. E, para isso, eu convocaria, e eu acho que essa é uma posição que compete ao Presidente da Câmara da Guarda, tomar uma posição diferente daquela que tem sido, que é uma situação passiva. Eu acho que é altura de tomarmos uma posição ativa. E, aí, compete ao Presidente da Câmara ter uma posição diferente e convocar todos os partidos políticos para, de uma vez por todas, sabermos aquilo que propomos e aquilo que queremos para a ULS da Guarda. Eu acho que é o momento para termos uma abordagem diferente. Há pouco tempo, ouvia falar na possibilidade até de se fazer um protocolo, estabelecer uma relação direta, por exemplo, com a Universidade de Salamanca e com os seus Hospitais e fazer até candidaturas em termos da União Europeia, havendo fundos também para isso. Eu penso que é também uma hipótese e um caminho que pode ser estudado. Mas acho, sinceramente, senhoras e senhores Deputados, senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, está na hora de deixarmos as querelas políticas de lado e todos unidos em prol daquilo que se pretende para a ULS da Guarda. O PS está disponível para se sentar à mesa e discutir este assunto, sempre e sempre em benefício dos superiores interesses dos guardenses. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Só dizer-lhe que subscrevo, na íntegra, o que acabou de dizer. E não é importante. Eu já vou dizer que, por mim, está retirado o «todos sabemos porquê». Não é importante fazer, nem contas, nem juízo de valor. O importante é, como bem disse, daqui para a frente, todos em uníssono. E por isso é que me parecia importante que todos, em uníssono, votássemos esta moção. Eu sei que vale o que vale, senhor Deputado. Mas a Assembleia é o que pode fazer. Eu sei que as moções da Assembleia valem o que valem, mas são as armas que temos e devemos usá-las. Claro que não estamos dispensados de usar outras melhores, mais eficazes, mais importantes, mais proactivas. Devemos fazê-lo todos em uníssono, seja de que quadrante ou ideologia formos, porque isto é para o bem da Guarda, da cidade, do concelho e do distrito. E é isso que está em causa. E por isso é que a moção que aqui está não quer saber de quem é a culpa de estar feito ou não estar feito. Não é importante saber quem fez, quem suspendeu, quem adiou, quem não fez. O que é importante é exigirmos que se faça porque a Guarda tem direito, a Guarda merece e vai haver recursos económicos para isso. E, por isso, compete-nos a nós fazer aquilo que pudermos para que a Guarda tenha a segunda fase do Hospital. É nesse sentido que nós entendemos, e aproveitando a belíssima iniciativa do movimento e que vai ser discutido amanhã, também nós aqui fazermos um bocadinho do nosso trabalho porque, às vezes, é o que nos falta a nós. É estarmos sempre à espera que os de fora resolvam e nós, cá em casa, não fazemos o nosso trabalho de casa. É um pouco

isso. Claro, com as armas que temos. É uma moção da Assembleia. Pois, é o que temos. Mas isso não invalida que possamos fazer mais. Senhor Deputado, faz favor, Pedro Nobre. Antes de falar, já agora, só uma falha da minha parte. Peço desculpa, já que leu o Voto de Pesar do Tiago, devia tê-lo feito antes. Informar a Assembleia que o Pedro Nobre é o novo Líder da Bancada do Partido Social Democrata. Dar-lhe os parabéns e desejar-lhe sorte nessa função. Faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Muito obrigado. Gostava, então, de apresentar os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo, a todos os Vereadores, a todos os Deputados, Presidentes de Junta, a todos os Trabalhadores, à Comunicação Social e a quem nos possa estar a ouvir em casa. Eu, em primeiro lugar, relativamente a este assunto, quero louvar a apresentação desta moção no sentido em que ela é bastante abrangente. Não é redutora, é bastante abrangente. E, de seguida, lançar um repto. E, pegando nas palavras do senhor Deputado Monteirinho, solicitar, exatamente, essa possível reunião para acordarmos, se bem que a mim parece-me que aquilo que nós possamos discutir e acordar está praticamente tudo neste documento. Mas dar mais um passo e esse passo, que poderia ser coordenado pela senhora Presidente da Assembleia, pelo senhor Presidente da Câmara, pelos dois, juntamente com todos os Grupos Parlamentares, marcar uma visita, porque não, à senhora Ministra da Saúde, e irmos, em representação de todos os habitantes da Guarda e do distrito da Guarda, apresentar aquilo que nós queremos, efetivamente, para o nosso Hospital. Falar, porque não, também, com os Líderes ou com os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, para tornar esta vontade que todos nós temos mais consistente, e com o significado especial, de que todos aqueles que estão a representar os partidos políticos no concelho da Guarda estão interessados em lutar por uma causa comum. Portanto, era este o desafio que eu queria lançar também à Mesa e à Presidência.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu posso acrescentar já, nem falei com os meus colegas de Mesa, mas podemos perfeitamente retirar o «todos sabemos porquê». Não é importante para nada. Mas não é de todo. Não é importante saber porque é que se fez, porque é que não se fez. Não é importante apurar responsabilidades. Isso não nos vai trazer nenhuma mais-valia o apuramento de responsabilidades. O que nos pode trazer alguma mais-valia é a nossa exigência daqui para o futuro, e que nos façam e nos deem, a nós, Guarda, aquilo que nós merecemos. Por isso a redação fica amputada, digamos assim, desta expressão «todos sabemos porquê», que não é, de todo, importante. Portanto, eu poria, então, à consideração do plenário a possibilidade de aceitar... sim, faz favor, senhor Deputado Marco.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhora Presidente, parece-me que é um documento político. Não sejamos ingénuos. E nem percebo como é que a bancada, desculpem-me lá, do PS não está atenta a essa matéria, porque se não é importante sabermos o porquê, porque é que na frase seguinte diz assim: «de novo prometido por António Costa»? Então? Não é preciso saber quem é que suspendeu, mas espera lá porque já veio aqui prometer alguém recentemente, que até é Governo, e temos que reforçar a ideia de que já cá veio prometer novamente. Ora bem, sejamos realistas. Isto é um documento político do qual o Bloco de Esquerda assume ser um assunto político e, por isso, é que o Bloco de Esquerda quer que este documento seja transparente e claro. Claro. Bastante

claro no que toca a quem começou, a quem parou e a quem, num futuro próximo, se assim o começar novamente, que sejamos todos a votar favoravelmente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Só um esclarecimento, senhor Deputado. A Mesa está perfeitamente aberta a essa... se quiserem retirar o parágrafo na totalidade, podemos perfeitamente retirar. Como disse, que não é esse o objetivo da moção e podemos perfeitamente retirar. Aqui, a única coisa que tentámos fazer foi um pouco o histórico. Mas não é, de todo, importante para o objetivo da moção, para aquilo que está aqui a querer ser exigido. Não é importante isso. Podemos perfeitamente, se concordarem, mas estamos abertos a sugestões, por isso isto é um projeto de moção, de retirar o parágrafo na totalidade porque não é importante aqui para a discussão, penso eu, para o objetivo desta moção, apurar responsabilidades porque, seguramente, haverá de todos os lados. Obviamente, não haverá do Bloco de Esquerda porque nunca foi Governo. Mas só porque nunca foi Governo, porque se algum dia tivesse sido, provavelmente, também teria. Mas não é isso que é importante. Não é isso que é importante, senhor Deputado. Não é esse o objetivo desta moção. Não é de todo. Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Senhora Presidente, distinta Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, caros colegas, Presidentes de Junta, Comunicação Social, Funcionários da casa e todo o público que nos vê através dos meios de comunicação digitais. Eu apenas queria fazer uma sugestão à Mesa e precisamente pelo facto desta Assembleia estar a ser transmitida através da internet para todos aqueles que têm acesso, eu sugeria que esta moção fosse lida para que essas pessoas também tivessem acesso...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Claro que sim.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “É que a mim, peço desculpa, pareceu-me, pelo teor da conversa, que os Deputados tiveram o suporte documental, leram e que seria votado com base nessa premissa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Há aqui uma pequena confusão. Aquilo que eu pedi foi que os senhores Deputados lessem para admitir a moção ao plenário. A partir do momento em que ela seja admitida, faremos a leitura e será discutida e votada.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Muito bem, peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se entenderem, podemos ler já. Mas não é isso que está em causa. Para já, aquilo que eu pedi foi que leiam a moção e vejam se o plenário concorda em admitir a moção. Admitindo a moção, passa a ser lida, discutida e votada.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Já agora também uma sugestão aos outros Grupos Parlamentares. Deixemo-nos de preciosismos e vamos, de facto, àquilo que interessa, à verdadeira essência do documento, porque é isso que representa a Guarda

e robustece a moção enquanto aquilo que é e enquanto uma força reivindicadora dos nossos interesses. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito bem. Posto isto, ou aceitamos a moção para discutir ou não aceitamos. É isso que está agora aqui em causa. Muito bem. Aceita-se a moção para podermos discutir e votar? Quem vota contra? Alguém se abstém? Muito bem. Está aceite, por unanimidade, o documento, a moção. Então, para além do que já foi dito, porque no fundo também já estive aqui em discussão, eu faria a leitura da moção. Permitam-me só, tendo em atenção tudo aquilo que já foi dito e discutido, a Mesa está na disposição e concorda, porque como já disse não é isso que está em causa, não é o apuramento de responsabilidades, e como disse e muito bem o senhor Deputado Ricardo, a questão estruturante e o objetivo desta moção é mesmo trazer para a Guarda e dar à Guarda aquilo que ela merece, retiraríamos, os senhores Deputados já leram, todo este parágrafo que diz: «O projeto do arquiteto Ilídio Pelicano, contratualizado pelo Primeiro Ministro em 2009 e suspenso em 2012, todos sabemos porquê, foi de novo prometido por António Costa em 2019.» De facto, não interessa à substância do documento e, portanto, se todos concordarem, retiramos e fazemos já a leitura sem este parágrafo. Alguém é contra? Sim, faz favor, senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, para que quem nos está a acompanhar possa ter noção completa do documento, eu acho que o documento devia ser lido na íntegra e depois retirávamos. Porque senão estamos, de alguma forma, também adular o documento antes. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, se me permitem, eu mesma faço a leitura do documento. É uma moção, como já disse. «A saúde no distrito da Guarda. No próximo dia 30, amanhã por isso, irá a discussão em plenário na Assembleia da República a petição do denominado Movimento de Apoio à Saúde Materno-Infantil da Guarda. Pretendem os cerca de dezanove mil cidadãos que subscreveram a petição, e os Projetos de Resolução apresentados pelo CDS-PP, PSD, PS, BE e PCP, que serão igualmente discutidos, a urgente requalificação do antigo espaço das urgências e dos blocos operatórios do Hospital da Guarda (conhecido como pavilhão 5), para sediar as especialidades de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e Neonatologia. É uma louvável iniciativa e justa pretensão. Todavia, é definitivamente o momento de exigir, sem contempações, o que nos é devido por direito próprio! As gentes do distrito da Guarda merecem! É tempo de todos em uníssono, nesta Assembleia Municipal, e em nome dos cidadãos da Guarda, reivindicarmos aquilo que a Guarda merece e tem direito. Tanto mais agora, que vem por aí o Plano de Recuperação e Resiliência, cerca de 15 mil milhões de euros de fundos e em que uma grande fatia do bolo se destina à saúde. E, meus senhores, mais resilientes do que os cidadãos da Guarda têm sido... Enquanto representantes eleitos e em nome dos cidadãos do concelho sede da ULS Guarda, exigimos a construção da segunda fase do Hospital da Guarda. O projeto do arquiteto Ilídio Pelicano, contratualizado pelo Primeiro Ministro em 2009 e suspenso em 2012, todos sabemos porquê, foi de novo prometido por António Costa em 2019.» Este será o tal parágrafo que iremos retirar. «Só a concretização deste projeto, que contempla também a remodelação integral dos edifícios das antigas urgências e do Sanatório e por

isso em toda a sua amplitude engloba a área do denominado Pavilhão 5, nos satisfaz. Compete-nos por isso reivindicar a segunda fase do Hospital, admitindo que seja priorizada a saúde materno-infantil como o seu primeiro passo, mas desde a primeira hora integrado no plano funcional da segunda fase. E os estudos funcionais devem ir muito mais além. Não nos contentamos apenas com o Hardware, queremos também Software. Devem contemplar sim a requalificação do Património histórico edificado, Pavilhão D. Amélia e Pavilhão D. António de Lencastre, peças nobres do edificado original de 1907, ambos em avançado estado de degradação, e o edifício sede do Conselho de Administração, o chamado Pavilhão Lopo de Carvalho, mas devem contemplar também novas áreas de diferenciação, investigação e desenvolvimento na área da saúde, em articulação com o Instituto Politécnico da Guarda e Universidade da Beira Interior, entre outros parceiros. Exigimos a imediata reversão do esvaziamento de serviços, especialidades como ortopedia, cardiologia, oftalmologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, entre outras. «Que nós tão bem sabemos como estão e o tempo que demoramos para marcar uma consulta por falta de profissionais, obviamente.» A atração e fixação sustentada no tempo de profissionais é fundamental para garantir no Distrito da Guarda uma saúde de qualidade. Exigimos ainda a reversão imediata da injustiça efetuada pelo DL 61/2018 de 3 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos Centros Académicos, excluindo a ULS da Guarda dessa categoria. A exclusão legal injusta, não reconhece um desempenho efetivo desde 2000, prejudicando a afirmação e reconhecimento das atividades assistenciais, ensino, investigação e desenvolvimento, com todo o manifesto prejuízo financeiro que esta exclusão acarreta para a ULS da Guarda. As exigências atrás elencadas são uma justa reivindicação do Distrito da Guarda, alicerçadas no passado histórico da Guarda - Cidade da Saúde - fomentam a equidade e corrigem desigualdades em saúde, entre o litoral e o interior, promovendo a revitalização socioeconómica e o repovoamento do interior. Vivemos um tempo histórico, de Pandemia, onde o hospital da Guarda tem desempenhado um papel fundamental, que a todos interpela para de forma empenhada lutar pelos objetivos atrás enunciados. Este é o tempo de avançar, lutando em conjunto pela Guarda Capital da Saúde. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda reunida em 29 de setembro de 2020 delibera: Exigir ao Governo a construção integral da segunda fase do Hospital da Guarda; Exigir que a concretização da segunda fase do Hospital da Guarda contemple também novas áreas de diferenciação, investigação e desenvolvimento na área da saúde, em articulação com o Instituto Politécnico da Guarda e Universidade da Beira Interior, entre outros parceiros. Exigir a reversão do esvaziamento de serviços (especialidades como ortopedia, cardiologia, oftalmologia, gastroenterologia, otorrinolaringologia, entre outras); Exigir a reversão imediata da injustiça efetuada pelo DL 61/2018 de 3 de Agosto, que estabelece o regime jurídico dos Centros Académicos, e que excluiu a ULS da Guarda dessa categoria. A presente Moção deverá ser enviada para Sua Excelência o Presidente da República; Gabinete do Senhor Primeiro Ministro; Gabinete da Senhora Ministra da Saúde; Grupos Parlamentares com representação na AR; Conselho de Administração da ULS da Guarda.» É esta a moção que está em discussão e votação e, como já disse, que a Mesa retira aquele parágrafo que diz «O projeto do arquiteto Ilídio Pelicano, contratualizado pelo Primeiro Ministro em 2009 e suspenso em 2012, todos sabemos porquê, foi de novo prometido por António Costa em 2019.» Portanto, sem este parágrafo. Como já disse, não é esse o objetivo desta moção, não é o de apuramento de

responsabilidades. Elas serão feitas, não por nós. Esse apuramento não nos compete a nós e nem é isso que é importante para aqui. O importante é o conteúdo da moção e aquilo que a Guarda tem direito e a nós compete-nos fazer esse papel enquanto representantes dos cidadãos da Guarda. Muito bem. Alguém pretende dizer mais alguma coisa sobre a moção? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Apenas dizer que, perante a retirada deste parágrafo, parece-me mais do que pertinente, o Bloco Esquerda, como disse há pouco, irá votar favoravelmente esta moção pois entendemos que agora está devidamente esclarecedora e não vir agora com quem fez, quem parou e quem é que deveria começar novamente. Isto sim, deve-se a essa chamada de atenção do Bloco de Esquerda e nós iremos votar favoravelmente. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E que a Mesa agradece, por isso é que é uma proposta. Duas cabeças pensam melhor que uma só. No caso, aqui, são três. Mais alguém pretende entevir? Não? Muito bem. Então, passávamos à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **A Saúde no Distrito da Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada pela vossa atenção e acho que é, valendo o que vale, como dizia o senhor Deputado Monteirinho, as moções da Assembleia, mas não deixam de ser um instrumento, um bom instrumento dos cidadãos através da Assembleia Municipal. Muito obrigada. Pretende usar da palavra? Sim, faz favor senhor Deputado.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Pode-se enquadrar numa Declaração de Voto, senhora Presidente. O Partido Socialista só acrescenta o seguinte. Não necessita de salientar que a promessa não foi feita pelo Primeiro-Ministro porque, efetivamente, foi feito. Isso, para nós, não é relevante retirar isso. Mas aceitamos e está decidido. Mas não podíamos deixar de acrescentar o seguinte. É pelos superiores interesses dos guardenses que o Partido Socialista apoia esta moção. E isso ficou esclarecido desde a primeira intervenção do Partido Socialista aqui. O Partido Socialista põe sempre à frente os interesses dos guardenses e, nesta questão da saúde, já vamos além daquilo que é tolerável pelos cidadãos da Guarda. E por isso mesmo nós propusemos aqui uma abordagem diferente daquela que tem sido feita. Espero que possa, de alguma forma, reunir algum consenso e daqui amanhã possa trazer frutos para a Guarda, para o nosso distrito e também para o nosso País. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só acrescentar que é exatamente esse o objetivo desta moção, a defesa dos superiores interesses da Guarda. Senhor Deputado Aires Diniz, quer usar da palavra? É uma Declaração de Voto, senhor Deputado? Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu já estou na luta pela saúde na Guarda há muitos anos, com muita gente, incluindo o movimento cívico que aconteceu nesta cidade. E, portanto, tenho que honrar esse movimento cívico embora, muitos deles, já desapareceram. Eu nunca desisti e, pelos vistos, ninguém desistiu. E, portanto, eu queria

saudar o movimento pela requalificação do 5º Pavilhão. Nós, PCP, avançámos com um projeto que vai ser discutido amanhã, portanto, nós não recuámos. Há outra coisa que eu gostava de dizer. Eu sou de origem economista. Mas, neste momento, sou muito mais coisas e sou historiador. E há uma coisa que eu queria dizer, é que nem toda a gente tem direito ao esquecimento. Há muita gente que tem direito ao esquecimento porque não vale a pena bater em pessoas que fizeram asneiras aqui e acolá. Mas há aqui uma questão que é esta, quando um partido ou dois partidos, na sua loucura economicista, recuam na construção de um Hospital, essas pessoas não têm direito ao esquecimento. Nós temos o dever, eu, historiador, e todos nós, de recordar a toda a gente que as coisas não aconteceram porque houve alguém que não quis que acontecesse. E, portanto, é isso que eu queria também dizer aqui. Queria recordar esse movimento pelo Pavilhão 5. Fizeram um bom trabalho, conseguiram recolher dezanove mil assinaturas e isso levou a que nós, neste momento, tivéssemos esta discussão. E, agora, só para dizer que eu já tinha pensado, e nós CDU tínhamos pensado intervir no PAOD, já vou dizer, como Declaração de Voto, aquilo que tínhamos pensado dizer. Nós sublinhamos por isso um projeto de resolução apresentado pelo PCP na AR, no sentido de reconstrução imediata do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins para a instalação da área clínica materno-infantil, mas não podemos esquecer a segunda fase, - e isto vem de acordo à moção que foi feita sem eu ter conhecimento que ela estava a ser feita - da construção do HSM, Hospital Sousa Martins, contra as necessidades de internamento hospitalar na área de medicina, pois necessitamos de reforçar a rede pública ao nível da convalescença para libertar vagas no internamento Hospitalar. E, portanto, era isto que eu queria dizer. Também dizer, já agora, desculpe aqui a imodéstia, se é que isto é imodéstia. Eu estou a trabalhar numa história da criação do Serviço Nacional de Saúde, tenho já uma cópia que mandei para umas jornadas de medicina que vão acontecer em novembro, num livrinho que vai ser publicado, e tenho um livro feito. Qualquer dia vou chatear ali o meu amigo Carlos Chaves Monteiro, pedindo-lhe apoio para a publicação desse livro. Mas isso depende um pouco daquilo que eu for conseguindo, porque eu ando a tentar conseguir entrar no arquivo do Hospital de Sousa Martins, ainda não consegui. Neste momento é difícil entrar nos arquivos, incluindo o arquivo da Câmara e, portanto, é com essas de restrições que eu trabalho e, portanto, quando tiver a certeza que fiz bom trabalho, cá estarei para propor a publicação deste livro. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu peço-vos desculpa, mas nós deveríamos ter votado os Votos de Pesar. Não o fizemos, mas eu ia perguntar agora. Penso que podemos votar todos em conjunto. É sobre isto ou sobre... então sim, depois já continuamos. Faz favor, senhor Deputado. Também é Declaração de Voto?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Evidentemente que, tendo o CDS assumido um papel de defesa da saúde neste concelho, não podia, de alguma forma, deixar de votar favoravelmente a moção. Apenas entendemos fazer os reparos que fizemos, relativamente à forma como ela chega a esta Assembleia Municipal. Queria dizer que nos revemos nas últimas palavras do Deputado António Monteirinho e que a subscrevemos. Já não estaremos de acordo com aquilo que disse na sua primeira intervenção em que quis, de alguma forma, reduzir a degradação do serviço de saúde no distrito da Guarda a querelas partidárias. Eu acho que isso é não querer ver a

realidade porque ela está à vista de todos. Está à vista de todos. E aí daqueles que, por qualquer infelicidade, têm que recorrer aos serviços de Saúde. Sendo certo que sabemos que os profissionais que ali trabalham dão o melhor de si em prol dos utentes que atendem, que ali acorrem, que solicitam o seu serviço. Mas há claramente limitações de outra natureza e não são apenas as físicas, porque nós também não podemos caminhar para o modelo terceiro mundista de que tenhamos excelentes instalações, temos condições físicas excelentes e depois não temos os recursos humanos. E não vale a pena enumerar aqui a quantidade de valências médicas que estão perfeitamente debilitadas e quase inoperacionais, sem capacidade de resposta permanente. Também entendo ali o incómodo do senhor Deputado Marco Loureiro para que, efetivamente, fosse retirado aquele parágrafo porque ele fez parte da geringonça, fez parte do Governo deste País durante um determinado período em que Portugal foi anunciado como o oásis da Europa, mas o oásis não trouxe dinheiro para as carências que nós vivemos na Guarda no setor da saúde. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Aquilo que eu vos estava a dizer é que, por falha minha, não votámos os Votos de Pesar. Penso que todos concordarão, podemos fazer uma votação em conjunto... Quer falar, senhor Deputado? Sobre os Votos de Pesar ou sobre isto? Então, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Bom dia a todos os presentes. Sem entrar aqui nesta questão, porque os Votos já foram todos apresentados, eu gostaria só de propor, não sei se o posso fazer, à Bancada do PSD. Penso não ter ouvido esse parágrafo, não só porque penso que a idade não é... a idade sim, mas não é só a idade que nos traz mais estatuto. Eu penso que se o Tiago, da minha geração, não o merece, não estou a ver, neste momento, mais nenhum jovem na cidade que o mereça. Se não aceitam colocar aí dar o nome do Tiago a alguma rua da cidade.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Faz favor, senhor Deputado. Se bem entendi, tentar resumir, a sugestão da Bancada do Partido Socialista, era que incluíssem no Voto de Pesar do Tiago Gonçalves a possibilidade de ser atribuído o seu nome alguma rua. É isso? Se eu bem entendi, para resumir a sua intervenção, aquilo que a Bancada do Partido Socialista sugere à Bancada do PSD, uma vez que foram eles que apresentaram no Voto de Pesar do Tiago Gonçalves, a sugestão de ser atribuída uma rua com o nome do Tiago. É isso? Faz favor. Só para ver se percebemos bem.” -----

- **Deputado Ricardo Antunes (PS):** “Sem entrar aqui em grandes questões, faço este pedido à Bancada do PSD porque, conhecendo e tendo a amizade que tive com o Tiago, sei muito bem que ele preferia que fosse o PSD a fazer essa proposta do que a bancada do PS.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Senhor Deputado, faz favor. Pedro Nobre.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Naturalmente que a bancada do PSD aceita, com agrado, essa sugestão e então propunha que fosse acrescentado esse ponto ao Voto de Pesar apresentado e agradecer a excelente sugestão. Já tínhamos pensado numa coisa

do género, mas não a tão grande escala, dentro do PSD. Mas naturalmente que o Tiago é bem merecedor dessa tomada de posição. E obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, posto isto, depois encarregam-se de acrescentar essa alínea ao Voto de Pesar do Tiago. O que eu estava a dizer, como não votámos, com certeza todos concordarão, podemos votar os Votos de Pesar todos em conjunto.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Tiago José Monteiro Gonçalves** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Daniel de Jesus Vendeiro** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de José dos Santos Antunes** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, então, agora, aos documentos entregues. Senhor Deputado Aires Diniz, temos uma Moção pela reposição das freguesias extintas, uma Moção pela reposição dos preços dos passes sociais na CIMBSE. E são estas duas. Faz favor, leitura destas duas Moções.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “«Moção pela reposição das freguesias extintas. Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente, avançou com uma Resolução recomendando ao Governo a avaliação do processo para posterior decisão. De então para cá, as populações de norte a sul do País continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Os últimos congressos da ANAFRE, realizados em 2018 e 2020, colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo Governo PSD/CDS. O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, assim como é uma exigência democrática. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro de 2020, delibera: Reclamar do Governo e da Assembleia da República as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos; Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.» E isto é para enviar ao Primeiro-Ministro,

A outra Moção é pela reposição dos preços dos passes sociais na CIMBSE. «No passado mês de agosto, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), da qual faz parte a Câmara da Guarda, anunciou a limitação, a partir de setembro, do “apoio à aquisição de passes de transporte a pessoas em situação de carência económica comprovada” e que “segundo as novas regras, que vigorarão para os passes com validade posterior a 1 de setembro, o apoio a conceder será de 50% do preço, mas limitado a pessoas em situação de carência económica que terá de ser comprovada pela Câmara Municipal da residência”. A CIMBSE apoiava em 40% a aquisição de passes normais e em 60% se o utente tivesse mais de sessenta e cinco anos ou menos de vinte e três. O apoio já era limitado, e com a decisão agora tomada passou a ser dirigido somente para as pessoas com carência económica comprovada pelo respetivo município. Esta medida inaceitável e que repudiamos, aumentou em 40% a despesa do passe de transporte das populações, reduzindo o rendimento dos trabalhadores e das famílias num momento em que mais precisam. A CIMBSE, enquanto autoridade de transporte, é financiada pelo OE “para implementar e desenvolver medidas de apoio à redução tarifária nos sistemas de transporte público coletivo de passageiros, bem como para o aumento da oferta de serviço e a expansão da rede”, por isso, deve realizar todas as diligências junto dos operadores e do Governo para que garantam o funcionamento dos sistemas de transporte, de forma a garantir o direito à mobilidade. É inadmissível que, face a eventuais dificuldades financeiras, ou perante pressões dos operadores privados, se cortem ou se reduzam os direitos das populações, agravando ainda mais as desigualdades. O que se exige é que a CIMBSE negocie com o Governo, tendo em conta os desenvolvimentos do surto epidémico do COVID-19, para que este assumas as suas responsabilidades para garantir o financiamento que assegure o funcionamento de todo o sistema de transportes da região. A melhoria da qualidade de vida no concelho da Guarda é uma exigência cuja concretização tem nos transportes públicos um elemento da maior importância. A sua qualidade é condição indispensável para tornar a vida melhor a todas as pessoas que aqui vivem e trabalham. Assim, o eleito do PCP propõe que esta Assembleia Municipal, reunida a 29 de setembro de 2020, recomende à Câmara: - Que em articulação com as Câmaras Municipais que integram a CIMBSE, tome as medidas necessárias visando a reposição imediata da redução dos preços dos passes sociais e reposição de transporte retirados, garantindo desta forma o direito à mobilidade das populações. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Obrigado. Vou, para já, falar apenas da moção que diz respeito ao repor das freguesias, dizendo o seguinte. Acho que nós não podemos andar constantemente com marcha à frente e marcha atrás, relativamente às questões que são tomadas. E atribuir a responsabilidade total à população de uma freguesia, para saber se essa freguesia deve voltar a ser freguesia ou não, sem haver outro tipo de situação que delimite essa tomada de posição, achamos que é assim um bocadinho

ambíguo demais. Concretamente e numa situação prática. Vamos ver, por exemplo, uma aldeia que foi sede de freguesia e que, neste momento, não é - Seixo Amarelo. O Seixo Amarelo tem, neste momento, exatamente não sei, mas entre trinta a cinquenta habitantes e faz parte da União de Freguesias com o Gonçalo. Vamos imaginar, então, que tem cinquenta habitantes. Como sabem, e fazendo parte da lei, com menos cento e cinquenta habitantes é plenário. Ou seja, qualquer decisão que a aldeia tenha que tomar, os habitantes vão lá de braço no ar e decidem então o que têm a fazer. Portanto, acho que é um retrocesso num caso concreto. Mas, por outro lado, vamos imaginar que de repente há trezentas pessoas que querem ir viver para o Seixo Amarelo. Aí sim, já faria sentido voltar a ser, por princípio, voltar a ser uma freguesia. De maneira que esta proposta fará mais sentido se delimitarmos e concretizarmos melhor aquilo que se pretende. Acresce a este facto que, muito brevemente, vai ser apresentado o diploma para votação na Assembleia da República e não sei até que ponto é que, mandar esta situação, atribuindo única e exclusivamente a responsabilidade à população, se será uma coisa muito viável. Portanto, delimitar as coisas, de alguma forma, acharemos que poderia ser mais benéfico. Acresce ainda, e eu acho que este ponto também é muito importante, em casos concretos, com a união das freguesias, o apoio dado pelo Estado é um. 12 mil euros, por exemplo. Enquanto que, se fossem as freguesias separadas, cada uma dessas freguesias recebia 4 mil. Ou seja, é a diferença de 8 para 12 que, numa freguesia, é extremamente importante este diferencial. A área é maior, obviamente, mas o montante a receber também é maior. Portanto, nestes casos concretos, o senhor não faz referência a esta parte economicista, mas que é muito importante. Portanto, há aqui uns ajustes que a bancada acha que deveria ser tomada em consideração. Portanto, assim, conforme está, entendemos que não reúne as condições para nós votarmos favoravelmente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais alguém para entrevir? Senhor Deputado Laginhas. É, não é? Peço desculpa, se às vezes eu não conhecer alguém com as máscaras.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Bom dia a todos. Eu tinha uma intervenção preparada sobre os transportes, mas dada a proposta/moção do Partido Comunista, entendi então fazer agora essa intervenção e aproveitando também para informar que nós iremos votar favoravelmente a moção associada aos transportes. Isto para dizer que temos, neste momento, efetivamente, como foi referido na Moção, o PART, o Programa de Apoio à Redução Tarifária, está suspenso por esgotamento das verbas orçamentadas nesse programa. Só quem consiga comprovar carência económica é que pode beneficiar dessa redução, o que nós pensamos que é da mais elementar justiça social. Contudo, também há a informação no website do Município que, com o PART, pretende-se reduzir as externalidades associadas à mobilidade, como a redução da poluição, o efeito de estufa, o ruído, o consumo de energia, exclusão social e atrair passageiros. E acrescentando que nós vamos assistindo, cada vez mais, a lugares de estacionamento pagos e mesmo com esse aumento dos lugares de estacionamento pagos continuamos também a observar uma ocupação máxima desses lugares, o Partido Socialista não pode deixar de também fazer umas questões, ou até sugerir acrescentar à moção o que é que o Executivo vai fazer para voltar a promover a mobilidade e reduzida as externalidades. Ainda não conseguimos perceber pela informação veiculada pelo Município nesse

sentido. E, também, outra questão, se pretendemos que os transportes coletivos urbanos sejam sustentáveis economicamente, o que é que o Executivo quer fazer para incentivar a utilização desses transportes? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, pretende falar agora, ou pretende apenas no final dos documentos todos, sobre todos? Muito bem. Então, passamos à votação destes dois documentos. Votaríamos, primeiro, a moção pela reposição das freguesias extintas.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela reposição das freguesias extintas** -----

- Rejeitada, por maioria, com trinta e sete votos contra, doze abstenções e treze votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então, agora, passamos à votação da segunda moção. Uma Declaração de Voto? Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bom dia a todos, cumprimento a senhora Presidente da Mesa e os restantes Membros, o senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores presentes, os colegas Deputados, os senhores Presidentes de Junta, a Comunicação Social e os Técnicos do Município. A minha declaração de voto é só para deixar claro que, genericamente, concordando com o princípio de que há situações que têm que ser revertidas, porém, concordo também com aquilo que disse o Deputado Pedro Nobre de que as situações não são todas iguais e, portanto, não podemos meter no mesmo saco e não podemos tratar de forma igual coisas que são diferentes. E só por isso a minha abstenção. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Uma Declaração de Voto, senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, nós sabemos que as realidades são diferentes. Há freguesias que mantêm a sua força populacional. Há outras que já não têm essa força porque o País tem sido atingido por medidas de política que têm esvaziado populacionalmente certas freguesias. E, portanto, na Assembleia da República, quando se fizer a discussão disto, ter-se-á que ter em atenção as várias realidades, incluindo até numa reunião que nós tivemos, houve alguém que disse que em algumas freguesias já nem há lá gente para fazerem uma lista. E, portanto, estas situações implicam que quando a gente fala da questão da população das freguesias, estamos a discutir a política geral do País que obrigou ao esvaziamento das freguesias. Por exemplo, a freguesia a que eu pertença, Pousade, tinha seiscentas pessoas há sessenta anos. Agora tem para aí umas cem e tem muita gente que é de Lisboa, ou que está recenseada em Lisboa e que vivem em Pousade. Eu estou recenseado em Coimbra e vivo em Pousade. E, portanto, há aqui muitas situações em que esta realidade dos movimentos, uns pendulares, outros já fixos, ou seja, há muita gente que vive nas aldeias embora não estejam recenseados nas aldeias porque têm vantagens estar em Lisboa, por alguma razão. Embora, neste momento de pandemia, talvez vivendo numa aldeia seja melhor, porque não há aquelas concentrações, há esse distanciamento social que é obrigatório.

Agora, o que nós não devemos é limitar a possibilidade de algumas freguesias que ainda têm possibilidade de serem freguesias e que têm vantagens de ser isso, não podemos votar contra porque estamos a limitar os direitos dessas populações. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos, então, agora... senhor Deputado Henrique, é Declaração de Voto?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pois, as razões também do nosso voto contra já foram, de alguma forma, aqui esplanadas em declarações de voto anteriores. Não se pode tratar de forma igual aquilo que é necessariamente diferente e, olhando à realidade do distrito da Guarda, evidentemente nós sabemos que há aqui, como disse o senhor Deputado Aires Diniz, há aqui freguesias onde já não se consegue fazer uma lista para se ter um órgão autárquico local. Eu acho que a discussão, na altura, foi desvirtuada na forma como foi feita a abordagem à extinção de freguesias e foi colocada a tónica na extinção de freguesias. Isso nunca devia ter sido feito, mas não o conseguimos mudar. As freguesias deviam ter mantido a sua identidade e ter criado unidades de gestão das freguesias e talvez o diálogo não tivesse inquinado tanto como inquinou. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos, então, agora, à votação da segunda Moção «Pela reposição dos preços dos passes sociais na CIMBSE».” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela reposição dos preços dos passes sociais na CIMBSE** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao Bloco de Esquerda. Sim? Faz favor. Uma Declaração de Voto, senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” ----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Muito obrigado. Porque votei favoravelmente esta moção? Porque, na generalidade, concordo exatamente com aquilo que foi dito e foi defendido. Sendo que, entendemos que o Governo tem que continuar a apoiar este tipo de situação nos espaços sociais, tal e qual como o Governo apoia os transportes públicos nas duas grandes cidades de Portugal, Lisboa e Porto. Ou seja, nós estamos a contribuir para que Lisboa e Porto tenham um excelente serviço de transportes sempre ao dispor. Acresce que tenho que realçar o trabalho que este Executivo está a ter precisamente neste ponto, porque ao ser retirado esta possibilidade da CIM apoiar os utentes nos transportes públicos, esse apoio está a ser dado pelo Município da Guarda. E esta parte acho que deve ser realçada. Portanto, quem está em idade de escolaridade obrigatória, ou seja, até ao 9º Ano é pago a 100% por pelo Município. No secundário era de 50%, passou a 60%, é importante referir esta parte também. Portanto, houve aqui um incremento na ajuda destes utentes. E, para idades superiores a 65 anos, ou quem demonstra efetivamente ser carenciado, tem o apoio de 60%. Portanto, na qualidade de utentes, a sua grande maioria não viu os seus rendimentos descer. Mas o que este Município viu foi a despesa aumentar para conseguir colmatar este apoio que deveria ser dado, sim, pelo Estado, numa questão de igualdade, e não tanto pelo Município da Guarda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, pediu-me a palavra? Mas a que título? É para algum esclarecimento? Já fez, acho eu. Acho que já estou baralhada, mas fale lá senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Foi para as freguesias. Achamos necessário que haja uma clarificação sobre a posição da Câmara sobre a problemática dos passes, agravada pelo facto de aproveitamento da CIMBSE da oportunidade trazida pelo PART, aproveitado só 65% do dinheiro disponível (como diz aqui o JN de sábado passado e, portanto, há aqui algum financiamento que não está a ser aproveitado), pois parece esquecer a importância da existência de transportes públicos de qualidade, pois só estes, nalguns casos, funcionam bem até em articulação com todos os transportes públicos, seja rodoviário ou ferroviário. Também agora que se avizinha a reabertura da linha da Beira Baixa, saibamos exigir um corredor suburbano entre as localidades da Beira Interior e um outro mais alargado até Coimbra, com a conexão das linhas da Beira Baixa e da Beira Alta. Portanto, há aqui a necessidade de que a CIM tenha uma visão integrada de todo o nosso universo regional. Portanto, é necessário que aquilo que existe seja aproveitado. Eu não sei até que ponto é que isto será tudo verdadeiro, mas o que é certo é que eu só tenho estas fontes de informação. E, portanto, se a CIM só aproveita 65%, há os outros 35% que podem ser aproveitados. E eu também, como ando por aí pelo país, vou descobrindo outras situações. Por exemplo, Trás-os-Montes gastaram 110%, ou seja, conseguiram gastar mais do que aquilo que lhe ofereceram. Lá arranjam uma maneira de obrigar o Estado a dar mais. Portanto, nós também não podemos ser pobres a pedir nem pobres a exigir e, portanto, exijamos aquilo que é preciso para a nossa vida coletiva poder funcionar. E aqui funcionar a Beira Baixa, ou Beira Interior, ou a Beira Alta, é necessário para que esta zona sobreviva e tenha população, porque se tiver transportes a população fica cá, não vai para outro lado qualquer. Até já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Honorato, faz favor.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Obrigado, senhora Presidente. Os meus cumprimentos à Mesa, ao Executivo Municipal, Deputados, Presidentes de Junta presentes, Comunicação social e ao Público em geral. Queria apenas, tendo votado favoravelmente esta moção, deixar aqui a nota de que continua a haver freguesias onde a questão do transporte público deixou de ser uma realidade garantida como acontece em Famalicão. Passo a explicar. Em Famalicão da Serra temos autocarro ao serviço da população em geral, enquanto há transporte escolar. Terminado o período escolar, portanto, esse serviço é suspenso e nós temos alertado para esta situação ao longo dos anos. Não digo que não haja alguma razão, na parte do argumento, pelo menos das empresas que têm garantido este transporte, dizendo que não é rentável a linha. Mas, já que estamos a falar em serviço social, em garantir àqueles mais desfavorecidos o acesso a um transporte público, eu recordava que Famalicão, como acontece com as outras freguesias do nosso concelho, tem uma franja significativa da população em crescente envelhecimento. Isso será o mesmo que dizer com uma capacidade de mobilidade cada vez mais reduzida, uma vez que, muita gente, já não se sente confortável até para conduzir, mesmo aqueles que

tinham carro próprio. E, portanto, também será importante que o Município pressione as empresas de camionagem que fazem o transporte para estas localidades, para que equacionem a manutenção desse serviço de transporte para além do período escolar. Certamente que a população de Famalicão agradecerá. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Agora sim, o Bloco de Esquerda. Temos uma moção que é saudação à escola pública, uma outra moção pelo reforço da verba destinada às Juntas de Freguesia no Orçamento Municipal para 2021 e uma outra moção contra o processo de eleição indireta dos Presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das regiões administrativas. Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Então, passo à leitura desta primeira Moção «Saudação à Escola Pública». Dizer também que não vou, atendendo ao tempo que tenho, fazer uma leitura completa das moções de forma a conseguir então ter tempo. A escola pública foi uma das primeiras instituições da democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da Covid-19, criando um ensino não presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores, dos serviços essenciais e das refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar. As escolas, as direções, os profissionais de educação estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que o início do ano letivo aconteça nas melhores condições possíveis. No entanto, são evidentes as dificuldades: a instabilidade criada por um corpo docente envelhecido com milhares de professores pertencentes a grupos de risco; a falta de funcionários provocada por uma portaria de rários desadequada e cujo reforço, devido à pandemia, ainda não chegou às escolas; o desafio de adaptar a espaços físicos às necessidades de distanciamento. Por tudo isto, a Assembleia Municipal reunida hoje delibera: 1 - Saudar a mobilização e o empenho da escola pública na resposta aos desafios lançados pela pandemia da Covid-19, demonstrando, uma vez mais, o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça Social; 2 - Saudar os professores e professoras, os profissionais não docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da escola pública; 3 - Declarar o compromisso desta autarquia na defesa da escola pública e no apoio a todos os agrupamento de escolas e escolas não agrupadas para enfrentar os desafios da pandemia. Esta foi a Moção Saudação à Escola Pública. -----

Passo, então, agora, à leitura da Moção «Pelo reforço da verba destinada às Juntas de Freguesia no Orçamento Municipal para 2021». A pandemia da Covid-19 veio colocar novos desafios às autarquias, nomeadamente a nível da ação social e do apoio às populações mais vulneráveis. As autarquias dispõem de meios e conhecimentos essenciais na resposta à crise, são responsáveis por serviços públicos fundamentais, e contam com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações. No caso das freguesias, pela sua dimensão e proximidade, têm desempenhado um papel determinante no esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais para a minimização dos seus efeitos. Justifica-se, por isso, e prevendo-se o agravamento das condições

económicas sociais das populações, a revisão da verba global a transferir para as freguesias já no próximo Orçamento Municipal, tendo em vista o reforço da sua capacidade e meios para prestar apoio às populações mais vulneráveis, designadamente em matéria de ação social. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro de 2020 delibera: que na elaboração do Orçamento Municipal e das Grandes Opções para 2021, o Executivo da Câmara reforce a verba global a transferir para as freguesias, com vista ao reforço da sua capacidade de atuação em matéria de ação social e outras relacionadas com a resposta à crise. -----

Leitura da última moção. «Contra o processo de eleição indireta dos Presidentes da CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas». Na sequência do decreto-lei nº 27/2020, de 17 de julho, vai ocorrer, em 13 de outubro próximo, a eleição dos Presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, conhecidas como CCDR. Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais e pelos Presidentes e Membros das Assembleias Municipais, incluindo os Presidentes de Junta de Freguesia da respetiva área territorial. As CCDR são serviços periféricos da administração direta do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros Ministérios. Têm importantes atribuições, para além do apoio técnico às Autarquias Locais, é missão das CCDR executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional, abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários, assim como promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional. A eleição dos Presidentes da CCDR em outubro próximo será feita por eleitos autárquicos. Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição de um Presidente da CCDR para os próximos cinco anos, quando estamos a um ano de novas eleições Autárquicas, enfraquece, no nosso ponto de vista, a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de Presidente nas várias e CCDR, num processo que, de democrático, tem muito pouco. Fica, por isso, evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização consagrada na Constituição desde 1976. A eleição, em 13 de outubro próximo, é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro, ao abrigo do artigo 9º, nº 2, alínea j) do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibera: 1 - Manifestar discordância pelo processo de eleição indireta dos Presidentes das CCDR, como previsto no DL nº 27/2020 e na Lei nº 37/2020, de 17 de agosto; 2 - Insistir junto dos Órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes documentos? Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CSD-PP/MPT/PPM):** “Só para perguntar ao senhor Deputado Marco se quer substituir a expressão escola pública por setor do ensino na Moção que apresentou.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor. A resposta é não. Mantém a redação que tem. Mais alguém para falar? Senhor Deputado Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “A minha intervenção e a minha proposta vai no seguimento daquela apresentada agora pelo CDS-PP. Porque é assim, vamos ver. Parece que estamos a discriminar todos os docentes trabalhadores do ensino particular que muito trabalham também em prol da educação do nosso concelho e que têm um papel, na minha opinião, ou na nossa opinião, preponderante para o ensino dos nossos jovens. Portanto, temos escolas aqui que são referência a nível nacional e classificadas como das melhores a nível nacional e parece que, então, não damos assim importância nenhuma a essas escolas. De maneira que volto a solicitar ao senhor Deputado que seja aceite a proposta do CDS. Caso contrário, iremos votar contra. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Então, passamos à votação destas Moções. Começávamos pela Saudação à Escola Pública. Como? Eu não consigo ouvir. Disse que não, não foi? Sim, disse que não. Quer clarificar alguma coisa? Sim, então, faz favor, senhor Deputado. Eu entendi que tinha dito que não, por isso é que...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “É óbvio que eu compreendo e respeito imenso o ensino privado e público, é óbvio. Contudo, a Moção que aqui apresentámos parece que é extremamente clara no que quer chegar, nomeadamente à escola que, de verdade, tem tido um papel determinante e, muitas das vezes, tem sido colocada para trás e com grande desprezo de quem, por vezes, dirige os destinos e não olha, com respeito, para aquilo que é o bem essencial de todos, o direito a uma educação pública e gratuita. E por isso a Moção terá que ter esta leitura, terá que ter este sentido e não pode ser, de forma alguma, alterada. Independentemente até de merecer uma atenção, um outro documento. Qualquer bancada aqui representada pode apresentar um documento falando da escola privada, se assim lhe quiserem chamar. Este documento, como já aqui referi, é para louvar o ensino público. Muito obrigado.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Saudação à Escola Pública** -----

- Rejeitada, por maioria, com trinta e oito votos contra, catorze abstenções e quinze votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor. Qual dos dois? Os dois? Senhor Deputado Henrique, faz favor. Vocês são poucos, mas falam por muitos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, ninguém duvida que eu seja um defensor da escola pública. Sou professor na escola pública e muito mal tem sido feito à escola pública. Evidentemente que só o dinheiro não resolve os problemas da escola pública, que tem outro nível de profundidade que não são apenas económicos. Mas isso seria uma discussão muito longa que nós teríamos que ter aqui. Agora, no

nosso País coexistem dois sistemas. O sistema público e o sistema privado e cooperativo. Vamos aqui minorizar e esquecer todos os milhares de trabalhadores? Ou esses não são trabalhadores, os professores e os funcionários que trabalham nas escolas privadas? Também são professores e não podem ser esquecidos. Também são funcionários, também são auxiliares. Isto revela apenas, esta moção... o senhor Deputado Marco Loureiro, quando veio depois fazer a intervenção, tentou compor um pouco o ramo e já estava a dar uma perspectiva um bocadinho diferente. E aí até estaremos de acordo. Agora, isto é uma visão sectária da sociedade. Uma visão estatizada e estatizante do ensino. E, desculpe, eu não comungo dessa ideologia. Por isso tivemos que votar contra. Com todo o respeito que eu tenho pela escola pública, que tenho que ter, sou trabalhador dela. E, aliás, também já aqui fizemos referência a outras situações que têm prejudicado a escola pública, nomeadamente o encerramento das pequenas escolas. E até temos aqui uma situação latente no próprio concelho da Guarda e na cidade, que é a questão do encerramento das escolas de bairro que não está devidamente esclarecida, medida essa da qual eu sou um acérrimo opositor porque conheço a realidade. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, senhor Deputado. Passávamos então... senhor Deputado Aires Diniz, também uma Declaração de Voto.” -

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu também fui professor na escola pública em vários sítios e não posso deixar de ser defensor. Até porque foi aí a minha vida e foi aí a minha luta sindical, política, daquilo que eu fiz a minha missão de professor. Alguns professores mercenários e há aqueles que são missionários e eu fui um missionário. Tentei, a todo o custo, fazer o melhor trabalho, mesmo contra o poder instituído e, às vezes, pequenas coisas que havia nas escolas. Aquilo que mais me dói é que, em 2005, quando subiu ao poder o senhor José Sócrates Pinto de Sousa, aquilo que aconteceu foi a degradação continuada da profissão de professor. E é contra isso que eu sou contra, contra, contra, contra até morrer. E até depois de morrer cá ficará aquilo que eu fui escrevendo. É por causa disso que eu chamo a alguns Ministros os *escolicidas*, assim como José Dias Ferreira, no final do século XIX, também acabou com algumas vantagens do ensino primário. Portanto, houve sempre essa tendência e agora tem sido agravada porque o Estado é obrigado a desviar dinheiros do próprio orçamento do Estado para apoiar outras coisas, não são as escolas privadas, mas são os banqueiros, os bancos mal-amanhados, mal manejados e mal geridos. Eu sei que, neste momento, o ensino sofre de um problema que é o envelhecimento dos professores, que acontece não porque os professores envelheçam todos, eu também, mas porque não deixaram que o corpo docente se fosse rejuvenescendo. Isso vai ser um problema nos próximos dias e é por causa disso que eu estou aqui a falar, dizendo que é necessário defender a escola pública porque a escola pública é que vai assegurar o ensino a toda a gente. Portanto, votar a favor da escola pública é essencial à reprodução do próprio País e alguns dos pedagogos que eu conheço falam em reprodução como algo que é necessário. Todas as gerações têm que ter escola. É por causa disso que todos nós estamos a fazer força para que as escolas funcionem, para que funcionem bem, para que não haja problemas. Eu sou um bocado iconoclasta. Na próxima semana vai sair um artigo meu que o título é, mais ou menos, ensaio sobre a possível existência do Ministro da Educação. O Ministro da Educação tem-se calado perante aquilo que é o ataque à escola pública e nós não

podemos admitir isso. E nós sabemos que Maria de Lurdes Rodrigues atacou a escola pública. A seguir foi Nuno Crato. A minha amiga Isabel Alçada, que eu não posso atacar muito porque somos amigos, mas o que é certo é que Isabel Alçada apaziguou alguma coisa. Nós não podemos deixar de defender a escola pública porque é a escola pública que permite a todos ter educação e ter algum porto de abrigo no momento difícil do nosso País, e do mundo ao fim e ao cabo. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Ricardo, agora sim.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu gostaria apenas, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, fazer uma Declaração de Voto para que fique bem vincada e sublinhada a nossa posição. O Grupo Parlamentar do PSD, não é 100, é 1000% favorável à escola pública. Aliás, se olharmos para esta plateia, eu atrevo-me até a dizer que, seguramente, mais de 95% das pessoas aqui presentes andaram na escola pública. E, portanto, ensinam-nos bem porque chegámos aqui e isso significa alguma coisa. Mas também não podemos desprezar o papel ativo e muito empenhado na sociedade que o ensino privado também tem. Não aquele ensino olhado de uma forma elitista, mas sim quando a escola privada intervém em lugares, em geografias, onde o ensino público, por incapacidade ou porque não quer, não consegue intervir. E, portanto, é nesses casos, e são bastantes, designadamente nas regiões mais deprimidas, como é o caso da nossa, em que também tem que haver um papel de reconhecimento do ensino privado nessas matérias. Portanto, quando se faz aqui um voto de louvor à escola pública, que isoladamente eu concordo com ele, não se pode é desprezar, omitir e por essa omissão apoucar o papel muito empenhado, até do ponto de vista social, do ensino privado porque também merece uma palavra de reconhecimento, designadamente nesta época pandémica que nós atravessámos e continuamos a atravessar, até na abertura de algumas cantinas privadas às populações no sentido de fornecer alimentação àquelas pessoas e àquelas crianças mais necessitadas. Portanto, a bancada do PSD apenas votou contra, única e simplesmente pelo facto de não ver reconhecido, também nesse documento, o papel social da escola privada nesta matéria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente já tinha visto muita coisa, mas professores da escola pública, até com responsabilidades nos agrupamentos, votar contra a escola pública, realmente é algo extremamente inédito, provavelmente em qualquer País que se diz favorável à escola pública. Esta é a minha opinião e tenho direito a tê-la. Vocês têm vossas posições, não concordo e por isso estou a dizer que não concordo com as vossas posições. Em momento algum aqui foi dito, como foi transmitido na Declaração de Voto do PSD, houve nesta moção do Bloco de Esquerda um desprezo pelo ensino privado. Em momento algum está aqui escrito nesta moção, em linha alguma, em parágrafo algum, o desprezo pela escola privada. Esta moção fala da escola pública, apresentada pelo Bloco Esquerda para saudar a escola pública. Livremente todos os outros partidos aqui presentes, Deputados e Deputadas, têm a possibilidade de apresentar um documento a saudar a escola

privada, a saudar as duas. O que é que isso tem a ver com o escolher votar favorável, ou não, à saudação à escola pública? Como é que se vai caminhar para este enquadramento político? Já percebemos há muito, com estas posições, que a direita nunca, de verdade, percebeu a importância, nem gosta da escola pública. Ficou aqui demonstrado mais uma vez.” -----

- **Cidália Valbom Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Senhor Deputado, vai falar a que título? Não vamos entrar aqui em diálogo, já esgotou o seu tempo. Muito rapidamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É assim, eu acho estranho. Até entendia o senhor Deputado Marco Loureiro, apesar de ser do Bloco de Esquerda, que era uma pessoa com algum bom senso. Mas agora parece que se está a radicalizar e quer reduzir o pensamento de toda esta gente que aqui está ao pensamento Bloco de Esquerda. E isso não pode ser assim. Não pode ser assim. Eu não sei se isto é um ato já de desespero, uma vez que foram afastados da geringonça e não sabem em que é que vão terminar aquelas negociações que andam a ser feitas aí nas esquinas das mesas e se até, provavelmente, vão continuar a apoiar as políticas que o atual Ministro da Educação tem tido para a escola pública.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Passávamos então agora à votação da segunda moção do Bloco de Esquerda que é, pelo reforço da verba destinada às Juntas de Freguesia no Orçamento Municipal para 2021. Está aprovada por unanimidade. Temos agora a moção contra o processo de eleição indireta dos presidentes da CCDR e pela instituição efetiva das regiões administrativas. Está aprovada a moção com 12 votos a favor e 50 abstenções. E passávamos agora (...) declaração de voto senhor Deputado Aragão? Faz favor.”

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Bom dia a todos. Eu queria fazer uma declaração de voto porque se por um lado comungo com aquilo que foi dito aqui em relação à questão da eleição, porque não concordo com a forma como o fizeram, por outro acho que pode vir a ser um passo importante no desenvolvimento da regionalização no nosso país. Eu recorde-me de ter andado no processo de regionalização há alguns anos atrás, bastantes anos atrás, e depois ficou parado. Era a questão do agrupamento de regiões menos favorecidas com regiões mais favorecidas, só os ricos ou só os pobres, e criou uma polémica que não levou a lado nenhum. Aproveitar a estrutura das Comissões de Coordenação é uma forma de conseguir fazer uma regionalização com uma máquina que já está montada e que funciona, mas que lhe é preciso dar um carácter democrático e que só não o tem completamente porque as eleições não são feitas de uma forma universal e direta que permitia transformar isto num processo verdadeiramente democrático. Vai ser feito por Assembleia de votantes que somos nós, são as Câmaras, são as Juntas de Freguesia. Portanto, há um universo que é restrito, que foi feito a partir de um acordo entre os dois maiores partidos, também acho que não está bem, tirando um ou outro caso onde não chegaram a acordo, mas que pode ser o caminho para um sistema de regionalização que pode funcionar de uma forma democrática. Daí que a nossa abstenção tenha a ver com a forma como este processo foi feito. No entanto, no fundo, isto pode ser uma maneira de ter uma regionalização a funcionar no nosso país. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, isto está claro que não é uma eleição, é uma nomeação. O PS e o PSD dividiram os empregos para várias pessoas e, portanto, vamos votar o quê? Há algum programa eleitoral? Há alguma proposta que nos seja apresentada para nós votarmos? Nós escolhemos alguma coisa? Ao fim e ao cabo vamos aceitar aquilo que resultou do acordo entre o PS e o PSD, ou então rejeitamos isso. E se isso acontece fica tufo esgotado. Ou seja, nós devíamos ter aqui a possibilidade de falar sobre política económica, regional, contra a exclusão das regiões, como é o caso da Guarda e distrito da Guarda e de outras regiões do país. Devíamos poder votar contra aquilo que tem sido a máquina despovoadora do país e não vamos ter essa possibilidade. Era isso que eu queria dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Votámos favoravelmente porque revemo-nos naquilo que constava da Moção do Bloco. Ao não ser feita esta eleição por voto universal e direto, estamos a reverter as regras da democracia. Isto não foi um negócio, foi uma negociata feita de partilha de lugares entre o PS e o PSD e são estes sintomas que, a pouco e pouco, promovem o apodrecimento do regime. E depois não se admirem que apareçam para aí alguns extremismos e que eles se vão, de alguma forma, também afirmando.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, Grupo Municipal do Partido Socialista. Temos uma Recomendação «O mercado de São Miguel, um espaço de oportunidade para o desenvolvimento social e económico do concelho», uma outra Recomendação «A barafunda ótica da fibra ótica ou a descaracterização ótica das aldeias», outra Recomendação «A grande cruzada de 2018» e, por fim, um Voto de Confiança «Na Comunidade Educativa do Concelho da Guarda» e uma Proposta. Quem faz a leitura, quem começa? Não sei se é uma pessoa só que faz as leituras todas? Não? Senhor Deputado Monteirinho, começa pela Recomendação do Mercado de São Miguel?” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Não, senhora Presidente, é a proposta. Só há uma, portanto, é essa que vou ler. Antes de começar, ainda não tive a oportunidade de cumprimentar o novo líder da bancada do PSD, cumprimento agora. Desejo-lhe sucesso Pedro Nobre. Proposta do Partido Socialista: «Considerando a preocupação crescente com o processo da candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027, por parte dos Guardenses; Considerando que a Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027 tem que ser um projeto mobilizador que permita a afirmação do nosso território nos contextos regional, nacional e europeu; Considerando o défice de informação acerca deste processo de candidatura, tratando-se, na verdade, de uma espécie de sistema opaco, para o qual consideramos que a pandemia não pode ser desculpa; Considerando que todos os dias surgem notícias sobre as outras candidaturas

e a nossa candidatura parece que ainda não arrancou ou está irremediavelmente atrasada; Considerando que a juntar ao défice de informação existem outras dúvidas relacionadas com as contratações dos diversos elementos que constituem os órgãos da candidatura. Assim, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro de 2020, que delibere: remeter em todas as Assembleias Municipais um relatório de execução para análise e discussão dos Deputados Municipais; que o relatório de execução apresente também a totalidade das despesas financeiras realizadas desde o início até à apresentação desse documento; remeter para conhecimento dos Deputados Municipais todos os contratos públicos realizados no âmbito desta candidatura; e promover a existência de um sítio com a indicação da atividade desta candidatura. O grupo municipal do Partido Socialista da Guarda.» Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Quem faz a leitura seguinte? Eu chamar-vos-ia à atenção que são muitos documentos. Atenção que têm seis minutos para ler tudo. Qual é que vai ler, senhor Deputado Nuno?” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “A Recomendação «O mercado de São Miguel, um espaço de oportunidade para o desenvolvimento social e económico do concelho. Durante muito tempo, os mercados foram, nas suas diversas tipologias, locais de grande importância social e comercial. Espaços de trocas comerciais, mas com um papel central na evolução da sociedade, adaptando-se ao contexto cultural e social. O mercado, além da componente comercial importante para a dinamização da economia local, deve ser visto, também, como um lugar de encontro de pessoas, que permite desenvolver e consolidar a vida em comunidade. Portanto, estamos perante duas componentes essenciais ao nosso concelho, a económica e a social. O Partido Socialista pretende com esta Recomendação: promover a componente social, em que o mercado se transforma num espaço de aprendizagem e capacitação social; Promover o encontro e a ligação entre os diversos atores sociais, produtivos e económicos da nossa comunidade; Promover o espaço rural, tão fundamental na nossa identidade e cultura, como afirmação das potencialidades do nosso concelho. Na Guarda existe um espaço que reúne condições estruturais que permite a concretização dos três objetivos anteriormente referidos, mas que se encontra esquecido com esperança de voltar a dar o seu contributo à comunidade. Falamos do mercado de São Miguel. Um espaço que merece ser dignificado e que cumpra a função para a qual foi criado. Não nos podemos esquecer que nos encontramos numa região em que a agricultura familiar é um dos seus pilares. Tem uma componente socioeconómica, ambiental e cultural muito presente no nosso concelho. Pela sua forte presença, é um facto que tem que estar presente na estratégia local, pois assim dignificamos as nossas freguesias, os seus habitantes, preservamos os alimentos e dietas tradicionais, protegemos a agrobiodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais e impulsionamos a economia local. Assim, e uma vez que a realização da Feira Farta foi cancelada, o Partido Socialista recomenda: 1 - Aproveitar o mercado de São Miguel como espaço de promoção da agricultura familiar, realizando atividades semanais, que dinamizem esse espaço e proporcione o encontro comunitário, privilegiando ações de desenvolvimento social; 2 - Canalizar a verba orçamentada para a Feira Farta para promover, no mercado de São Miguel, a troca comercial de produtos agrícolas e derivados, proporcionando, desta forma, uma

alavanca aos rendimentos das famílias; 3 - Que uma vez por mês se promovesse o dia da freguesia, sendo a oportunidade de as nossas freguesias realizarem nesse espaço atividades promocionais dos seus territórios e produtos.» Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Quem faz a leitura do próximo documento? Senhor Deputado António Barbosa. E qual é que vai ler, já agora?” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Para já vou falar sobre a barafunda ótica, senhora Presidente. Bom dia a todos, como tenho pouco tempo, relativamente à barafunda ótica não vou ler a Moção, vou só pedir à Câmara...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Leia o conteúdo da deliberação em si.” --

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Pedia à Câmara o favor de verificar a barafunda que existe nas aldeias relativamente à colocação da fibra ótica. Vemos fibra ótica de cima dos telhados, vemos fibra ótica em frente às janelas, vemos fibra ótica em frente às varandas. Portanto, é uma barafunda total e eu pedia-lhe o favor, senhor Presidente, se pudesse, interferir junto das operadoras para terem algum cuidado relativamente a isso. A outra Recomendação tem a ver com os rios e se me permitisse ultrapassar, pelo menos, um minuto, eu lia num instante. E queria fazer uma nota prévia, que é o seguinte. Aquilo que eu vou dizer eu investiguei e procurei ser o mais correto possivelmente. No entanto, se alguma das afirmações não estiver correta, o senhor Presidente fará o favor de me informar e peço-lhe, desde já, desculpa. «Em outubro de 2018, numa entrevista aos órgãos de informação, o ex-Presidente da Câmara da Guarda, Dr. Álvaro Amaro, afirmava: “É uma verdadeira revolução, ainda que tranquila, em termos do bem-estar, em termos de melhor qualidade de vida, porquanto se inicia aqui o trabalho que eu, há 2 anos, disse que era uma cruzada minha: despoluir os rios Diz e Noéme”. Afirmava ainda: “Vão iniciar-se as obras muito em breve e este investimento tem que estar concluído até 20 de dezembro”» estamos a falar em 2018 «revelou, indicando que se segue uma segunda fase do projeto relacionada com “toda a renaturalização” dos dois rios. Já em julho de 2017 a Junta de Freguesia da Guarda anunciara uma intervenção nas margens dos rios Diz e Noéme, com uma verba de cerca de 123 mil euros de fundos europeus, que acredito tenha sido realizada. Em junho de 2019 a Lusa dava conta que segundo afirmações do Senhor Presidente da Câmara da Guarda, a mesma previa concluir, até agosto de 2019, o projeto de requalificação das margens do rio Noéme, que contempla a criação de percursos pedonais e cicláveis entre as localidades de Vale de Estrela e Rochoso. Passado que foi um ano destas últimas afirmações, depois de algumas obras importantes efetuadas, 1 milhão e 100 mil euros depois, e olhando para os Rios o que vemos? Onde estão os troços cicláveis? Poucos. Há efetivamente alguns pedonáveis. E as águas do rio como estão? Na última passagem por Monte Barro verifiquei o estado lamentável das águas, um cheiro desagradável e um aspeto acinzentado e pastoso. Que grande cruzada! Deixava, por isso, algumas questões ao senhor Presidente. O que se passa? Qual é a fonte poluidora? A Etar de S. Miguel (foi-me dito por alguns habitantes do Bairro da Sr^a de Fátima, que de quando em vez, são presenteados com um cheiro a esgotos vindo do lado do rio que atravessa aquelas terras), as indústrias existentes e que continuam a desaguar os seus efluentes sem controlo, ou outra fonte que desconhecemos? A Câmara da Guarda iniciou o

processo de elaboração da carta de paisagem da Guarda, para e cito “integrar os bens culturais imateriais presentes no território e terá como objetivo reforçar a oferta cultural e turística.” Nesse trabalho, onde se irão enquadrar os nossos rios? No capítulo novo, talvez, “a despoluir”? Assim, recomendaríamos à Exma. Câmara Municipal que seja finalizada a tão propagada e necessária intervenção nos nossos rios.» Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Fica por ler o Voto de Confiança, mas toda a gente tem o documento. Alguém pretende intervir sobre estes documentos? Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Reitero os cumprimentos que já tinha apresentado. Sobre o Voto de Confiança, que não tivemos oportunidade de ler, enfim, por questões de tempo, vamos naturalmente confiar na diligência de todos os senhores Deputados uma vez que o documento foi apresentado na plataforma e está disponível já há alguns dias e, portanto, creio que, se não todos, pelo menos a maioria terá dele conhecimento. Queria aqui sublinhar que este voto é abrangente porque, ao contrário do que referiu aqui o senhor Deputado Aires Diniz, a Escola Pública hoje, infelizmente, não assegura o ensino a todos. Há setores do ensino, aqui mesmo no nosso concelho, que só estão disponíveis para a população porque existe uma oferta privada. E se me perguntarem se eu preferia que essa oferta fosse pública, diria, sem qualquer hesitação, que sim, sem qualquer dúvida. Mas até lá, até que isso aconteça, não podemos deixar de fora todos aqueles que diariamente dão o seu contributo com o seu trabalho para que tudo corra bem no setor do ensino. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu só queria fazer um pequeno esclarecimento. Os Grupos Parlamentares podem usar o tempo que têm disponível para ler os documentos em falta, está excluído é daquele período em que fazem a leitura sem contagem de tempo. Portanto, podem dispor do tempo como entenderem. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Luís Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Eu, por causa daquela intervenção sobre o mercado de São Miguel, é só para fazer aqui um pequeno enquadramento. Independentemente de deixar que desde que se cumpram as regras de segurança e o afastamento entre as pessoas, tudo o que possa fazer é positivo, desde que se garantam essas mesmas regras, fazer o enquadramento do que é que foi o mercado de São Miguel. O mercado São Miguel era o mercado da Guarda, que não podia ser na Guarda porque não tinha condições, era um mercado aberto, ao ar livre, que não tinha condições e apareceu um mercado novo. E meteram parte da estrutura do mercado da Guarda na Estação e o que não prestava para a Guarda prestava para a Estação. Ou seja, tínhamos os habitantes de primeira na Guarda e os de segunda na Estação. Durante muito tempo fiz intervenções no sentido de conseguir que o mercado São Miguel fosse fechado, que fossem criadas condições para que as pessoas pudessem lá estar corretamente, de verão e de inverno, e pudessem desenvolver ali a sua atividade. O mercado de São Miguel, neste momento, as atividades que tem a funcionar em permanência e que tem alguma dinâmica, são aquelas que estão em sítios que têm um espaço fechado. Portanto, criar naquele sítio uma estrutura, que permitisse albergar o mercado para funcionar de uma forma mais

correta durante todo o ano, seria o ideal. E daí eu alertar para que o Mercado de São Miguel não é uma segunda escolha, pode ser uma primeira escolha desde que sejam criadas as condições para isso. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Vou iniciar por falar da proposta apresentada pelo PS, relativamente à Guarda Capital Europeia da Cultura 2027. Parece-me que há aqui algum desconhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido, porque se forem ao website da candidatura, e se quiserem apontar é www.guarda27.pt, vão ver aí algumas das vossas dúvidas esclarecidas. Portanto, força, avancem. Depois, aí vão poder constatar que, daqui a alguns dias, vai ser feita uma coisa que marca a diferença da candidatura da Guarda de todas as outras candidaturas. E falo aqui pela positiva, muito pela positiva, porque a candidatura da Guarda não é da Guarda, a candidatura da Guarda é de uma região extensível a dezassete outros concelhos. E vai ser apresentada uma agenda cultural da Beira Interior onde, dessa agenda cultural, constam atividades desenvolvidas e a desenvolver nesses dezassete concelhos. Portanto, estar a dizer que não se está a fazer nada, francamente, é bastante redutor porque está a ser feita alguma coisa. Podia ter sido feito mais alguma coisa? Podia. Mas este próprio teatro é sinónimo disso mesmo. Quer dizer, houve muitas situações marcadas que tiveram que ser desmarcadas, lamentavelmente, pela situação que estamos a viver. Não é uma desculpa de mau pagador. Não é. É uma realidade que acontece na Guarda como acontece no resto do país. Por isso, nós iremos votar desfavoravelmente esta proposta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém para intervir? Não? Então, senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, só esclarecer aqui uma pequena questão em relação à proposta. Não há aqui nenhuma intenção de tirar dividendos políticos em relação a isto e a prova disso foi a intervenção que agora foi feita. Vai ser feito, nós não sabemos e por isso mesmo é que estávamos a questionar. E penso que, sendo a Assembleia Municipal o órgão fiscalizador, não seria nada de mais solicitar à Câmara que nos remetesse o relatório de execução da atividade. Penso que é isso. Eu penso que é uma coisa muito simples, linear. Não há aqui nenhuma tentativa de aproveitamento político. O que está em causa é: hoje, todos nós desconhecemos aquilo que está a ser feito, ou a grande maioria. Penso que isso é claro. Não sei se até todos os senhores Vereadores têm conhecimento daquilo que está a ser feito. Em nenhum lado nós dissemos que não estava a ser feito nada. Há algum equívoco. Se lerem bem, ninguém fala nisso. E aquilo que nós estamos a propor é que nos seja remetido um relatório de atividades. Como entidade fiscalizadora da ação do Executivo, que nos faça chegar aquilo que é o trabalho desenvolvido pela candidatura, uma vez que, e isto tem que ser claro e objetivo, está a ser onerado, está a ser suportado financeiramente pelos impostos dos guardenses. Então vêm-me hoje dizer que a Assembleia Municipal, tendo os seus representantes, os seus legítimos representantes neste órgão não devem ter conhecimento das verbas que são disponibilizadas para atividade da candidatura à Capital Europeia da Cultura? Eu penso que todos nós queremos saber aquilo que se está a passar e é essa a nossa missão. Por isso, eu apelo ao bom senso. Aqui não há intenção

de tirar dividendos políticos, há única e exclusivamente intenção de aferir aquilo que é o trabalho desenvolvido. Mais, houve algumas questões que foram colocadas e foram faladas na blogosfera sobre eventuais elementos que tivessem ligados a várias candidaturas. Não sei se isso corresponde à realidade ou não, não vou estar a entrar em pormenores. Mas acho que logo, a partir desse momento, devia ter sido feita uma averiguação para saber se isso corresponde à realidade ou não. Portanto, estão a excluir... a proposta tem uma única intenção, é incluir a Assembleia Municipal na fiscalização daquilo que é o trabalho desenvolvido e os gastos financeiros suportados pela instituição Câmara, acerca desta candidatura. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Não é para falar deste assunto, acho que fui o suficientemente claro. É para falar do Voto de Confiança na comunidade educativa do concelho da Guarda. Naturalmente que nós aqui associamo-nos a esta situação, porque a comunidade educativa do Concelho da Guarda abrange toda a comunidade educativa, quer seja particular, quer não seja. Mas não podemos deixar de realçar o trabalho que o Executivo da Câmara tem andado a fazer, nomeadamente com a Vereação que tutela este assunto, dizendo que há meses que está a ser trabalhada esta parte da educação para que, chegada a altura da abertura de aulas, tudo decorresse de uma forma correta. Como, aliás, ocorreu. Desde julho que este grupo de trabalho, vamos-lhe chamar assim, anda em reuniões com as várias escolas, no sentido de saber quais são as necessidades e de saber em que circunstâncias é que o Executivo pode ajudar essas escolas. Daí que foram pedidas, por exemplo, mesas individuais para bastantes escolas. Sabemos que essas mesas estão pedidas e ainda não chegaram, mas já estão encomendadas. E os postos para desinfeção e tudo o resto de acordo com as normas da Direção Geral de Saúde. De maneira que nos associamos a esta proposta, positivamente, obviamente, mas querendo aqui deixar bem ressalvado o empenho por parte do Executivo, para que este início de aulas ocorresse como ocorreu, de uma forma bastante tranquila e para bem da saúde de todos os alunos e trabalhadores e professores dessas mesmas escolas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Então, passávamos à votação da Proposta e do Voto de Confiança.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e quatro votos contra, oito abstenções e quinze votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Declaração de Voto, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Senhora Presidente, não vi qual foi o sentido de votação da Mesa, podia-me esclarecer acerca disso?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim. Eu votei a favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Votaram todos a favor?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Os três, sim.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Muito obrigado. Eu espero que esta injustiça, hoje aqui feita em relação a esta proposta, possa ser colmatada por parte do Presidente da Câmara. Apelava o seu bom senso em relação a esta medida, porque eu acho que é de elementar justiça que os Deputados Municipais tenham acesso a essa documentação, independentemente de tudo. Penso que senhor Presidente terá esse bom senso e que fará chegar, na próxima reunião, esse relatório de atividades. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Não? Então, passamos ao Voto de Confiança da comunidade educativa.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu ia fazer só um pequeno esclarecimento, não é bem uma Declaração de Voto, relativamente à questão da Proposta do Partido Socialista, quanto ao envio dos elementos para Assembleia Municipal. Eu acho que é pública a minha posição sobre estas questões, em geral. E, portanto, enquanto órgão fiscalizador, a Assembleia tem o direito de receber todos os elementos para poder acompanhar, não fiscalizar no sentido pejorativo do termo, mas no sentido de acompanhar a atividade Camarária. E, portanto, o meu voto vai neste sentido. Mas isto nem precisa de uma proposta porque é uma função normal do desempenho dos Órgãos Autárquicos. Portanto, fica feito o esclarecimento. Muito bem. Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Como é óbvio, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente esta Moção. Ficou claro aqui que, realmente, como há pouco eu disse, são livres todos os grupos parlamentares trazerem as Moções que assim o entenderem. E o PS trouxe uma que entendeu dar-lhe uma abrangência diferente da do Bloco. Mas parece também, não sei se percebi, se foi uma adenda para que o PS colocasse a falta ou os problemas logísticos com que a Câmara Municipal se está a deparar em algumas escolas, pelo senhor Deputado do PSD. Não percebi se foi uma adenda para colocar relativamente à Moção. Fiquei com essa dúvida. Mas, entretanto, já que falou relativamente a essa problemática da Câmara Municipal, também, parece-me a mim, seria interessante, num futuro próximo, se o PSD quiser trazer um documento aqui a felicitar a comunidade educativa, independentemente de privado ou público, se quiser trazer um documento, que também realce que facilmente a Câmara Municipal poderia ajudar alguns Agrupamentos a comprar, se assim o entenderem, uns acrílicos e não pôr umas fitas a separar aquilo que toda a gente sabe que não vai acontecer. As crianças, duas a duas nas carteiras, com salas cheias, resulta no que todos nós sabemos. Mas pode ser que num futuro próximo o PSD, se assim entender, também possa trazer à discussão algo de verdade sobre a escola, seja ela pública ou privada. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não. Bom, nós estávamos aqui com uma dúvida, mas acho que já clarificamos.

É assim, nós temos ainda os documentos do grupo parlamentar do PSD e do CDS. É uma hora. Nós não vamos conseguir, mesmo que avançássemos com a leitura disto, não vamos conseguir terminar, pelo menos este período, como eu gostaria, antes de almoço. Se calhar, o melhor é interrompermos agora para almoço e continuamos depois de almoço com os termos desta parte. O período da ordem do dia é pequeno hoje, mas este acabou por se prolongar, os documentos também são muitos e, por isso, interrompíamos agora. 14h30, no limite, pedia-vos que fossem pontuais. 14h30, no limite, para começarmos. Por isso, se conseguirem chegar dez minutinhos antes para começarmos as 14h30. Está bem? Obrigada, bom almoço.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Espero que tenham almoçado. Vamos começar porque já temos quorum, embora ainda não esteja toda a gente. Mas temos quorum, podemos recomeçar os trabalhos que foram interrompidos de manhã para o almoço. Ora, vamos continuar agora com as Moções apresentadas pelo grupo parlamentar do PSD e eu perguntava, quem vai fazer a leitura? Temos duas Moções, quem lê? PSD. Senhor Deputado Ricardo.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez, cumprimento a Mesa, o senhor Presidente, restantes Vereadores, caros colegas, senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Funcionários da Autarquia e todos aqueles que em casa nos veem através da internet. «A cidade da Guarda, uma das mais antigas e emblemáticas do país, é atualmente um polo de desenvolvimento interior, motor económico regional com uma das maiores capacidades exportadoras da zona centro e uma referência ao nível do ensino na sua área de influência. Não obstante o progressivo despovoamento que, ano após ano, tem delapidado o rico património humano destas paragens, a esperança, perseverança e resiliência dos que aqui habitam, laboram e investem, tem impedido o seu declínio total. A Guarda possui uma localização estratégica única no panorama ibérico, sendo o ponto de confluência de duas autoestradas e duas linhas de caminho-de-ferro, que depois derivam para uma ligação direta à mais importante fronteira internacional portuguesa. É este enorme potencial de desenvolvimento que deve e merece ser aproveitado, com vista ao incremento da competitividade empresarial e alavancagem do desenvolvimento territorial, fomentando uma mudança radical positiva numa região alargada. Neste sentido e considerando que: No passado dia 27 de agosto de 2020, Portugal e Espanha concluíram o documento sobre a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço, que contempla cinco eixos, donde se destaca a melhoria das infraestruturas e da conectividade territorial; Considerando que o novo paradigma da conectividade territorial assenta na tecnologia 5G, sendo objetivo do Governo a cobertura quase plena de redes de comunicação de quinta geração até 2025, com vista ao desenvolvimento e competitividade da economia portuguesa; Considerando que as linhas gerais da estratégia nacional para o 5G, apresentadas em fevereiro pelo Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, contemplam que até final do corrente ano de 2020, uma cidade com mais de 50 mil habitantes no litoral do País e uma cidade do interior de Portugal num território de baixa densidade, estariam cobertas por 5G; Considerando que o Primeiro-Ministro Português já prometeu que “será precisamente no interior a primeira ronda de instalação do 5G

para dar todas as condições às empresas” que aí se queiram instalar; O Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal da Guarda que delibere: 1. Requerer ao Governo que considere a cidade da Guarda como primeira escolha para a implementação da tecnologia 5G em Portugal, dada a sua importância administrativa, económica e social no contexto regional transfronteiriço; 2. Reiterar, junto do Estado, a necessidade de investimento em estruturas tecnológicas de vanguarda, que catapultem a cidade da Guarda para um patamar competitivo, alinhado com a média das suas congéneres europeias; 3. Remeter a presente Moção a: senhor Primeiro-Ministro, senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Ministra da Coesão Territorial, Secretária de Estado da Valorização do Interior. Guarda, 29 de setembro, o Grupo Municipal do PSD.» Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. O segundo documento, quem faz a leitura? Senhor Deputado António Júlio, faz favor. Penso que é sobre o terminal ferroviário, é isso?” -----

- **Deputado António Júlio Cardoso (PSD):** “Boa tarde a todos, Exma. senhora Presidente da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente do Executivo e restante Equipa, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, Exmos. Senhores que nos acompanham pela via digital. «O que me traz hoje aqui é a esperança, o desejo e talvez o início da realidade do projeto que poderá e deverá ser a alavanca económica da nossa região num futuro que está já a chegar. Importa referir que este assunto de tanta relevância para a região foi já salientado, em primeira mão, pela comissão política concelhia do PSD, numa conferência de imprensa proferida no passado dia 19 de agosto. Neste sentido, esta moção deverá sensibilizar e integrar todos aqueles que têm responsabilidades políticas locais, regionais e nacionais e deverá ser transversal a todas as forças políticas, da esquerda à direita. Esta moção representa a vontade do interior se valorizar economicamente, tornando-se no corredor atlântico do transporte ferroviário e rodoviário na logística de mercadorias, fortificando a coesão territorial de Portugal e criando uma centralidade na região centro do país e da região de Castela e Leão da nossa vizinha Espanha. A Guarda, pela sua localização geoestratégica, tem todas as condições e possibilidades para se tornar no primeiro e mais importante porto seco do interior de Portugal. Estamos localizados a 200kms do Porto e Valladolid, 350kms de Lisboa, Madrid e Vigo e 600kms de Valencia. Temos o privilégio de ser atravessados pelos principais eixos rodoviários que ligam o sul ao norte de Portugal através da A23, IP2 a Norte e o Oceano Atlântico à Europa através da A25, distanciando-nos apenas 40kms da principal fronteira terrestre portuguesa, Vilar Formoso. Perante estas condições, é possível posicionar a Guarda como a segunda linha dos portos marítimos da zona centro/norte de Portugal, tais como Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz e principalmente o de Leixões. Este último, Leixões, já deu sinais do interesse do alargamento da sua área de influência através de uma empresa operadora logística de referência localizada na Plataforma Logística da Guarda. Empresa esta que gere uma frota de cento e cinquenta camiões e duzentos e cinquenta trabalhadores e que, em Leixões, passa a ter uma capacidade de armazenamento de dez mil paletes. Há que lembrar que passaram na nossa plataforma logística, só neste operador, em 2019, mais de duzentas mil toneladas de mercadorias e mil e trezentos contentores refrigerados. Desta forma, a plataforma ganhou agora uma extensão do Porto de Leixões, ligando os

portos portugueses à Europa, aumentando a circulação das exportações, tornando a Guarda uma zona económica especial e de referência. Para isso, torna-se necessário reativar, requalificar e ampliar o terminal ferroviário da Guarda, para poder ter condições infraestruturais cabais para conseguir dar resposta aos operadores logísticos que se queiram instalar na Guarda e até deslocalizar alguns que neste momento operam em território espanhol, nomeadamente na zona de Salamanca. Temos que aproveitar e dinamizar as linhas ferroviárias da Beira Baixa e Beira Alta que se cruzam na Guarda, tornando esta como o único e primeiro “hub” de distribuição nacional e internacional de mercadorias tendo como foco a exportação e importação de matérias primas, produtos e serviços, facilitando o acesso ao mercado, aproximando o mar do interior, possibilitando colocar os produtos e bens nas mesmas condições de igualdade em todo o nosso território e tendo também como objetivo principal a diminuição das emissões de CO2. Perante estas evidências, é imperioso criar melhores condições de atratividade à nossa Plataforma Logística, nomeadamente ampliá-la e construir uma ligação ferroviária. Assim, conseguiremos captar e juntar mais empresas de diversas dimensões ao cluster da logística na Guarda e consequentemente cativar empresas que paralelamente possam desenvolver as suas atividades complementando a indústria dos transitários, dinamizando a economia e criando mais empregos na região. Considerando o acima exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro de 2020 em sessão ordinária, delibera remeter esta moção a suas Exas. o senhor Ministro da Economia, o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação e à senhora Ministra da Coesão Territorial para que: 1. Seja requalificado, ampliado e modernizado o terminal Ferroviário da Guarda; 2. Sejam criadas as condições necessárias para o desenvolvimento e construção da ligação ferroviária à Plataforma logística da Guarda; 3. A transformação da ligação Guarda/Vilar Formoso em troço fronteiriço, tornando possível a circulação de comboios maiores e mais pesados a partir da Guarda; 4. Por força das necessidades seja criada uma infraestrutura alfandegária na Guarda. O grupo parlamentar do PSD.» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes dois documentos apresentados? Senhor Deputado Matias, faz favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Boa tarde a todos. Em meu nome pessoal, e penso que possa representar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Partido Socialista vai votar a favor destas duas moções porque é para desenvolver a Guarda e, portanto, o Partido Socialista está aqui para defender os interesses da Guarda. No entanto, eu não queria deixar de relembrar que a história do porto seco não é uma proposta nova. Já na altura foi levantada pelo anterior líder do PS aqui nesta Assembleia, pelo Deputado Pedro Borges. E, na altura, foi alvo de chacota pelo então Presidente da Câmara aqui da Guarda, porque achavam que era um projeto bizarro, que não tinha pernas para andar. Afinal, hoje, chegamos à conclusão de que tem pernas para andar, justifica-se e, portanto, honra seja feita a Pedro Borges que, na altura, levantou esta questão do porto seco. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então, pomos à votação os documentos.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **5G** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Terminal Ferroviário** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto, sim senhor, senhor Deputado. Vou deixar de lhe perguntar, já sei que Vossa Excelência terá sempre uma palavra a dizer. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, eu aplaudo que o PSD também tenha vindo a recuperar aquilo que foram propostas do CDS. A proposta da criação do porto seco na Guarda, foi uma iniciativa do CDS, em 2014, pela voz da Deputada Elsa Silva, assim como foi também a proposta do TAF. Mas nós acabamos, votamos, trazemos as propostas e, aliás, como disse além o senhor Deputado António Monteirinho, as coisas valem o que valem e depois acabamos por ter a sensação que andamos a pregar no deserto. A nossa vontade de nada vale perante a vontade de quem tem que tomar as decisões, e a tomada de decisão, relativamente a matérias que são importantes para a Guarda, tem sido de chutar para canto, ignorar. É mau quando a política se faz por cores partidárias. Eu não sei se é pelo facto do Município da Guarda hoje não ser um Município da cor do Governo, que tem sido tão maltratado, tão esquecido. Com tanta promessa, mas promessas tão vãs. E com tanta ignorância relativamente às matérias que esta Assembleia, com os eleitos pelo povo deste concelho, consideram importantes para o desenvolvimento do concelho. Não sei, mas isto terá, talvez, que ser o papel da bancada do PS fazer chegar, no fundo, esta pertinência. Também não adianta de nada o PS votar favoravelmente estas propostas, isto também parece que não acrescenta nada ao valor da proposta. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos, então, agora, à leitura dos documentos apresentados pelo CDS. Sim? Uma Declaração de Voto também? Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Ora, o Bloco de Esquerda sempre acompanhou, com grande preocupação, o desinvestimento na linha ferroviária, quer a nível nacional e, mais concretamente, na nossa zona do interior, nomeadamente a falta de coragem, durante muitos anos, para dar início a uma verdadeira requalificação, quer da linha da Beira Alta e voltar a ter a ligação da Guarda à Covilhã, na linha da Beira Baixa. Por isso, acompanhámos a moção apresentada pelo PSD, porque entendemos... e não vamos estar aqui a dizer que já aqui trouxemos, outrora, moções, porque isto não interessa. O que interessa é, de verdade, esperar, por exemplo, que não haja mais adiamentos na reabertura, por exemplo, da linha da Beira Baixa, a ligação da Guarda à Covilhã, e que não passe mesmo de janeiro. Isso é de esperar. E fazemos votos que, rapidamente, novos investimentos de requalificação venham agora ser feitos na linha da Beira Alta. Isso será bom para o país e, acima de tudo, também será bom para a nossa região. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Agora sim, então, o CDS. Temos uma moção «Pela requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins». Temos uma pergunta ao Executivo «Descarga de águas residuais próximo da ETAR de São Miguel»; outra pergunta ao Executivo «Limpeza da encosta junto ao La Vie e Torre de Menagem»; uma recomendação, é a segunda recomendação «VICEG» e outra pergunta ao Executivo «Troço da rua dos caminhos de ferro em mau estado». Senhor Deputado José Carlos, vai ler estas todas?» -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Rápido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Lê as que pode.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Antes de começar a contar o tempo, eu tenho um sonho e o sonho é que o CDS, um dia, seja o primeiro. Já sei que contra mim falo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não percebi, peço desculpa.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Tenho um sonho de nós sermos os primeiros a ler uma recomendação, um dia qualquer, não sei quando. Às tantas fomos... isto é por ordem de chegada, não é?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É por ordem de chegada.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Está bem. Henrique, temos que...” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É por ordem de chegada. Assim que chegar a convocatória, vocês...” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu tenho esse sonho, é que somos sempre os últimos, sempre. Já está tudo cansado de ouvir recomendações. Pronto, então, mas a culpa é nossa só, pronto, é nossa culpa. Resta-me, antes de começar, quero endereçar os meus cumprimentos, já o fiz pessoalmente, mas agora institucionalmente, endereçar os cumprimentos ao Pedro Nobre. Que seja feliz no cumprimento dessas novas funções. Antes de começar, senhora Presidente, é possível, sem estar a queimar o meu tempo, de vermos um vídeo com 10 segundos, 20? Senhora Presidente, é possível vermos um vídeo com cerca de 20 segundos?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, sim, faz favor. Penso que já tinha dado, lá em cima...” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pode ser? O vídeo. Pronto, isto é um vídeo que foi feito por mim numa das minhas caminhadas. É um troço que está por trás do McDonald's, um caminho de terra que ligou ao Bairro Nossa Senhora de Fátima. Isto era o que estava a acontecer no momento, foi uma descarga de esgotos. Portanto, este caminho foi arranjado, já me disse o Professor Prata que é arranjado todos os anos. Mas, entretanto, com as enxurradas que vão caindo, seja por esta descarga destes esgotos que não é a primeira vez, quer seja pelas próprias chuvas, ele vai ficando degradado. Portanto, em relação a isto, vou fazer a intervenção agora. Já pode desligar. Muito obrigado. «Descarga de águas residuais próximo da ETAR de São Miguel. No passado dia 20 de agosto, enquanto fazia uma caminhada e passava num caminho que passa por

trás do McDonald's e liga ao Bairro Nossa Senhora de Fátima, deparei-me com uma descarga de esgoto proveniente de um terreno circundante. Efetuei, de imediato, uma recolha de imagens que encaminhei para a Brigada de Proteção Ambiental da PSP. No dia imediatamente a seguir, responderam-me referindo que ao local se tinha deslocado uma equipa dessa Brigada que confirmou a situação relatada, e que após algumas diligências verificou que, no terreno superior ao caminho público (vulgo Quinta do Louro), existia um coletor de águas residuais que se encontrava danificado, alegadamente por entupimento, motivando o vazamento dos resíduos. Foram, por eles, contactados os Serviços Municipais que enviaram o piquete de serviço do SMAS e que verificou tratar-se efetivamente de uma avaria por entupimento do coletor, tendo realizado diligências para efetuar o desentupimento de modo a sanar a situação. Disseram-me ainda que os SMAS iriam realizar diligências para obter autorização do proprietário do terreno, para acesso ao mesmo com maquinaria pesada, a fim de proceder à necessária reparação/substituição da conduta de modo a evitar futuras avarias. O grupo municipal do CDS-PP vem assim perguntar ao Executivo Municipal: Ponto 1 - Em que ponto se encontra este assunto? Ponto 2 - Onde está a planta de localização deste coletor e respetiva conduta de ligação à ETAR de S. Miguel?» -----

Próxima pergunta. «Limpeza da encosta junto ao La Vie e Torre de Menagem.» Enquadrando isto rapidamente, os jovens fogem para sítios onde não sejam vistos e fazem o seguinte. «O espaço envolvente à Torre de Menagem e a encosta encaixada entre a Avenida dos Voluntários Egitanenses e a Avenida Monsenhor Mendes do Carmo, próximo do La Vie, que foram motivo de intervenção há uns anos, estão votados ao abandono. Muito utilizados, nestes tempos de Covid, por grupos de jovens que aí se reúnem para consumir bebidas alcoólicas e conviver, estão cheios de lixo, nomeadamente garrafas de vidro e copos de plástico. Os caixotes de lixo que aí existem estão a transbordar e, como seria de esperar, o lixo espalha-se por todo o espaço. O grupo municipal do CDS-PP vem assim perguntar o porquê da falta de manutenção regular e atenção a estes espaços que, naquele estado, desfeiam a cidade e envergonham os guardenses.» -----

Próxima pergunta. «Troço da rua dos Caminhos de Ferro em mau estado. Existe um troço na rua dos Caminhos de Ferro, com cerca de 100 metros, que se inicia junto ao cruzamento do Bairro Nossa Senhora de Fátima em direção à Sequeira, que ficou esquecido. Nesse troço há ainda resquícios do alcatrão dos tempos de Abílio Curto e encontra-se estrangulado por um muro de um terreno, alegadamente, devido a algum problema com a expropriação ou a falta de acordo com proprietário. O facto é que é um local perigoso para pessoas e veículos pela ausência de um passeio capaz, pelo avançado estado de degradação do piso e pelo estrangulamento que impede até o cruzamento de dois veículos ligeiros. O grupo municipal do CDS-PP vem assim perguntar se existe algum plano ou projeto para resolver este problema de décadas, ou se, pelo menos, estão a pensar repavimentar condignamente aquele troço problemático.» -----

Recomendação «Segunda Recomendação VICEG. É um facto inegável que a VICEG vem sendo votada ao abandono no que diz respeito ao piso e à marcação do pavimento, à exceção das rotundas onde não falta o habitual carnaval com a substituição dos arranjos florais, mas naquilo que realmente importa aos munícipes, que é a sua circulação em

segurança, a VICEG não está a corresponder. Circular à noite ou em dias de nevoeiro pode ser perigoso. Para além disso, neste local decorrem diariamente exames de condução, por isso este assunto reveste-se de especial importância. É urgente uma marcação clara das três faixas em cada rotunda e restantes vias, sob pena de os candidatos virem a ser penalizados, ou mesmo chumbados, por não saberem bem em que faixa estão e/ou como se deverão posicionar em cada momento dentro da rotunda, ou para entrarem e saírem dela. Vimos assim recomendar que proceda, com urgência, a estes trabalhos de remarcação, sob pena de este Executivo estar e continuar a ser o responsável moral de alguns acidentes que ali já ocorreram, ou que ainda venham a ocorrer por esta falta de manutenção, já para não falar das reprovações nos exames de condução que têm vindo a acontecer.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, a moção agora «Pela requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins».” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigado, senhora Presidente. Cumprimento, novamente, todos os presentes. «Pela Requalificação do Pavilhão 5. No edifício do Hospital Sousa Martins, na Guarda, conhecido localmente por Pavilhão 5, funcionou o Serviço de Urgência até à abertura do novo bloco, em 2014. A requalificação do imóvel está incluída nas obras da denominada segunda fase do Hospital, mas, apesar de existir um projeto, encontra-se num impasse desde 2016. A requalificação do Pavilhão 5 deverá contemplar um departamento com os serviços de Pediatria, Obstetrícia, Urgências Pediátricas, Urgências Obstétricas, Neonatologia e Ginecologia, deixando assim de existir a separação estrutural entre eles, melhorando os circuitos internos a percorrer, muitas vezes desconhecidos por quem a eles recorre, e dignificando desta forma a saúde da mulher e da criança. A dia 11 de abril de 2018, o Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia da República dirigiu ao então Ministro da Saúde uma pergunta, questionando o Governo se tencionava concretizar a segunda fase das obras de reconversão e reconstrução do Hospital Sousa Martins, e quando. Na resposta, com data de 13 de abril, o Gabinete do Ministro da Saúde afirmou: “A Unidade local de Saúde da Guarda apresentou a 31 de outubro de 2016 candidatura no âmbito do projeto Requalificação do Edifício 5 para instalação do Departamento da Criança e da Mulher. O investimento encontra-se contemplado na primeira fase do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 para os cuidados hospitalares, sendo a estimativa para a intervenção de €2.460.000,00. Ao processo de candidatura ficou a faltar o projeto de execução (arquitetura e especialidades) que se encontrava em fase de concurso; entretanto, com a conclusão do projeto de execução, constatou-se que a previsão para o valor de investimento seria bastante superior ao anteriormente estimado e que serviu de base à candidatura efetuada. O novo valor de investimento previsto é de €6.734.858,65. Como o valor de investimento previsto foi substancialmente alterado, tornou-se necessário instruir novamente o processo de autorização.” De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros de 28 de março de 2019, o Governo aprovou o Programa de Investimentos na Área da Saúde (PIAS), que determina e calendariza a despesa para a realização de investimentos num total superior a 90 milhões de euros. No mesmo dia, na Assembleia da República, numa interpelação ao Governo pedida pelo CDS-PP, a Ministra da Saúde afirmou que “o orçamento do PIAS permitirá dar

autorização a aspirações como a remodelação do serviço de urgência do Centro Hospitalar de Tondela-Viseu, a aquisição de dois novos aceleradores lineares, um para o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e outro para o Centro Hospitalar do Barreiro-Montijo”, deixando o Hospital Sousa Martins de fora. Isto mesmo foi, à data, confirmado à comunicação social por fonte do Conselho de Administração da ULS da Guarda, ao afirmar, a este propósito, que “não há novidades”. Referia o comunicado do Conselho de Ministros anteriormente citado, que “o investimento no setor da saúde constitui um objetivo claro do XXI Governo Constitucional, que assumiu como prioridade dotar o Serviço Nacional de Saúde de infraestruturas e equipamentos indispensáveis à prossecução da sua missão de prestação de cuidados de saúde de qualidade a toda a população”. Apesar desta intenção propalada pela tutela, a verdade é que a segunda fase da intervenção no Hospital, que contempla, entre outros, a remodelação do Pavilhão 5 para reinstalação dos serviços materno-infantis, não teve concretização. Em junho de 2017, esta requalificação foi adiada, decorrendo do indeferimento da candidatura da obra por parte da Comissão Diretiva do Programa Operacional do Centro, por não terem sido cumpridos os critérios de elegibilidade da operação e do beneficiário previstos no artigo 13º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro. Em abril de 2018 o Governo respondeu ao CDS-PP conforme acima citado. Dois anos depois, a 18 de fevereiro de 2020, a ULS anunciou que o processo para o lançamento do concurso público para a elaboração do projeto de execução para a requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins, que permitirá acolher o Departamento da Saúde da Criança e da Mulher, estava já em fase de conclusão, estando a ser ultimado o caderno de encargos e o pedido à tutela de autorização formal de investimento nacional. Referia-se ainda que o programa funcional da requalificação tinha já sido validado tecnicamente pela Administração Regional de Saúde do Centro e pela Administração Central do Sistema de Saúde. Este impasse e o adiamento da requalificação prejudicam o acesso dos utentes a melhores comodidades e atendimento, bem como as condições de trabalho dos próprios profissionais. Apesar de os serviços de saúde materno-infantil do Hospital Sousa Martins serem de elevada qualidade e com mérito reconhecido acreditado pela UNICEF e Organização Mundial da Saúde como “Hospital Amigo dos Bebés”, apesar de os seus profissionais serem competentes e dedicados, apesar de os equipamentos serem modernos e ao mais alto nível, e também por tudo isto, o CDS-PP entende que é urgente melhorar as instalações destes serviços, dando assim condições plenas de segurança, conforto e humanização a todos os profissionais que ali trabalham e aos doentes que ali acorrem. Neste enquadramento, os Deputados Municipais do CDS-PP propõem que a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 29 de setembro de 2020, delibere: Que a requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins é uma obra inadiável para a qualidade da prestação de serviços de saúde materno-infantil do Hospital Sousa Martins; Exigir ao Governo que avance, de forma inequívoca, com todos os procedimentos necessários para agilizar e concretizar a requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins na Guarda, e ali instalar o Departamento da Saúde da Criança e da Mulher.» Evidentemente que há um conjunto de diplomas que amanhã vão ser apreciados. Se a nós ninguém nos ouve, pelo menos que ouçam aquilo que amanhã vai ser dito na Assembleia da República.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém se quer pronunciar sobre estes documentos apresentados pelo CDS? Não? Então, passamos à votação da moção porque o resto são perguntas ao Executivo e uma recomendação. Temos apenas a moção do Pavilhão 5 para votar.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Dr. Sousa Martins** -----
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor e dez abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O momento é importante para que esta moção tivesse aqui vindo e tivesse sido votada favoravelmente. Eu, há bocado, ouvi com agrado o senhor Deputado António Montinho falar nas questões da partidarização e que, efetivamente, todos tínhamos que estar empenhados e que o Hospital e a saúde tinham que ser um desígnio de todos. Eu acho que, com esta tomada de posição de abstenção, acho que quem acabou por partidarizar este assunto foi o PS. Quer dizer, ao PS parece que tanto lhe dá que as obras avancem como que não avancem. Bom, é assim. Se efetivamente o Governo e o Partido Socialista não querem que as obras no Pavilhão 5 avancem, que o digam claramente, que o assumam frontalmente perante os municípios da Guarda e que assumam os custos políticos dessa decisão.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Terminada esta parte dos documentos... desculpe. Peço desculpa, senhor Deputado Monteirinho. Sim, sim, faz favor. É uma Declaração de Voto.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, mais uma vez muito obrigado e boa tarde. Em relação a esta moção que agora foi apresentada pelo CDS, o PS já se pronunciou acerca do assunto na moção que foi apresentada pela Mesa e penso que foi uma moção que mereceu a concordância de todos. Por isso é que o PS votou favoravelmente. Eu até pensei, sinceramente, que o CDS retirasse a moção dele, em função daquilo que tinha sido aqui votado. Mas, para que não reste qualquer dúvida em relação a isso, o PS terá sempre os interesses da Guarda acima de qualquer interesse partidário. Votou favoravelmente sobre a moção que é para ser levada ao Governo a dizer que é para construir e fazer todas as obras necessárias e aquilo que a Guarda merece e a sua população e as suas gentes. Disso ninguém tenha a menor dúvida. Mas não entramos em moções a torto e a direito sobre determinados assuntos que não estejam relacionados com isso. Peço desculpa em relação ao Deputado Henrique Monteiro, mas só para lhe dizer que votámos a outra moção. Pareceu-nos uma moção global e estaremos sempre a favor disso. A sua moção pareceu-me uma moção política e, assim sendo, nós abstivemo-nos. Para deixar claro, para não deixar transparecer que o Partido Socialista estará contra. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu passava agora... senhor Deputado, está esclarecido. Senhor Presidente tem a palavra para se pronunciar quanto a estes documentos que foram apresentados, ou prefere intervir só mesmo no final da intervenção política toda? Muito bem, então inscrições

para intervenção política. Senhor Deputado José Carlos. Mais? Marco... Não vi, palavra que não vi. Mas olhe que eu hoje estou muito mal coadjuvada. Não, não é isso. Nós temos alguma dificuldade com a luz. Mas faz favor, tenha a bondade, a sua Declaração de Voto. Você levante-se homem, quando assim for, se eu não der conta. Mas não vi mesmo, de todo.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “A minha voz já é forte por natureza. Por isso, às vezes, tenho receio de assustar as pessoas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Senhor Deputado, há muito pouca coisa que me assuste, devo dizer-lhe.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu também não disse que era dirigido à senhora Presidente. Senhor Deputado Henrique Monteiro, como vê, o Bloco de Esquerda, de extremista, não tem nada. E, então, eu, de linhas extremistas, também não tenho nada. Como vê, seguimos, com muito gosto, o empenho de todas as bancadas aqui presentes no que toca à defesa do Hospital. Com diferentes moções, com diferentes opiniões relativamente a mais betão, menos betão, mais miolos, menos miolos. É o que tem acontecido durante estes anos todos. E, o Bloco, desde sempre, votou favoravelmente em todas as situações em prol da nossa saúde. E, por isso, mais uma vez, acompanhou. Podendo também e tendo acreditado que podia ter sido evitado, se calhar, esta moção agora por parte dos CDS, tendo em conta à apresentada e aprovada relativamente ao início da sessão. Mas tudo bem, está no seu direito. E nós também tínhamos direito de não votar, ou estar quietinho, ou não. Mas votámos porque acompanhamos essa preocupação. E, mais uma vez, repito, como vê, há sempre uma luz lá no fundo em ambos os lados que você considera as extremistas. Está bem? Neste caso, extremismos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para Declarações de Voto? Não? Pronto. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu pedia para me porem a folha dois do Excel, se faz favor. Bom, isto está intitulado a loucura das roturas. Não é das rotundas, é das roturas, porque dá a impressão que, todos os dias, há uma rotura nesta cidade. Põe-se um piso novo, há uma rotura. E fui ver o que é que se passa. Bom, parece que há uma entidade que se chama ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviço de Águas e Resíduos, regula o serviço de abastecimento público de água, o saneamento, de águas residuais urbanas entre outras coisas. À semelhança da ERSE para a eletricidade. Todos os anos emitem um relatório pormenorizado, por Município, onde são classificados esses Municípios segundo vários parâmetros. O sumo desse estudo, de centenas de páginas, fica materializado em vários quadros onde, com a utilização de três cores, tipo semáforo, se pode ficar com a ideia do estado das coisas nesses parâmetros. O que temos ali é o conjunto dos anos todos, de 2011 até 2018, portanto, da direita para a esquerda. Alguns parâmetros que ali estão não são por culpa da Câmara, (ou do Executivo, o que quer que seja, do Município em si), mas há outros em que têm alguma culpa. E por isso é que eu peço para passar para a folha cinco, se faz favor. A folha cinco diz respeito ao abastecimento público de águas em baixa, panorama geral... não, esse é

o dos esgotos. Então eu é que me enganei, peço desculpa. É o anterior. É outro. Será a folha seis? Se não vamos à cinco e depois vamos à seis, não há problema nenhum.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É mais fácil passar todas e depois mandar parar naquela que quer.” -----

- **Deputado José Carlos Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, mas são as duas últimas. Pronto, aquela que ali temos é relativamente ao saneamento de águas residuais, ok? Agora desapareceu tudo, não há stress. Então o que é que nós temos aí? Temos uma evolução para negativo a partir de 2017. Ou seja, no que diz respeito, por exemplo, à resposta, a reclamações e sugestões, temos tido sempre valores a 100%. De repente, com a passagem para a Câmara Municipal... aquele é o anterior, eu peço desculpa. Aquele é o das águas. Então, vamos lá ao das águas já que temos esse aí. Pronto, então, rapidamente. É esse, é esse. Vamos deixar ficar este. Portanto, há aqui certos parâmetros que, como eu disse, não são culpa da Câmara, outros poderão ser. A água segura, por exemplo, se repararem, nos últimos dois anos, entrámos no amarelo. Eles consideram que 98,5 é o valor mínimo para termos o verde. Está a baixar. Depois, temos aqui outro que é: resposta às reclamações e sugestões, que passamos dos incríveis 100% para 73%, em 2018. É preocupante, significa que 27% das pessoas ficam sem resposta às reclamações. Depois temos outro parâmetro que é a água não faturada, que esse é que é muito preocupante. A água não faturada, se repararem, nos anos anteriores, a água não faturada anda sempre no amarelo, vermelho e amarelo. Mas nomeadamente este, 2017/2018, dá um salto enorme de 28,3% de água não faturada para 40% de água não faturada. 40% da água que é paga às águas do Tejo, não é faturada. Portanto, onde é que ela é gasta? Não sabemos onde é que ela é gasta. É gasta a regar coisas que não deviam ser regadas. Fala-se em sustentabilidade e, no entanto, continuamos a pôr relva em todo o lado. Continuamos a ter rega gota a gota, e florzinhas e florzonas em todo o lado. Mas, para além disso, o que nós temos? Provavelmente, com a incorporação do SMAS na Câmara, passamos a ter os consumos da Câmara incorporados nisto. Portanto, 40% da água paga pelo Município da Guarda não é faturada. Depois, entramos aqui na parte que tem a ver com o título: a loucura das roturas. Reparem, há aqui três parâmetros que estão relacionados. Reabilitação de condutas, considera-se que 1% a 4% das condutas deveriam ser reabilitadas por ano. É o valor do padrão, ok? Para termos o verde. Andamos com valores 0.7%, 0.6%, 0.4%, sempre a descer até 2018. Portanto, cada vez investimos menos na reabilitação de condutas, pelo que será de esperar que cada vez vamos ter mais roturas. Ok? Depois, temos ainda aqui ocorrência de avarias em condutas. Claro, como seria de esperar, 37%, 42%... este 42%, para terem uma ideia, é 42% roturas por cada 100 km de condutas por ano. E perdas reais de água, como é lógico, eles consideram aceitável entre 0 a 100 litros, por ramal, por dia, e temos valores de 104 e 108. Portanto, isto diz alguma coisa acerca do estado do que é o SMAS e do que é a rede de infraestruturas. Com este desinvestimento claro, não admira que as coisas só passam piorar. Relativamente às águas residuais, seria o próximo, se faz favor. Aqui só há dois parâmetros que são, mais uma vez, de notar. A resposta às reclamações e sugestões vai em linha com o que acontece para as águas, portanto, de 100% passamos a 69%. Alguma coisa se passou. Quer dizer, incorporamos isto na Câmara Municipal, o SMAS tem incorporação na Câmara Municipal e houve uma perda de qualidade do serviço. Ele já não era muito bom. Aliás, neste aspeto, se repararem, temos

100%, 100%, 100%, 100%, 100%, não se vê o resto do quadro todo, e, de repente, 69% em 2018. Ok? E a última coisa, reabilitação de coletores. Ou seja, as condutas levam a água, os coletores levam o esgoto. A reabilitação de coletores, o valor do padrão é entre 1% e 4% para termos o verde e andamos com 0,4%, 0,5% e 0,3%. Portanto, com estes valores, o que nós pedimos é que se faça alguma coisa. Portanto, que sejam revistos os procedimentos de forma a melhorar estes indicadores, ajudando também a melhorar o bem-estar dos guardenses. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu tenho, agora, o senhor Deputado Aires Diniz. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Na preparação desta Assembleia, alguém concluiu, com pena, que não seria agora que ia ser discutido o alargamento do mapa de pessoal. Outra pessoa sublinhou que era importante questionar o Executivo da Câmara sobre a falta de higiene nos mictórios públicos, mais do que constatado por todos os munícipes que disso se queixam. Contra a recolha da RSU, alguns recomendam que devemos pensar se é de exigir a reversão da concessão à SUMA frente ao mau serviço prestado. Trata-se de algo para que fomos alertados, indicando-se alguns lugares do concelho como críticos. Esperamos, por isso, queixas das respetivas Juntas. Outros levantaram questões sobre as casas devolutas e a cair no centro histórico e não só. Acrescentaram que uma rua da Guarda é o retrato da nossa pobreza, aconteceu no último Expresso. Outros escreveram a sua ocupação caótica de espaços públicos e particulares. Outros acharam importante questionar a Câmara sobre o apoio à atividade escolar, de modo a proteger funcionários, alunos e professores contra o contágio pela Covid, nomeadamente nos transportes e espaços escolares. De facto, há uma semana, o Ministério da Educação não revelava quantos casos de infeção foram, até esta altura, detetados em escolas desde o início do ano letivo e questionado pelo público, para sabermos quantas escolas tinham registado infeções em alunos, funcionários ou professor e, por outro lado, quando as turmas foram colocadas em ensino à distância por causa do mesmo motivo e quando os alunos estão em isolamento. Contudo, na passada quarta-feira, uma fonte do Ministério da Educação não revelou nenhum destes dados e redirecionou as perguntas para o documento publicado no início de setembro, pela Direção Geral de Saúde, para orientar os estabelecimentos escolares ou de educação perante os casos suspeitos, confirmados, ou pequenos surtos. Mas isto não nos deixa sossegados, pois sabemos de soluções diversas e, por isso, temos que questionar as autoridades competentes, aqui mais a DGS e talvez, melhor dizendo, as próprias Câmaras que também são parte importante neste processo. E agora pergunto, o que pensa fazer o Presidente da Câmara como Autoridade Municipal da Proteção Civil? Mais, agora que é público um caso Covid numa escola secundária desta cidade, o que vamos ter que saber e que pensar para que nós mantenhamos a calma e possamos continuar a trabalhar e a viver neste nosso concelho, região, distrito, sem angústias? Trata-se de um problema que se está a tornar-se num problema nacional, pois vemos multiplicarem-se os seus casos e as soluções de acordo com a imprensa. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Temos agora o senhor Deputado Diogo Isidro, faz favor.” -----

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Boa tarde senhora Presidente, Mesa, senhor Presidente e Membros do Executivo, caros Deputados, Comunicação Social e Técnicos do Município, muito boa tarde a todos. Em junho passado vim aqui falar sobre a resposta do Município à pandemia e sobre quais deveriam ser os próximos passos a dar no sentido da recuperação económica pós-pandémica. Se é verdade que os mesmos continuam a ser necessários, é também verdade que o período pós-pandémico ainda é, infelizmente, uma miragem. Apesar de tudo, planear essa recuperação económica deve continuar a ser um desafio do Município e do país. De tal maneira o é, que o Governo respondeu a este desafio apresentando um Plano Estratégico para o Portugal 2030. Bem, o Governo não, mas na verdade um para-ministro porque, perante a incapacidade dos Ministros que compõem este Governo, o Primeiro-Ministro viu-se obrigado a chamar alguém fora da sua equipa. Porém, o problema não está na forma, mas sim naquilo a que nos diz respeito na substância. Recordo que, em agosto, a JSD foi a primeira organização concelhia política a tomar uma posição sobre este documento após uma leitura atenta. Chamámos à atenção para a amnesia em relação à Guarda, pois o esboço do Plano de Recuperação Económica não contemplava nem promessas, nem projetos, nem o reconhecimento da potencialidade da Guarda para o desenvolvimento estratégico do país. Podem dizer que não passava disso mesmo, um esboço. Mas é em situações como essas que não há mesmo uma segunda oportunidade para uma primeira boa impressão e o que ficou à vista foi mesmo o esquecimento, ou pior, a irrelevância com que nos trataram. António Costa e Silva, que nas várias intervenções públicas que teve, pôs a tônica na ideia de em Portugal necessitarmos de substituir o eu, pelo nós, deixou a Guarda a olhar para eles, para os outros, como se não fôssemos convocados, como se não nos dissesse respeito e como se não tivéssemos capacidade, nem meios, nem massa crítica, para fazer parte de uma estratégia de conjunto para o futuro do país. Como se o nosso tecido social e empresarial e académica, afinal, aos olhos deste génio e de quem lhe encomendou o trabalho, não tivesse qualquer valor para uma discussão nacional. Vimos mencionado o Fundão como concelho âncora para o desenvolvimento de um cluster digital. Vimos identificados vários casos de Autarquia laboratório no interior do país para políticas de inovação em diferentes áreas. Em relação à Guarda, na primeira abordagem, nem uma linha estruturada ou estruturante. A base da recuperação do país ignorou o importantíssimo trabalho das IPSS da nossa região, revelou um desconhecimento total do tecido empresarial do nosso concelho e desvalorizou por completo a importância geoestratégica da Guarda na área dos transportes e da logística para Portugal e para a Europa. Mais, como se não bastasse, ainda deitou por terra qualquer relevância do Instituto Politécnico da Guarda e da sua capacidade formadora e timoneira do desenvolvimento regional, porque nem mesmo com uma Secretaria de Estado sediada na Guarda, nem mesmo com uma Ministra que foi eleita Deputada pelo nosso distrito, lembra o Governo de colocar a Guarda no mapa das estratégias de longo prazo. E há tanto onde podemos e devemos exigir aquilo que é nosso por direito. Assim, é determinante continuar a aposta na criação de emprego da cidade nos mais diversos níveis de qualificação. É imperativo o contínuo reforço do já existente cluster automóvel na Guarda. Mas não só, porque a existência deste, pode e deve significar muito mais, juntando à atração de empresas de outras indústrias, a comunicação de mecanismos de cooperação intraindustrial que possam originar economias de escala e uma maior

eficiência produtiva. Já a ideia do porto seco da Guarda aqui discutido, enquanto modelo pioneiro de estatuto logístico e alfandegário que una as margens do litoral e europeia, tem de ser abraçada por todos. E deixemos de lado esta competição provinciana sobre quem teve primeiro a ideia ou quem sabe explica-la melhor, porque esta pode ser uma oportunidade irrepetível para a Guarda e tem que ser agarrada, por todos, em conjunto. Porque se a Guarda ganhar, é natural, ganhamos todos. Mas, se a Guarda perder, ficaremos todos mal na fotografia. É também necessário repensar o que fazemos a nível da formação e da fixação de jovens no nosso concelho. Há um elevado número de jovens que saem da Guarda, e contra mim falo, que não é de maneira nenhuma compensado pelos que ficam e ainda menos pelos que voltam. Pertence-nos a liberdade de escolha quanto ao nosso futuro, mas é fundamental que a Guarda crie as condições para que aqueles que saem à procura do mundo e de novas aprendizagens, possam ter a opção de voltar, sem que isso signifique uma paragem ou um retrocesso a nível de carreira. E, por isso, a Guarda tem de fazer parte dos sonhos da minha geração. Esta cidade tem de abrir-se a novas ideias, a espíritos empreendedores e a gente que se atreva. Também as instituições Educativas desempenham um papel fundamental. As nossas escolas do Ensino Básico e Secundário prestigiam o ensino público e não temem comparações com nenhuma outra zona do país. A nossa Escola Profissional está entre os melhores e mesmo o nosso Instituto Politécnico tem todas as condições para ultrapassar sobressaltos se souber, como tem vindo a demonstrar-se saber, identificar os erros cometidos nos últimos anos e alinhar a estratégia com as necessidades do mercado de trabalho e com as potencialidades da região. A oferta da qualidade de vida passa também por uma consciência ambiental, que agora, mais do que nunca, deve ser uma bandeira de todos nós, independentemente do partido ou da ideologia. E já ao nível do urbanismo e da gestão do espaço coletivo, devemos escutar as pessoas, devemos perceber os problemas e as suas ideias, tornando a cidade, mas mais ainda do que a cidade, um centro histórico com tanto valor como o nosso, mais aberto e mais atrativo. Porque uma cidade dinâmica e mais atrativa atrairá também mais visitantes e, para isso, é necessário que sejam melhoradas as condições de acessibilidade ao concelho. Ora vejam, mas ainda recentemente vimos mais uma promessa do Governo, que atira para o tempo indeterminado a redução das portagens, cair em esquecimento. De engano a engano, devo dizer que também não esperamos que a titular do defunto Ministério da Coesão Territorial cumpra a sua outra promessa, a de se demitir caso não cumpra essa promessa da redução das portagens. Antepenúltimo, falo sobre a candidatura à Capital Europeia da Cultura, que tem de abrir portas à comunidade e ser entendida como uma forma da Guarda se conectar com todos os cidadãos sem deixar ninguém para trás, porque esta pode ser uma oportunidade para, orgulhosamente, em conjunto e em rede, pensarmos nos modelos de relançamento do concelho e da região em múltiplas áreas. Por último, mas não menos importante, aquilo que nos distingue desde há mais de um século, somos a cidade da saúde e a resposta a esta pandemia deu provas de talento, conhecimento e capacidade que vieram ao de cima e fizeram do nosso Hospital uma referência nacional. E quando a própria Comissão Europeia define a saúde como um dos eixos prioritários na aplicação dos fundos que Portugal vai receber ao abrigo deste programa de recuperação, não podemos desperdiçar esta oportunidade, não podemos pensar pequenino e bater palmas à promessa da requalificação do chamado Pavilhão 5, não podemos continuar, como nestes últimos anos, a marcar passo à volta de um

remendo, porque efetivamente é disso que se trata, e nem isso conseguiram fazer. E falar desta emenda como a primeira pedra, da primeira metade, da primeira parte da segunda fase, é fazer mesmo pouco da Guarda. As decisões discutíveis do passado, ainda que sustentadas numa clara falta de dinheiro, não podem justificar, no presente, opções que comprometem o futuro. Devemos parar para pensar e incluir no Plano de Recuperação e Resiliência tudo aquilo a que a Guarda tem direito na área da saúde, mas também em todas as áreas que referi e em tantas outras que por aí há. Se o concelho ficou de fora do esboço inicial, num sintoma de amnésia socialista, depende de todos nós que não sejam esquecidos os programas de investimento, modernização e capacitação para a próxima década. Não podem os outros beneficiar da recuperação, e nós, como quase sempre, ficar apenas a ser elogiados complacentemente pela nossa resiliência. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu tenho agora inscrito o senhor Deputado Marco Loureiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar o senhor Presidente de Câmara, respetivos Vereadores, Mesa, Técnicos, senhores Jornalistas e a todos aqueles que acompanham via internet. Queria, porque achei que este seria o momento mais oportuno, nesta minha intervenção, já tive oportunidade de o fazer pessoalmente aos familiares e também à Concelhia do PSD, ao seu novo Presidente, mas queria também deixar aqui os sinceros os votos de pêsames, neste caso à bancada do PSD e também do PS, pelas perdas recentes e que, no que toca à minha pessoa, o Tiago era e será sempre um adversário lembrado como um adversário sério, humilde e transparente e, acima de tudo, com valores democráticos e de quem queria construir um futuro para aqueles que escolham viver ou, neste caso, continuar a viver ainda no interior. É essa marca que desejo que a bancada do PSD, agora na pessoa de Pedro Nobre, se mantenha num futuro próximo, nestas discussões dentro desta Assembleia Municipal. Com profundo sentimento, mais uma vez, boa sorte e os sentimentos a todos vocês e respetiva família. Queria, desde já, também felicitar e dar as boas-vindas a todos os cerca de quinhentos alunos que, nesta primeira fase, escolheram a cidade da Guarda para vir estudar no Instituto Politécnico da Guarda. Parece-me ser extremamente importante que esta Assembleia Municipal perceba e dê o seu voto de grande alegria aos cerca de quinhentos alunos nesta primeira fase. Esperemos que a segunda fase e terceira tragam ainda mais alunos. É muito bom ver este sangue novo, positivo, a escolher a cidade da Guarda para viverem e estudarem nos próximos anos. E, certamente, vão ajudar em muito a crescer a nossa economia local. Há uns meses atrás, para combater o Covid-19, foi preciso haver um confinamento que salvou, por enquanto, o Serviço Nacional de Saúde de entrar em colapso. Contudo, trouxe consigo vários problemas económicos. Já o desconfinamento trouxe sérias mudanças no dia-a-dia de todos nós e que, infelizmente, vão perdurar por muito tempo. E nem o poder autárquico escapou. Pois, senão, venham daí as muitas dúvidas sobre quem é que decide a agenda política no atual Executivo guardense. Será o Presidente Carlos Monteiro, ex-Vice de Álvaro Amaro antes deste ter abandonado a Guarda? Ou será Sérgio Costa, ex-Vice de Carlos Monteiro e atual Vereador do PSD sem pelouros? Vejamos, então. Todas as semanas tem vindo a público declarações de ambos sobre as intervenções e iniciativas que cada um reivindica como ser da sua autoria, evidenciando,

desta maneira, existir pouca harmonia no Executivo Social Democrata. Mas parece que o Presidente Carlos Monteiro, PSD, decidiu dizer basta e, recentemente, em declarações a uma rádio local, contra-atacou Sérgio Costa, afirmando: em primeiro, que desde que assumiu o pelouro das obras, tem vindo a trabalhar para desbloquear projetos que se julgavam concluídos; em segundo, que começou a detetar atrasos graves em projetos que a Autarquia lançou ou está a executar, como o caso do acesso da rotunda dos 5F's à VICEG, bem como nos Passadiços do Mondego; em terceiro, que no caso dos Passadiços do Mondego é preciso resolver os pareceres negativos para a construção das infraestruturas de apoio; em quarto, em relação à requalificação da zona envolvente à capela do Mileu, foi necessário dar respostas a pareceres que entretanto chegaram negativos; em quinto, o ex-Vice-Presidente parecia ter um gabinete à parte do Município; em sexto, agora o Executivo está a trabalhar em equipa. Ou seja, anteriormente, trabalhava cada um a seu belo prazer..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, já ultrapassou em três minutos e meio. Vai ter que terminar, está bem?" -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Por último, sendo provavelmente a mais dura de todas, afirmou que este Executivo está agora a trabalhar bem e com espírito coletivo e em prol do projeto político do PSD. Ou seja, perante tais declarações, fica bem explícito que até há sete meses atrás, para o Presidente Carlos Monteiro, o outro Executivo PSD estava a trabalhar mal. Fica a pergunta para quem quiser responder. Desde as últimas duas eleições Autárquicas, é ou não é o Partido Social Democrata que lidera a Câmara Municipal da Guarda?" -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Eu tenho agora inscrito o senhor Deputado Miguel Bandarra. Faz favor." -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** "Boa tarde, senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, senhor Presidente de Câmara, senhoras Vereadoras e senhores Vereadores, Deputados Municipais e Presidentes de Junta. Se me permite, senhora Presidente, antes de começar a minha intervenção, gostaria de deixar uma palavra de algum conforto para com os familiares de três pessoas que nos deixaram cedo demais. O Professor Vítor de Aldeia Viçosa; Daniel Vendeiro, Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Fernão Joanes e, por último, Tiago Gonçalves, Deputado desta Assembleia e líder do grupo municipal do PSD até ao trágico acontecimento. Passando agora à minha intervenção, faz hoje precisamente sete anos que a Guarda quis mudança e quis assim que os destinos do Município ficassem sob a alçada do PSD. Fui orgulhosamente, como cidadão, votar pela primeira vez no candidato ao Executivo Municipal. Apesar da minha juventude, senti necessidade de mudar e de ter um futuro melhor para o meu concelho e para a minha cidade e, como tal, aceitei, de bom grado, pertencer a este projeto. Projeto este ganhador em 2013 e reforçado largamente em 2017. Agradeço às gentes da Guarda pelo voto de confiança que nos deram, tendo a certeza absoluta que poderão contar connosco na senda do desenvolvimento, em prol do nosso concelho e da nossa cidade. Obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu só queria confirmar, o senhor Deputado Nuno está escrito? Pediu-me para o inscrever também, não foi? Então é a sua inscrição que eu tenho agora a seguir. Faz favor.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Boa tarde a todos. O que me traz aqui é um assunto breve. Tem a ver com os transportes públicos e tem a ver com a lotação dos autocarros. O Decreto-Lei 10-A/2020, no artigo 13ºA, entretanto alterado pelo artigo 2º do Decreto-Lei 22/2020, diz que as entidades públicas ou privadas responsáveis por transporte coletivo de passageiros, devem assegurar cumulativamente lotação máxima de dois terços da sua capacidade para o transporte terrestre. Ora bem, o que é que acontece? Também li, este fim-de-semana, uma notícia no Expresso em que o infeciologista Jaime Nina refere que o ponto nevrálgico de transmissão do Covid é os transportes públicos. Aqui a grande questão que se coloca é: o que é que a Guarda quer fazer? Os relatos que eu tenho, e que se vai ouvindo por aí, é que os transportes públicos na hora de congestionamento, ou seja, ao início das aulas e ao fim das aulas, vão cheios, carregados, além desta capacidade de dois terços. Portanto, eu deixo a perguntar ao senhor Presidente. A Guarda vai remediar, ou quer prevenir? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu tenho a senhora Deputada Sandra inscrita. Faz favor.” -----

- **Deputada Sandra Amaral Santos (PS):** “Boa tarde. Cumprimento todos de forma geral. Eu queria colocar uma pergunta ao senhor Presidente. O Município distribuía, durante o período letivo, às escolas primárias, ao primeiro ciclo e ao jardim de infância, a fruta. No jardim de infância todos os dias e, na escola do primeiro ciclo, duas a três vezes por semana. Gostaríamos de saber se foi suspenso, ou se é uma situação temporária que neste momento não está a haver esse lanche, não está a ser distribuída essa fruta nas escolas. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu não tenho mais ninguém para... senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor, então.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Dirijo-me a todos vós para fazer uma abordagem aos tempos que estamos a viver, e não vos quero falar do flagelo que estamos a atravessar provocado pelo Covid-19. Um ser vivo, invisível, mas muito presente para servir de desculpa para muitas inações que nos continuam a atirar para o fim da fila, no que ao desenvolvimento se refere. Quero falar-vos de honra, aquela que cada um de nós, aqui neste mesmo palanque, comprometeu em defesa dos superiores interesses da população deste concelho. Também vos poderia falar da palavra dada que, noutros tempos, valia mais que uma escritura. E agora? E agora, vamos lá ver. Em setembro de 2019, o candidato a Primeiro-Ministro, numa visita de campanha à Guarda, no nosso Hospital, deu a palavra de que iriam arrancar com a segunda fase das obras do Sousa Martins. Hoje sabemos que apenas foi aberto o concurso para as obras do Pavilhão 5, fazendo tábua rasa do plano existente até à data, atrasando, mais uma vez, um processo que já vai longo e que insiste em não ter fim à vista. Pior, desde essa data, vimos o orçamento daquela importante Unidade diminuir drasticamente. Faltam médicos, faltam enfermeiros, enfim, todo o tipo de pessoal, bem como material diverso. Este é o

resultado da referida visita realizada a 8/9/2019. É neste momento que vem à memória a célebre frase “palavra dada, palavra honrada”. Mas, felizmente, existem situações que nos fazem lembrar outros tempos quando vemos um grupo de cidadãos preocupados com o futuro do hospital. Reuniram cerca de dezanove mil assinaturas e conseguiram que este tema seja discutido na Assembleia da República. A este Grupo de cidadãos, o grupo parlamentar do PSD da Assembleia Municipal da Guarda, presta uma merecida homenagem. E da palavra dada acerca da redução das portagens para 2020? Por agora, estão adiadas para 2021. Será que nos tempos modernos a palavra se vai ajustando às conveniências? E que dizer da certeza da vinda do data center do SEF para a Guarda, mais especificamente para o IPG? Com pareceres positivos por parte de todos os organismos, onde se inclui a Agência Europeia que supervisiona grandes sistemas de informação, eis que o tão apregoado *a bem do desenvolvimento do interior* fez com que o Ministério da Administração Interna levasse, a alta velocidade, este serviço para a tão necessitada cidade do Porto, com a fraca desculpa de concentrar os data center da polícia, num só local, para redução de custos. Será que o senhor Ministro sabe que é precisamente esta a zona mais propícia para instalação deste tipo de serviço, devido ao reduzido risco sísmico e até mesmo pelas temperaturas baixas? Não foram essas as razões de a PT ter feito o cubo na Covilhã? Será que o senhor Ministro quer mesmo a redução de custos, ou será que só quer prejudicar a Guarda? Para este Governo, a Guarda parece estar sempre fora dos planos. Que dizer do Tribunal Administrativo e Fiscal? A 29/04/2016, nesta mesma Assembleia, 2016, nesta mesma Assembleia, foi apresentada uma moção para a instalação deste Tribunal na Guarda. A 30/06/2020 foi apresentada nova moção com o mesmo objetivo, à qual este órgão ainda não teve a honra de obter resposta. Em comum, ambas as moções, além de terem sido apresentadas pela bancada do PSD, querem proporcionar melhor acesso à justiça às nossas gentes. Eis que o atual Governo entende que instalar este serviço na cidade de Viseu, é a forma de facilitar o acesso à justiça administrativa e fiscal aos habitantes do distrito da Guarda. O que fica bem claro, é o total desinteresse pela população da Guarda, por parte deste Governo. Tudo o que fomos ouvindo durante a última campanha eleitoral, relativa à ajuda das zonas de baixa densidade populacional, não passam de palavras que tinham como único objetivo ludibriar os eleitores. Lembram-se do tão falado Centro Nacional de Educação Rodoviária ou do Arquivo do Registo Automóvel que viria de Lisboa para a Guarda? Este último, até teve um protocolo assinado e direito a um bonito discurso, passo a citar: medida de valorização do interior e dinamização do interior. Fim de citação. Enfim, mais um discurso circunstancial que não passou disso mesmo, uma palavra dada e não honrada. A nossa cidade tem, no seu centro, um edifício emblemático e em permanente degradação. Falo do Hotel Turismo. A resolução deste problema é da exclusiva responsabilidade do Governo, a quem a questão que levanto agora é para tentar perceber qual o ponto da situação. Sabemos de uma empresa que ganhou o concurso, posteriormente fez uma cedência contratual a uma outra empresa. Desde esse momento, a população da Guarda nada mais sabe, a não ser assistir à permanente decadência do edifício que deveria estar a contribuir para a riqueza local. Para já, o grupo parlamentar do PSD gostaria de saber se o senhor Presidente nos poderá pôr ao corrente de algum desenvolvimento e se o próprio senhor Presidente sabe alguma coisa dessa empresa, em substituição da primeira, pois a obra deveria estar concluída em 2021 e, a este ritmo, nunca iremos ver e reabertas a porta

do nosso Hotel. No PSD sabemos denunciar as falhas e reconhecer os aspetos positivos. E sim, temos uma promessa cumprida, a instalação de uma Secretaria de Estado na nossa cidade. Mas sabe a muito pouco. Precisamos de mais, muito mais. O PS obteve, nas últimas eleições legislativas, o voto de confiança dos guardenses, por isso tem, neste momento, dois dos três Deputados eleitos pela Guarda. É tempo de serem mais reivindicativos e exigentes para, junto do Governo, conseguirem mais investimento para a nossa região.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar. Já ultrapassou em mais de três minutos do seu tempo.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “É o último paragrafo. O Comando Nacional da Unidade de Emergência e Socorro da GNR é, sem qualquer tipo de dúvida, um serviço que poderia ajudar a que a Guarda invertesse a escalada de desertificação. Por parte do Município da Guarda, o Governo vê as portas abertas no sentido de ajudar a encontrar soluções para a instalação desta importante unidade. É chegada a hora de todos os partidos aqui presentes e com assento na Assembleia da República, exigirem a vinda deste Comando para a nossa cidade, sem mais demoras. É hora de um Governo do PS trazer uma verdadeira mais-valia para a Guarda. A bem do desenvolvimento do nosso país, Portugal necessita tirar proveito da nossa centralidade, caso contrário, todos ficaremos mais pobres. Para conquistar essa centralidade, a população tem que contar com o nosso empenho, o empenho de quem mereceu a confiança do voto de uma população que anseia por muito mais e melhor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu vou aproveitar este momento, em que tenho um minuto, para saudar todas as pessoas que aqui estão, as pessoas que nos estão a ouvir nas redes sociais e na internet. E também lembrar o meu amigo Tiago Gonçalves, que era um verdadeiro amigo e que era um Democrata e que muito me satisfiz que ele tivesse tido aqui um comportamento, digamos assim, muito bom, ou seja, ótimo. E o que é certo é que a morte dele chocou-me muito, porque eu estava longe aqui da Guarda e foi através da internet, do Facebook, que eu soube que ele tinha morrido. E senti isso como uma perda para mim. Muitas vezes conversávamos, aqui na Assembleia íamos dizendo coisas para a Assembleia, mas que depois ele tinha uma piada para mim e eu agora estou a sentir a falta dessa piada que ele dizia de vez em quando. E, portanto, eu queria aqui saudar a memória do Tiago Gonçalves. Das outras pessoas, o Vendeiro conheci-o mal, mas também saúdo. O outro, não sei se o vi alguma vez. O Vendeiro ainda falei com ele algumas vezes. Agora, todas as pessoas que morrem são, para mim, uma perda, e uma perda para a nossa cidade e para o nosso concelho. E não só essas pessoas, mas todas as outras pessoas que nós vamos sentindo como nossos. E ele, o Tiago, principalmente, era um adversário amigo. Era com quem a gente podia falar e dialogar e discutir, embora ele estava sempre disposto a ouvir-me e a ouvir-nos a todos nós. E era isso que eu queria saudar e, portanto, lembrar aqui, E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais inscrições. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Bom, mais uma vez, boa tarde a todos os presentes. Eu iria aqui só relembrar quatro ou cinco coisas que me parecem importantes neste momento, para termos noção daquilo que estamos a falar quando falamos em promessas. Porque todas as promessas que aqui foram faladas, em relação ao Partido Socialista e ao Governo, o Partido Socialista fará todos os esforços para que elas sejam cumpridas. Mas lembro que o Governo do Partido Socialista está em funções há um ano. Parece que ainda nem há um ano. Agora, quem está em funções há três anos, e foi aqui lembrado, é o Executivo do PSD na Câmara da Guarda. E se é o Executivo do PSD na Câmara da Guarda, eu lia aqui quatro ou cinco promessas que foram feitas, só para ficarmos elucidados sobre o que são promessas. Guarda, cidade bioclimática, criação de um centro de investigação e monitorização de saúde e ambiente. Definir a política turística e cultural para o concelho, concentração da responsabilidade pela estratégia promocional do turismo numa única entidade; desenvolver o portal do Turismo; colaborar com o IPG no reforço de programas de acolhimento a alguns alunos estrangeiros instalados na cidade; na cultura, transformar o TMG em Teatro Nacional; pensar o concelho como território rede; carta cultural do concelho da Guarda. Redefinir o papel e função da animação cultural, juventude e desporto; dinamizar o Conselho Municipal de Juventude; estudar com a Academia da Guarda e IPG e Associação Académica soluções de gestão de partilha de espaços; aproveitamento da Barragem do Caldeirão. Do conhecimento e qualificação, centro de incubação de base tecnológica da Guarda; Guarda Smart City. Economia e emprego, criação de um conselho estratégico de investimento, lançamento do porto seco ou estação aduaneira para o interior. Mobilidade, educação social, mundo rural... Pronto, eu penso que se continuasse a ler nós estaríamos conversados. Eu acho que era importante, quando falamos em promessas, antes de falarmos das promessas dos outros, olharmos para aquelas que nós fizemos e saber se estão ou não a ser cumpridas. Acho que é esse o desígnio e foi com esse programa que houve uma candidatura. E eu, sinceramente, sinto-me defraudado porque a maior parte das promessas não foram cumpridas. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais inscrições para este período. Dava, agora, a palavra ao senhor Presidente para responder. Faz favor.” -----

- **Carlos Monteiro Chaves, Presidente da Câmara:** “Muito boa tarde a todos, senhora Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Câmara, Jornalistas. De facto, também uma palavra para aqueles que nos deixaram tão recentemente. Percebemos, hoje, aquilo que era o desempenho de Tiago Gonçalves nesta Assembleia. Sabemos que era uma pessoa frontal, de ideias firmes, um democrata. Nem sempre estivemos de acordo em muitas tomadas de posição, quer no âmbito dos assuntos aqui discutidos, quer também naquilo que considerámos essencial para o desenvolvimento do concelho. Mas isso não nos afastou. Antes pelo contrário, aproximou-nos nessa luta de cada vez tentarmos ser melhores Autarcas, melhores combatentes, melhores democratas e defender melhor a Guarda. E, por isso, é esse sentimento de falta que eu sinto, e os meus colegas do Executivo também me acompanham, exatamente naquilo que é o legado que Tiago Gonçalves deixou na Guarda. Tendo partido breve, um pai de família que não conheceu a sua filha, a segunda

filha, e isso ainda mais nos entristece. Mas também sei, tenho a convicção, que se ele estivesse aqui nos diria para caminharmos em frente, porque a Guarda e aqueles que aqui vivem são, de facto, a aposta clara daquilo que deve ser o nosso trabalho e as nossas ações. Também Daniel Vendeiro, não o conheci nas funções executivas, mas sei bem da importância que, nestes territórios do interior e nas freguesias rurais, ele, mas também todos aqueles que o acompanharam, sendo ele a cabeça, a cara. A verdade é que ao longo de vários anos muitos autarcas sentem isso, e Presidentes de Junta sabem o que é, na sua freguesia, combater contra todas as adversidades e tentar efetivamente fazer o melhor pela população que representam e ao fim até ter sucesso naquilo que são as suas opções. E, Daniel Vendeiro, não só demonstrou isso na sua vida, como deixou, naqueles que o sucederam, exatamente esse espírito de combate, de resiliência, de perseverança, que muito caracteriza o povo da Guarda. E estamos a falar um de nós, no qual também nos revemos na sua ação. José Antunes, não conheci tão bem, mas foi também ele Autarca de Freguesia e com certeza que, independentemente daquilo que é a vida individual, a profissão exercida lá fora, alguém que tem o foco na causa pública merece sempre o nosso reconhecimento. E é isso que hoje aqui eu também queria frisar. Esse reconhecimento por não nos fixarmos naquilo que é a ação política, no que somos e na nossa vida pessoal, mas também transportar para a vida coletiva muito daquilo que pensamos e que consideramos que será um projeto melhor para a nossa comunidade. Relativamente aos assuntos e às questões que me foram colocando, vou tentar ser breve e responder ao máximo possível. Desde logo, tenho que referir, certamente por lapso, senhora Presidente da Assembleia, eu gostaria de ter visto, e os meus colegas, a moção que foi distribuída a todos os Deputados e, com certeza, estaria mais avalizado para poder falar dela aqui. Sendo que mereceu, como não podia deixar de ser, aqui o apoio de todas as bancadas. Mas, ainda assim, referir-me a duas situações específicas, sem prejuízo de não ser rigoroso porque, de facto, ouvi a sua leitura, mas não tive acesso a esse documento. Dizer duas coisas. A primeira é que o Centro Clínico Académico das Beiras, nós ainda contamos com a ULS neste centro. Pelo menos é a informação que eu tenho e, se formos ao sítio deste Centro Clínico e Académico, a Guarda faz parte. A ULS da Guarda, o Instituto Politécnico da Guarda, fazem parte desta instituição das Beiras que junta, não só o poder científico e do ensino superior, mas também as próprias Unidades de Saúde. Depois, referir-me também àquilo que é unânime, e nós, enquanto representantes do Executivo, assumimos claramente esse espírito que é nosso, não podia ser de outra forma. Podemos ter diferenças, mas temos esta bandeira que nos une que é a Guarda. E, portanto, quer o reforço das instalações, designadamente do Pavilhão 5, mas fundamentalmente também o reforço das valências e das especialidades que, ainda assim, ouvimos o Governo dar a abertura de algumas valências, e o que aconteceu é que poucas ou nenhuma foram preenchidas. Tendo aqui uma Universidade da Beira Interior, que não é da Covilhã, é da Beira Interior, na qual a ULS tem um protocolo próximo com essa Universidade, a ULS e a Universidade da Beira Interior, e impunha-se, efetivamente, que houvesse aqui um compromisso da parte até do Governo em que esses alunos, que alguns até praticam e fazem o seu estágio na ULS, efetivamente pudessem também ajudar-nos nessa senda do desenvolvimento e da promoção de um bem essencial que é saúde. Um bem essencial que, na nossa história dos últimos cem anos, teve aqui um valor histórico e de desenvolvimento para a Guarda de referência. E nós, neste presente, temos que continuar a apostar exatamente

naquelas valências que têm a ver com a pneumologia, com a cardiologia, com a obstetrícia e com o reforço aqui deste serviço materno-infantil. Muitas vezes têm que ser os movimentos de cidadãos e, por isso, aqui o nosso orgulho e satisfação de serem movimentos cívicos que também entendem unir esforços para combater questões fundamentais para o desenvolvimento da Guarda. E a saúde é, de facto, um polo, é um pilar fundamental para esse desenvolvimento. Portanto, criar condições para que haja mais fixação de médicos, mais valências, mais especialidades e em colaboração e cooperação também dessa valorização do património físico, que todos sabemos bem que merece ser reabilitado pelo interesse histórico, mas, fundamentalmente, também para dar melhores condições para que esses médicos se instalem. Mas há aqui uma coisa, e ouvi o senhor Deputado Monteiroinho, logo nas suas palavras, a atirar para o Executivo a responsabilidade que não tem. Mas assumo porque, pela Guarda, nós estaremos sempre à frente destas grandes causas. E ouvi há pouco, também, aqui o nosso Deputado Diogo Isidro que fazia referência àquela que é a estratégia para o 2030, que o próprio Primeiro-Ministro encomendou a António Costa e Silva. E dizer, efetivamente, que se o Primeiro-Ministro, que encomenda este estudo, ignora exatamente a existência da Guarda... porque é disso que se trata Diogo, é verdade. Fala da Covilhã, fala de Castelo Branco, como fala de Vila Real e fala de Bragança. Mas o Município da Guarda, não só no âmbito da CIM, mas também diretamente com uma missiva que enviou ao Dr. António Costa, mostrou a sua indignação, apresentando projetos que são preponderantes para o nosso desenvolvimento. Portanto, se o Primeiro-Ministro que há um ano aqui veio anunciar o Pavilhão 5, que omite aquilo que é fundamental para a Guarda, vem, efetivamente, demonstrar aqui, o senhor Deputado Monteiroinho, que passivo é o Grupo do Partido Socialista que não teve coragem, depois de uma promessa há um ano, de o próprio Primeiro-Ministro poder dizer, ou depois de ler a estratégia, pudesse colocar a Guarda no lugar que lhe é tributário, no lugar que lhe é devido naquilo que é uma estratégia nacional de desenvolvimento, que para além de vários fatores e de vários eixos estratégicos de desenvolvimento, a saúde é um deles. Portanto, passividade, eu digo que é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque o devia ter assumido, não só aqui, invocando que a passividade é do próprio Presidente e do Executivo que o acompanha. Antes pelo contrário. É uma clara omissão do Primeiro-Ministro, mas pior é a passividade com que o Partido Socialista assiste a um Primeiro-Ministro de Portugal vir aqui anunciar uma promessa e não a cumprir. Depois, também referir, relativamente à questão dos transportes, o Município da Guarda tem dado aqui uma prevalência evidente àquilo que são os transportes urbanos, mas fundamentalmente, porque estamos num período de abertura do ano escolar, àquilo que são os transportes escolares. Sabemos que este ano tivemos algo que foi único nestes últimos anos. A Comunidade Intermunicipal, há uns tempos atrás, assumiu com um valor atribuído pelo Governo, no programa PARTE às Comunidades Intermunicipais, para apoiar o transporte gratuito para os cidadãos até aos 25 anos e também para os maiores de 65. Ora, o que é que aconteceu? O dinheiro esgotou-se. Em Lisboa e no Porto não se esgotou. Mas nas regiões do interior esgota-se o dinheiro. E sabem quem tem que resolver, quando a Comunidade Intermunicipal já não tem mais dinheiro para assumir o protocolo que tinha com as operadoras de transportes? Foi os Municípios assumirem diretamente essa responsabilidade, mas com um problema maior. É que quando eramos nós, individualmente, a negociar as coisas, o encargo não era tão

grande. Agora é muito pior, porque os operadores de transportes colocaram-se em colaboração e em contratualização com a Comunidade Intermunicipal e, agora, nós não tivemos só que resolver a situação, como tivemos que pagar uma fatura bastante elevada para manter esses serviços. E há uma garantia. Os serviços de transportes foram garantidos, quer do ponto de vista do público em geral, quer do ponto de vista também dos nossos alunos. E esses foram sempre salvaguardados. Mesmo em circunstâncias extremas, é o Município da Guarda, com os seus motoristas, com os seus equipamentos, e daqui também o nosso agradecimento pela disponibilidade demonstrada por todos os nossos funcionários que diretamente estiveram ligados a este setor, que conseguimos dar a resposta cabal àquilo que são necessidades de transportes e necessidades de transportes escolares na nossa cidade. E, portanto, não se diga que há um problema de transportes neste momento. Não, porque o Município teve atento. Nós não entrámos, só no momento da crise, a resolver o problema dos transportes. Nós antecipámos muito este problema, porque já sabíamos que aí vinham e tomámos decisões, e por isso resolvemos imediatamente esta questão importante para a Guarda. Dizer que o Mercado Municipal é também o Mercado Municipal da Guarda Gare. Tenho aqui o projeto. Nós não nos esquecemos daquilo que é importante para o desenvolvimento da Guarda. Sabemos bem que é um equipamento que merece ser requalificado. Temos, neste momento, o projeto apresentado para desenvolver obra e, portanto, aquilo que eu tenho para transmitir é que, sim senhor, vamos dar mais valência. Vamos, em conjugação com a estratégia mais alargada do centro logístico de produtos endógenos, para ajudar a manter e a concentrar e a valorizar os produtos que são produzidos pelos nossos agricultores, e, com certeza, depois, fazê-los chegar ao mercado nas melhores condições, onde também o Mercado da Guarda-Gare é estruturante para esse efeito. Relativamente também à questão da cultura, o Partido Socialista insiste por diversas vezes, e, aqui, por escrito, frisando que desconhece o que se está a passar na Capital Europeia da Cultura. O povo costuma dizer que o maior cego é aquele que não quer ver. Nós anunciámos a nossa agenda cultural. Uma agenda, pela primeira vez, com Associações e os dezassete Municípios que compõem esta Capital Europeia da Cultura. Tivemos, no dia 9 de outubro, a discussão e uma conferência, no Grande Auditório Municipal, sobre projetos europeus da cultura passado e futuro, mas também temos a apresentação dessa mesma agenda no dia 1 do mês que vem. Depois, todo um conjunto de novas iniciativas que estão já agendadas e que são do conhecimento já genérico do público. E, com certeza, podendo ir ao site da Capital Europeia da Cultura, que já foi dito aqui pelo Pedro Nobre. Portanto, o Partido Socialista também tem que se esforçar, tem que sair da zona de conforto e ir ver o que é que se está a passar, que é para depois poder vir a dizer aqui aquilo que já leu, aquilo que já viu que está a ser feito, concordando numas coisas e discordando noutras. Agora, vir dizer aqui que desconhece, desconhece porque, quer porque tem os elementos à sua frente. Além do mais, há um relatório da atividade do Presidente, que está junto aos documentos que aqui vamos discutir, e lá está, nas últimas três páginas, também muito do trabalho que tem sido realizado pela equipa da Capital Europeia da Cultura. Concordo exatamente, a questão do porto seco é também estruturante. Tenho algumas dúvidas é da ligação por ferrovia. Se calhar é melhor pensar, e se olharmos para a confluência das linhas férreas, temos já ali a convergência. Sabemos que aquele espaço tem proprietários, mas será uma terra de ninguém e faz sentido ficar entre a linha da Beira Baixa e a linha da Beira Alta.

Exatamente, olhando para o mapa, tudo o que está no centro, poder aí ser desenvolvido um porto seco, aquilo que poderá traduzir-se numa mais-valia naquilo que é a posição geoestratégica da Guarda na ligação dos portos de mar com esta zona do interior. Relativamente às vias do terminal rodoferroviário. Como sabem... e aqui também mais uma nota, é que o Executivo não está parado, só que a estratégia futura vai ser a estratégia da formiga. Apresentará aqui os resultados concretos. Não vamos falar daquilo que tem feito, mas vai apresentar aqui, nos momentos certos, aquilo que já concluiu. Portanto, falar das vias junto ao terminal rodoferroviário é dizer que as Infraestruturas têm um protocolo, que carece de aprovação das Finanças, no valor de 700 mil euros com o Município da Guarda, para requalificar toda a zona envolvente. Até hoje está a reunião marcada, está marcada para amanhã, espero que seja recebido para discutir esse assunto. Tivemos no Arquivo Nacional Automóvel, tivemos recentemente na Torre do Tombo exatamente a dizer: olhe, este projeto só traz um funcionário, o que nós queremos, efetivamente, era ampliar a valência, se houver investimento da Câmara e a Câmara está disponível para o fazer, ampliar esta valência para não seja só o Arquivo do Registo Nacional Automóvel, mas possamos aqui dar mais valências a este arquivo e, a partir daqui, poder ter mais gente, poder ter mais investimento de ambas as entidades. E é isso que está a ser estudado. Foi assim que nos prometeu o Diretor-Geral do Arquivo que tem sede na Torre do Tombo onde nós estivemos a debater esse assunto e já com respostas dadas. Depois, falar das UEPS, estamos a tratar. Oportunamente eu trarei aqui, espero eu, já o resultado final da questão. Porque é disso que trata, senão muita tinta corre e ninguém escreve umas lindas. E nós já chegámos a essa conclusão. Não vale a pena espetacular. É melhor escrever e ter as coisas preto no branco que é para depois evitar especulação e aproveitamento político, que às vezes é exagerado e não ajuda nada que a Guarda tenha aqui uma referência de ética e também daquilo que é o compromisso, para que também o Governo cumpra aquilo que prometeu. E nós estamos cá para ajudar, também com as nossas possibilidades, para que sejam executados esses projetos na Guarda. Depois, também referir aqui ao CDS que aquela caixa e o coletor situa-se em terreno privado. É da responsabilidade da AVT, não tem qualquer responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda. Temos responsabilidade porquê? Porque, em última instância, é o Município que sofre e que vos representa que tem que agir. Mas, verdadeiramente, nós não adivinhamos quando aquilo acontece. Estamos a falar, não de um equipamento que é do Município, mas de uma entidade que tem, por acaso, obrigação de tratar das águas sujas, se me permitem a expressão, que são tratadas na estação elevatória. A par disso, estamos no processo. De facto, não é só promessas, precisamos tempo. É isso que eu peço também. Estamos aqui prontos para iniciar uma relação. Este relatório está aqui feito em junho deste ano, numa das reuniões com diversos intervenientes sobre a situação atual do Rio Noeme e do Rio Diz. E, com certeza, nós sabemos quais são os focos poluidores, é com eles que iremos elaborar aqui uma estratégia de correção e de melhores práticas para valorizar estes rios. Espero que, no mais curto espaço de tempo, possamos dar essa resposta que todos esperam. As encostas não estão abandonadas, é outra coisa. Quer dizer, mas ainda bem, por um lado, porque o grau de exigência elevou-se nos últimos anos e isso é bom para este Executivo que não pode dormir na forma nem na substância. E, por isso, temos aqui as reuniões onde se toca. Já no passado não era bem assim, porque todos sabemos como é que a Guarda estava moribunda e atravessava, de facto, problemas graves também ao

nível do setor que colocou. A encosta do La Vie já foi intervencionada, já foi limpa. É verdade que já está com o mato a crescer e até ao final desta semana iremos agir. Agora, a da Torre de Menagem tem sido objeto de várias intervenções e limpeza e, portanto, se agora está outra vez mal, necessita efetivamente de uma nova atuação e nós iremos continuar a dar essa resposta e os serviços vão dar mesmo essa resposta. As pinturas do piso, como sabe, o contrato foi assinado, a empresa está no terreno e, à medida que vamos requalificando os espaços, estamos a pintar. Estamos a pintar através desse concurso e, portanto, a Câmara está a resolver essa questão. Vai ser tudo pintado, não precisamos de fazer mais nada. O procedimento foi à Câmara, foi aprovado, está em execução. Tem-se optado por esta solução, quer em meios rurais, quer também nas estradas que temos já vindo a alcatroar. E, com certeza, que na cidade também vamos perceber que esse trabalho irá ser desenvolvido pela Câmara da Guarda...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, vai ter que terminar. Já ultrapassou em quatro minutos.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Termino já, senhora Presidente. A lotação dos autocarros, temos cumprido com a lotação dos autocarros. Temos feito essa sugestão e essa exigência também aos operadores privados, eles têm cumprido. Se eventualmente acontecer, e se tivermos factos de que isso é real, nós comunicaremos à Autoridade de Prevenção Rodoviária ou à Autoridade de Mobilidade Terrestre para dar a resposta cabal a isso. Quanto às promessas, já disse. Já fizemos muitas das que referiu. Temos que cumprir muitas mais, mas essa é a lógica da política e é por aí que vamos. A fruta, respondendo à questão da fruta. Temos a dizer que, nos próximos dez dias está resolvido. Também se deve aqui a uma questão, a empresa que ganhou está em layoff e tem criado aqui um problema. Portanto, é uma situação temporária, não será definitiva. E, para já, só terminando dizendo que a Guarda cumpre. Nós exigimos o cumprimento, e não podia ser de outra forma, e os transportes coletivos urbanos escolares estão a cumprir. Até que haja um facto objetivo que nos seja reportado, nós agiremos. Portanto, cumprem integralmente aquilo que são as obrigações da Direção Geral de Saúde. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, o senhor Presidente tem, depois, no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos que é o dos Assuntos de Interesse Geral, vai ter outro tanto tempo. E, portanto, se entender, como tem muitas questões a que não respondeu, poderá usar esse tempo e responder. Isso é um problema regimental, é a grelha de tempos que está prevista. Mas o senhor Presidente tem o tempo que usou, tal como vocês, não é? Porque se vocês trouxeram para aqui cinquenta documentos, o senhor Presidente não vai ter capacidade de resposta. Como sabem, vocês veem as horas tal e qual como eu, não é? Mas o que eu estava a dizer é que, pese embora tenha terminado este tempo, vai ter tempo agora disponível no 2.1 que continua a ser assuntos de Interesse Geral Municipal, onde o senhor Presidente poderá responder aos assuntos mais importantes. Era isso que eu estava a dizer.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Passemos, então, agora, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos que é o Período da Ordem do Dia e cujo primeiro ponto é, como sabem, os Assuntos de Interesse Geral Municipal. Começamos pela intervenção da CDU, «inovando com o que temos». Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Inovar pode ser reciclar, reaproveitar, reutilizar e até ir à estante buscar um livro antigo ou procurar um qualquer texto já quase esquecido. Podemos inovar quando reconstruímos uma casa. Contudo, vivemos em tempos de quebras de rendimentos próprios por culpa de uma mentalidade governativa que despreza o passado e empobrece cada um de nós, pedindo sempre, e só, sacrifícios. Vemos por aí espalhadas pela nossa cidade casas que mais parecem pardieiros e património privado cujos proprietários, se ainda não morreram ou emigraram, estão carentes de necessários recursos para reutilizarem as suas casas ou viver entre nós. Acontece até com bens municipais para quem os Municípios não conseguem utilidade, talvez só por faltar um plano estratégico de animação cultural e educativa do seu território. Assim, inovar com o que temos, pode acontecer logo e quando relemos processos esquecidos, tal como foi o iniciado e logo abandonado na sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2016, quando, no seu ponto 2.13, foi anunciado um processo de pronuncia sobre as condições para a realização do concurso público para a construção do direito de superfície destinado à reabilitação, ampliação, exploração e gestão do edifício do antigo Matadouro Municipal da Guarda. Não teve quaisquer consequências práticas este concurso público na ocupação deste espaço e não houve posteriormente qualquer outra tentativa de fazer o seu uso com outros objetivos que até podem ser o seu uso municipal. Peço, agora, desculpa à senhora Vereadora da Educação e da Juventude, pois há dias, como membro do Conselho Municipal da Juventude, fui coletivamente questionado sobre a necessidade de um espaço para a juventude, mas como estava ainda a matutar sobre os possíveis usos do antigo matadouro, nada disse. Mas este pode ser um local para apoiar os jovens. Prosseguindo esta análise, queremos nós lembrar a possibilidade, até a necessidade, de um concurso de ideias provenientes dos que aqui vivem, munícipes, ou não, que permita criar, por exemplo, um centro de inovação tecnológico na agricultura ou desenvolvimento de uma ideia de inovação industrial, servindo de incubadora de empresas que depois poderão ser transplantadas para qualquer outro local do concelho. De facto, o Jornal do Fundão do dia 24 de setembro de 2020, página 24, noticiou que a Covilhã vai ter um dos vinte e quatro Polos da Rede de Inovação para Agricultura, mas mostrou logo que se trata de uma ideia com dificuldades em avançar, pois estes polos vão funcionar em edifícios ou propriedades do Governo. Assim, este antigo matadouro pode ser uma mais-valia para a possível candidatura da Guarda a um projeto de inovação pecuária, com base nas raças autóctones jarmelistas: a vaca, cabra e a ovelha. Ou, se isto falhar, podemos pensar a ocupação deste espaço como um museu agropecuário, etnográfico e dos falares da nossa região. De facto, está o antigo matadouro localizado num local bem servido de transportes, o que é um fator potenciador de atração de indústrias e conhecimento intensivo. Haja ideias e tudo pode mudar quanto ao futuro do nosso concelho. Continuando, devemos não só pensar na recuperação deste edifício abandonado, mas também de todos os outros que existem no nosso concelho, sendo que alguns até ameaçam ruína e constituem um perigo para os munícipes, tornando-se, por isso,

nalguns jornais, um sinal de pobreza nesta nossa Guarda. Fazem-no, contudo, sem infelizmente questionar o porquê e o como tudo isso nos acontece, devendo nós adotar, como objetivo político, o seu uso útil ao serviço das populações, contrariando o objetivo não declarado das políticas do estado central que tudo isto provocam. Devemos agora ter como lema: vamos recuperar o património esquecido. Isso implica a sua inventariação, a avaliação do seu estado físico e organização de um dossier em que estejam especificadas as suas possíveis utilizações e os custos da sua requalificação e conservação. Concomitantemente, temos de fazer o inventário das necessidades municipais não satisfeitas, para construir planos de reconstrução e de requalificação de equipamentos existentes que as possam satisfazer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar. Terminou o seu tempo.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Só mais cinco linhas. Há ainda que fazer um plano dos encargos e vantagens que decorram destas opções políticas ou da sua ausência. Propomos, por isso, com cautelas redobradas, este caminho de inovação aos guardenses e aos Deputados Municipais que nos representam, para que esta nossa terra possa renovar-se e ter futuro de modo económico, requalificado e ecologicamente equilibrado. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção do PCP? Não? Então, passávamos à intervenção do Bloco de Esquerda, «requalificação urbana, zona histórica, saúde e ambiente». Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Começaria por fazer aqui algumas questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Carlos Monteiro. Foi anunciado, pela Câmara Municipal, o apoio a bolsas de estudo a estudantes que optassem por estudar no IPG e na UBI. Gostaríamos de saber qual foi o critério para a atribuição e essa necessidade de atribuir bolsas a estudantes que escolham a UBI. Bem sei que poderá vir a dizer que o próprio nome da Universidade diz tudo, Universidade da Beira Interior. Seria um apoio à nossa Beira Interior e, se toda a gente for solidária, de Município a Município, seria tudo muito bonito. Mas a verdade é que não vamos ser ingénuos. Desde que teve o nome de Universidade da Beira Interior era só de fachada, porque a Universidade foi sempre da Covilhã, para a Covilhã e para os interesses da Covilhã. O dinheiro não é muito. Os estudantes, na Guarda, este ano, já são em número considerado, não seria bom ter poupado algum desse dinheiro e atribuir, de verdade, aos que escolham a cidade da Guarda, que tanto precisamos? Queria também perguntar ao senhor Presidente, qual será o apoio dado a uma situação que outrora aqui já foi trazido, nomeadamente de apoios a grupos desportivos. Não é meu hábito trazer o futebol para a política. Mas a verdade é que tem que se perceber como é que é possível uma Guarda Desportiva Futebol Clube regressar novamente e vir aqui falar que já tem apoio de uma empresa dos Emirados Árabes. E nós gostávamos de saber se a Câmara Municipal da Guarda vai continuar a apoiar projetos que não se percebe de onde vêm, para onde vão. E depois ainda levam o logotipo para determinados países, o logotipo da Câmara Municipal da Guarda a treinar em clubes desses países. É preciso perceber se o logotipo da Guarda recebeu algum dinheiro de

publicidade, de promoção, porque a verdade é que esses jogadores desses países tinham o logotipo da cidade da Guarda. Facilmente, se não teve acesso, facilmente poderei depois chegar ao seu gabinete todas essas imagens que percorreram o mundo, se assim lhe quisermos chamar, com o símbolo da cidade da Guarda. Ao menos, nesse aspeto, realmente temos que ver o lado positivo dessa promoção. Muito bem. Mas certamente vocês perceberão o que está em jogo e é preciso esclarecer rapidamente o que é que aí vem. E esta ideia de que todos são bem-vindos, eu também não sou natural de cá e sempre gostei de me tratarem bem. Mas a verdade é que há determinadas pessoas que, depois de serem tratadas muito bem, abusam. E depois desaparecem e depois voltam a aparecer e voltam outra vez a pedir e a não pagar aquilo que devem aos outros. É preciso percebermos se a Câmara tem conhecimento disso e se vai continuar a apoiar algo financeiramente, sem nós percebermos para onde é que vai esse dinheiro de verdade. E, para terminar, terminou em 22 de setembro a semana Europeia da Mobilidade. Em 2020, o tema foi: emissões zero, mobilidade para todos. E nela participaram, nas diversas modalidades, mais de duas mil e setecentas cidades da Europa. No nosso país, foram setenta e seis os Municípios que aderiram, entre eles o Município de Seia, Manteigas, Figueira de Castelo Rodrigo e Fornos de Algodres. Infelizmente, mais uma vez, o Município da Guarda ficou de fora. Razões para o Município aderir à semana Europeia da Mobilidade não faltaram. Desde logo, o tema deste ano, assegurar a mobilidade que tantos falam e que todos vêm para aqui falar dela e da necessidade dela, e caminhar para zero de emissões, objetivos tão decisivos na transição energética e na mitigação/adaptação às alterações climáticas. Mas a Câmara não se quis associar, vá-se lá saber porquê. Tem vindo a crescer, e ainda bem, a exigência cidadã para que as autarquias locais adotem políticas que diminuam o tráfego automóvel e incentivem as deslocações a pé, em bicicleta, e através do transporte público não poluente, que, no caso da Guarda, não existe...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu pedia-lhe que seja breve porque já ultrapassou em um minuto.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Vou terminar. Têm-se realizado iniciativas por associações e principalmente por organizações não governamentais em defesa do clima, mobilizando principalmente os jovens. E é este o caminho que se deve percorrer. Mais mobilização, mais intervenção na definição das prioridades políticas locais. Para o Bloco de Esquerda, a realização, no Município da Guarda, da Semana Europeia da Mobilidade, poderia constituir mais uma oportunidade de expor, a quem vive e trabalha neste Município, os desafios que os territórios enfrentam e a necessidade de reduzir a prevalência dos modos de transporte assentes nos combustíveis fósseis, tão prejudiciais à qualidade de vida e ao planeta...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, senhor Deputado.” --

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “O Bloco de Esquerda não deixará de participar ativamente no combate às alterações climáticas, pelas emissões zero e pela mobilidade para todos, porque, como todos sabem, ou deveriam saber, não há, certamente, infelizmente, um planeta B. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção do Bloco? Não? Então, passávamos à intervenção do CDS, cujo tema é «Rio Diz». Senhor Deputado Henrique.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Por uma questão de comodidade, futuramente, se calhar, pedia para aqui um púlpito. Seria uma ajuda aqui também para o desempenho dos Deputados. Bom, como sabem, na Assembleia do dia 17 de junho e na do dia 30, houve uma temática que marcou as duas Assembleias e foi o Rio Diz. Não foi o leito, não foram os caudais, já percebemos como é que às vezes os caudais crescem, mas foram as margens e naquilo que aconteceu no Rio Diz, na margem do Rio Diz, à margem das regras. E como se percebeu que havia muitas dúvidas sobre muitas matérias, o CDS, a bancada do CDS, pediu ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos, através de requerimento, e os esclarecimentos chegaram. Chegaram, alguns vieram a transformar dúvidas em certezas, outros adensaram ainda mais as dúvidas e a perplexidade sobre o negócio dos terrenos do Rio Diz, celebrados algures no longínquo tempo de 2001, do ano 2001, sem data certa porque o contrato, que temos agora a certeza, por termos confirmação oficial, não foi submetido ao visto prévio do Tribunal de Contas, não tem data. Primeira questão, um contrato não tem data. Bom, o Tribunal de Contas é a entidade que tem competência para fazer a fiscalização dos dinheiros públicos, da utilização dos dinheiros públicos e faz isto desde 1849. Quando os contratos não são submetidos ao visto prévio do Tribunal de Contas, tornam-se ineficazes e as entidades que os promovem ficam impedidas de fazer qualquer tipo de pagamento relativamente a esses contratos. Bom, mas as perplexidades não terminam aqui. Portanto, este contrato é ineficaz. É isso que dizem os acórdãos do Tribunal de Contas. Ora bem, este contrato de promessa de compra e venda, que está aqui à minha frente, diz, que me foi enviado pelo senhor Presidente da Câmara, remete, não tem data, mas remete para uma deliberação do Executivo Municipal de 12/12/2001. Portanto, ele terá sido celebrado, não sabemos se foi a 12, a 13, a 14, 15, 16, 17, 18, 20... ou se já foi no ano a seguir. Mas o que é certo é que remete para essa deliberação. Mas agora, pame-se. A deliberação não existe na Câmara. Muito bem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, permita-me só interrompê-lo um minuto, por favor. Só para eu me situar, porque eu estou a ficar um bocadinho baralhada. O senhor Deputado está a referir-se àquele requerimento que entregou à Mesa da Assembleia, na última Assembleia Municipal, e que Assembleia Municipal endereçou ao Executivo?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exato.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “E chegou-lhe a resposta diretamente a si? É só para eu perceber, é que não chegou via...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Chegou porque, posteriormente, eu fiz novo requerimento ao senhor Presidente da Câmara diretamente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas fê-lo enquanto Deputado Municipal? Enquanto cidadão?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, enquanto Deputado Municipal.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas sabe que os requerimentos, enquanto Deputado Municipal, também têm que ser via Assembleia.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu sei. Mas a senhora Presidente também sabe que não deve ser parte na contenda política e neste momento é.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas eu não sou parte. Eu sou apenas interveniente e Presidente do órgão fiscalizador, é só isso.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não. É parte na contenda política.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É só para eu perceber o que é que aconteceu.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É parte na contenda política. A senhora Presidente, neste momento, é parte na contenda política, portanto, é assim...”
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se quiser abster-se de observações laterais, muito bem. Aquilo que eu lhe estava a perguntar é se a resposta lhe chegou via Assembleia...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E a justificação foi essa. A justificação foi essa.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Ou seja, a Assembleia não tem conhecimento dessas... só para informar os senhores Deputados, a quem eu devo esse respeito. Dizer-vos que o requerimento que foi endereçado à Mesa, que foi entregue à Mesa e que a Mesa dirigiu ao Executivo, até agora eu não tenho resposta. E, portanto, não vos poderei dar conhecimento, porque era minha obrigação dar conhecimento desses documentos aos Deputados Municipais. E como esclarecemos agora, só para eu perceber, porque não estava a perceber o que é que estava a acontecer, dizer-vos que não chegou a resposta via Assembleia Municipal. É só isso. Faz favor.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, outra perplexidade. O mesmo contrato refere que também está suportado numa deliberação da Assembleia Municipal de 27/12/2001. Portanto, quinze dias depois. Ora bem, situemos isto. Situando o contrato no tempo cronológico, a primeira liberação do Executivo é em 12/12/2001. Situando tudo isto no tempo político, esta deliberação acontece quatro dias antes das eleições autárquicas de 2001, que foram a 16/12/2001. E remete para uma deliberação da Assembleia Municipal quinze dias após as eleições. Deliberação essa que também não existe na Câmara. Certo? Como é que um Executivo, suposto que as deliberações existiam, supondo, mas não existem, isto é preocupante. Como é que um Executivo tomava uma deliberação e depois era a Assembleia Municipal, eleita no mandato a seguir, que vinha validar a deliberação do Executivo anterior? A mim também me assaltam algumas dúvidas que quinze dias, ou melhor, de 16 para 27, onze dias após

o ato eleitoral, que tivéssemos a Assembleia Municipal constituída. Isto é preocupante. Bom, não existindo estas deliberações, e eu confio na informação que me foi prestada, isto preocupa-nos, deve-nos preocupar a todos. Afinal, que tipo de decisões é que se tomaram nesta Autarquia? Existiram e desapareceram, nunca existiram... isso já se afigura quase a um caso de polícia. Muitas vezes recorre-se àquele velho mantra, à política o que é da política, à justiça o que é da justiça. Isto apenas serve para dirimir e para desresponsabilizar os decisores políticos, porque há questões da política que dizem respeito à justiça. Isto em nome da transparência e da saúde da nossa democracia e para que não se meta tudo também no mesmo saco. Porque as decisões são elas diferentes, embora possam ser todos autarcas, mas uns decidem de uma maneira, com transparência, e outros decidem de uma forma completamente opaca e oposta. Ora bem, também ficámos a saber que, neste suposto negócio, que não há...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já ultrapassou em dois minutos do seu tempo, portanto...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, eu, se não esclarecer aqui, terei que esclarecer nalgum lugar publicamente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Onde quiser, senhor Deputado. Mas não é aqui ultrapassando o tempo a que tem direito. Isso lhe garanto eu.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Se entender que é pertinente eu continuar a falar, eu continuo a falar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se o senhor for rápido. Desculpe, mas não vai ficar toda a tarde a Assembleia a ouvir o senhor Deputado, porque tem um Regimento para cumprir e os outros Deputados também têm direito a usar da palavra. É claro, isto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, no início desta Assembleia, a senhora usou o tempo que quis, mesmo desenquadrado de qualquer figura regimental. Eu estou a trazer aqui um interesse...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, quer continuar ou paramos por aqui?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... uma questão que é do interesse de todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu não estou a dizer que não é do interesse de todos...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu sei que estou a ultrapassar o meu tempo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “... eu estou a dizer-lhe, estou a pedir-lhe que seja breve. É isso que lhe estou a pedir.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Portanto, também soubemos que não há registo de qualquer ata de qualquer reunião para celebração deste negócio,

nem da troca de propostas e contrapropostas relativamente ao negócio. Portanto, isto foi lá chegar e toma lá, dá cá. É assim, pelos vistos os DDT's deste país não existem só em Lisboa. Não será só o Ricardo Salgado. Parece-me que, infelizmente, haverá muitos pelo país que tomam este tipo de decisões, de forma que me parece, pelos dados de que disponho, de que dispomos, perfeitamente ligeiras, e, como disse, utilizando o dinheiro público, utilizando o cofre da Autarquia como se fosse a nossa própria carteira. E isto retirou, dos cofres da Autarquia, 400 mil contos. À data, dois milhões de euros que, como eu já também referi aqui, se lhe pusermos a correção monetária e os juros, estaríamos hoje a falar de cerca de 5 milhões de euros. É desse valor que hoje o Município está espoliado. Não sei, senhor Presidente, perante estes factos, eu não sei o que é que o senhor Presidente pensa fazer relativamente a este processo. São situações de veras preocupantes, com dúvidas muito densas apesar de algumas se terem dissipado. E as que se dissiparam dão-nos razão nalgumas questões que nós aqui levantamos relativamente à ineficácia do contrato e ao impedimento de terem sido efetuados pagamentos. Mais, também, em 2005, houve cinco escrituras que foram feitas relativamente a esse negócio, que se referem àquelas casas que estão em ruína, que eram artigos urbanos e essas escrituras foram feitas no notário privativo da Câmara. Obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta questão? Não? Sim, faz favor senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, mais uma vez boa tarde. Eu duvido de tudo aquilo que foi dito ali pelo senhor Deputado. Em primeiro lugar porque os documentos não nos foram remetidos a nós e, portanto, desconhecemos, em absoluto, isso. Na altura, era o Partido Socialista que governava a Câmara...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu irei solicitar ao senhor Presidente da Câmara, por favor, que envie os documentos em resposta ao requerimento da Assembleia, para poder dar conhecimento a todos os Deputados Municipais. Farei isso da forma institucional.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Portanto, tenho todo o direito de duvidar daquilo que foi aqui afirmado. Mas mais, eu diria mais. Se efetivamente não existem essas deliberações, não sei como é que o senhor Deputado consegue dizer em que datas é que foram às reuniões. Fiquei aqui na dúvida. Suscitou-me aqui essa dúvida. Mas termino, dizendo o seguinte. Se efetivamente esse contrato é um conjunto de ilegalidades, eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara o que é que fez até hoje? Se acha que isso é ilegal, o que é que fez o senhor Presidente até hoje? Se tem conhecimento disso e se fez o favor de trocar informação e trocou-a só com o CDS, mais ninguém teve acesso a ela, a pergunta é óbvia, quais foram as atitudes que o senhor Presidente tomou em relação àquilo que foi aqui transmitido, hoje, pelo CDS? Isso é que interessa aos guardenses. Ou foi conivente? É a minha pergunta.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Monteirinho, eu não percebi qual foi a sua última pergunta. Não ouvi, peço desculpa, não consegui perceber.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Quem é que foi o requerente...”
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Henrique Monteiro, peço desculpa, mas eu não lhe dei a palavra...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... foi o PS ou foi o CDS?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado. Senhor Deputado, peço desculpa, mas eu não lhe dei a palavra, penso eu! Eu não percebi o que é que o seu término. Não percebi, não percebi o que disse. Foi conivente, pronto, não tinha percebido essa palavra. Pronto, não tinha percebido, peço desculpa. Senhor Henrique, senhor Deputado Henrique Monteiro, o senhor Deputado tem todo o direito de falar. Tem que restringir-se aos tempos que tem no regimento, tal como todos os seus outros colegas, porque se todos quiserem falar duas ou três horas, obviamente, nós, o que temos que fazer é começar a marcar uma Assembleia Municipal todos os dias, porque senão não chegará o tempo para todo falarmos. E, portanto, peço-lhe que tenha esse respeito. Eu dar-lhe-ei sempre a palavra, mas o senhor tem que falar quando eu lhe der a palavra. Estamos entendidos? Faz favor, faz favor.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Quando o PS faz um requerimento ao senhor Presidente da Câmara, ele responde ao CDS? Porque é que quando o CDS faz um requerimento ao senhor Presidente da Câmara, a informação que o CDS pretende é remetida às outras bancadas?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vamos lá ver se nós nos entendemos quanto a isso. Eu perguntei ao senhor Deputado Municipal se a resposta era a resposta ao requerimento que o Deputado Municipal Henrique Monteiro, líder do grupo parlamentar do CDS, nesta Assembleia Municipal, entregou à Mesa, na última Assembleia, como deve ser, como é de lei, e a Mesa endereçou ao Executivo. E, portanto, a resposta tem que vir à Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal envia ao requerente, dando conhecimento a todos os restantes Membros da Assembleia. Eu perguntei, foi essa a resposta? E o senhor disse: não. E eu disse: então, aquilo que pediu foi enquanto Deputado Municipal, ou enquanto cidadão, ou enquanto partido político? E o que me respondeu foi: a senhora não é parte no combate político e eu, enquanto Deputado Municipal, perguntei. Isso não é resposta, senhor Deputado. Se o senhor Deputado me disser que fez a pergunta enquanto cidadão, ou enquanto representante do partido político CDS, estamos entendidos. O senhor tem todo o direito de perguntar o que entender, como qualquer outro partido político. É disso que estamos a falar. Foi nessa qualidade que fez a pergunta? Faz favor. É só para... eu gosto de ser clara para toda a gente entender.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A senhora Presidente acabou de dizer que as respostas aos pedidos do CDS têm que ser remetidas a toda a Assembleia...”
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não, não, desculpe. Está enganado. Não foi isso que eu disse...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A senhora acabou de o dizer. Não tem que ser. Os requerimentos têm que responder...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vai-me perdoar. Mas não põe, na minha boca, palavras que eu não disse. O que eu disse foi: se o senhor faz uma pergunta ao Executivo, uma pergunta ou as que entender, ao Executivo Municipal, na qualidade de representante do partido político CDS, está no seu direito. Nós, Assembleia Municipal, não temos nada a ver com isso. Qualquer outro partido político está no seu direito de o fazer. Se faz uma pergunta, ou as que entender, enquanto Deputado Municipal ou enquanto líder da bancada do grupo parlamentar do CDS, então, sim, isso tem que ser via Assembleia. Eu acho que fui clara. Alguém não entendeu o que eu disse? Não me fiz entender? Foi isso que eu disse...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, mas acrescentou...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu fiz a pergunta. Aquilo que eu perguntei foi: enquanto representante do partido político CDS, está no seu direito. Nós não queremos saber e quem quiser saber pergunta diretamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mas a senhora Presidente acrescentou que, depois, a resposta devia vir via Presidente da Assembleia Municipal e, depois, seria dado conhecimento...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não é verdade, eu não disse isso. Desculpe, eu não disse isso. Eu disse, se a resposta for ao requerimento...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu depois vou ouvir a gravação. Mas, então, percebi mal e...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ouça, como entender...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... e, peço desculpa, se entendi mal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto. O que é disse, e volto a repetir, é que se a resposta for ao requerimento formulado via Assembleia, porque foi entregue na qualidade de Deputado Municipal e líder do grupo parlamentar do CDS nesta Assembleia, a resposta tem que ser via Assembleia e dela tem que ser dada conhecimento aos Deputados Municipais...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não tem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Estamos claros.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não tem. Tem se for pedido pelo grupo municipal que seja divulgado junto dos outros grupos. Senão, a correspondência é entre o grupo municipal que faz o pedido e o senhor Presidente da Câmara...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, está clara a minha posição. O senhor entenderá como entender.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não. Desculpe, a correspondência entre o Grupo Municipal do CDS e o senhor Presidente da Câmara tem um veículo institucional que é a senhora Presidente da Assembleia. Mas é só entre o Grupo Municipal e o senhor Presidente da Câmara, a não ser...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O que é que eu disse?” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... a não ser que o grupo municipal do CDS peça, expressamente, para que seja divulgado junto de todos os Deputados Municipais.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não é verdade isso. Senhor Deputado, mas eu não vou passar aqui a tarde a discutir esse assunto consigo. Muito bem.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E aquilo que eu disse também, não foi que tinha endereçado o pedido posteriormente, um segundo pedido, ao senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe para que a informação fosse transmitida só ao Grupo Municipal do CDS, não é porque a senhora Presidente não faz parte da contenda política, é o contrário. A senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a ser protagonista política nesta Assembleia...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, abstenha-se de observações laterais, não é isso que interessa. Senhor Deputado, abstenha-se de observações laterais...” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Deixe-me só concluir. Senhora Presidente, isto é só uma constatação...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, se não terminarmos aqui, eu vou-lhe retirar a palavra. Tenha paciência porque isso são observações laterais. Não é disso que tratamos aqui. Não é disso que tratamos aqui. Aquilo que eu disse, foi bem clara, todas as questões dirigidas ao Executivo Municipal e feitas por Deputados Municipais nessa qualidade, são feitas via Assembleia Municipal e as respostas são dadas pela mesma via. Foi isso que eu disse, é isso que está no regimento, é isso que consta da Lei e é disso que falamos. Se não foi nessa qualidade, está no seu direito. Se foi nessa qualidade, aliás, nessa qualidade nós temos um requerimento que ainda não foi respondido. E, portanto, desse assunto tratarei eu posteriormente.” -----
- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Se for como a senhora Presidente acabou de dizer, é a forma correta institucional. Certo?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já está esclarecido. Por favor, muito obrigado. Tem que haver algum respeito pelos Deputados Municipais, senão, o que é que estamos aqui a fazer, não é? Convenhamos. Alguém mais para falar sobre esta questão? Não? Muito bem. Passamos, então, ao Partido Socialista, «obras, transportes públicos e educação». Quem intervém? Senhora Deputada Paulisa, faz favor.” -----
- **Deputada Paulisa D`Assunção (PS):** “Apresento os meus respeitosos cumprimentos, na pessoa da Excelentíssima senhora Presidente da Assembleia Municipal, a todos os presentes e aos que nos acompanham através dos meios de comunicação social. Educação. Falta de investimento no ensino superior na Guarda. Faz agora um ano que o grupo municipal do PS, por ocasião da abertura do ano letivo, exortou ao Município pela resolução das principais carências do Instituto Politécnico da Guarda, como instituição que constitui um dos principais promotores de desenvolvimento regional, apelando,

sobretudo, à resolução da problemática do alojamento dos estudantes. Porém, lamentavelmente, na entrada de um novo ano letivo, verificamos que esse problema persiste, agravado por duas circunstâncias - pelo facto de este ano ter entrado no IPG mais cento e cinquenta estudantes na primeira fase em relação ao ano passado, prevendo-se que esse aumento seja ainda maior na segunda fase, e, obviamente, com a agravante decorrente da situação atual gerada pela pandemia, que exige que haja um menor número de estudantes por espaço habitacional. A Autarquia tem que ter um papel preponderante na procura de soluções para este problema de forma proactiva, colaborando com o Instituto Politécnico da Guarda no sentido de preconizar soluções a dar às carências que existem. Excelentíssimo Senhor Presidente, Vossa Excelência referiu, na reunião da Assembleia Municipal de há um ano atrás, que, naquilo que diz respeito à atração de alunos e das condições que o IPG tem que ter para a atração de alunos, o Executivo é a locomotiva nessa solução e não carruagem. Ora, nesse conspecto, Vossa Excelência anunciou que o Centro Apostólico era para o Politécnico. Chegou a entregar-lhe a gestão? Foi também anunciada pelo Executivo, em dezembro do ano passado, a intenção de criar, em 2020, um Fundo Social Municipal Imobiliário destinado à aquisição e requalificação de imóveis devolutos no centro histórico, para serem afetados a residências de estudantes e ao arrendamento jovem. Onde estão os edifícios que a Câmara disse que iria adquirir e a reabilitar? Afinal, que respostas deu o Executivo para o problema do alojamento dos estudantes? Já lançou mão de algum dos instrumentos criados pelo Governo para dar resposta a esse problema, como o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado, gerido pela Fundiestamo? Se esta cidade pretende captar população jovem, com há pouco foi referido pelo senhor Deputado do grupo municipal do PSD, tem que oferecer condições aos alunos do ensino superior que vêm estudar para o IPG, que é o principal foco de atração de jovens nesta região. E mais alunos significa que se gera mais emprego. Veja-se, no ano passado, o IPG aumentou em novecentos o número de alunos inscritos, o que se traduziu em mais de sessenta novos contratos de trabalho. Ora, compete à Câmara fazer mais investimento nesta instituição de ensino superior, geradora de crescimento económico na nossa região. Contudo, a Câmara o que deu ao IPG foi um misero subsídio de 20 mil euros. Vejam este número, 20 mil euros, em 2018. E agora, volvidos dois anos, anuncia um valor de 40 mil euros para o ano letivo de 2020/2021. Este valor investido é irrisório. Não paga água, luz e gás à instituição. É dar migalhas à instituição que mais desenvolvimento traz a esta cidade, sobretudo comparativamente a outros gastos que este Executivo tem despendido e que não têm retorno, nem se traduzem no desenvolvimento como o que este tipo de investimento traria. E então, se compararmos com o que os outros Municípios têm investido nas instituições de ensino superior das suas regiões, esse valor deixa o Município da Guarda em vergonha. Apenas a título exemplificativo, o Politécnico do Cávado e do Ave, o IPCA, sob a Presidência da senhora Professora Doutora Maria José Fernandes, tem várias unidades orgânicas, várias escolas, em vários Municípios. Todos eles dão-lhes as instalações para as escolas, pagam a água, a luz, o gás, ajardinam os espaços verdes. O Politécnico de Bragança tem o apoio do respetivo Município que lhe dá residências, que entrega para a gestão do Politécnico, residências estudantis. O Polo do Instituto Politécnico de Coimbra, em Oliveira do Hospital, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, tem o apoio da Câmara que lhe oferece os edifícios para as instalações da instituição e para o alojamento de estudantes. Portanto, todos estes

Municípios tratam da requalificação dos edifícios para as instalações das escolas e alojamento dos seus estudantes e que entregam para a gestão destas instituições das suas regiões. Por seu turno, este Executivo, desta capital de Distrito, propõe-se oferecer bolsas para estudantes que vão para a UBI, em vez de investir mais no Politécnico que cá temos. Gostaríamos, senhor Presidente, que Vossa Excelência esclarecesse os guardenses em que medida é que isso beneficia a nossa cidade. Esperamos melhores opções políticas e um maior investimento por parte da Câmara, no sentido de arranjar soluções para estas e para outras carências do Instituto Politécnico, que não podem ser vistas como um problema do IPG ou da sua comunidade académica, mas como um problema da nossa cidade porque o Politécnico tem um efeito multiplicador de desenvolvimento regional. Por tudo o exposto, Excelentíssimo senhor Presidente, pedimos que informe esta Assembleia e a cidade sobre quais as medidas que foram tomadas até à data, de modo a dar uma resposta cabal e definitiva à falta de alojamento dos estudantes do IPG. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Alguém pretende intervir? Não? Passamos então à intervenção do PSD do Grupo Parlamentar do PSD... Falta uma do PS? Qual delas? Das obras? Ok, quem é que faz? Senhor Deputado Matias, faz favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Em primeiro lugar, eu venho aqui falar e questionar o Executivo sobre a Estrada Nacional 18. Faz agora um ano que eu intervimos nesta Assembleia e chamei à atenção para esta estrada que foi requalificada e que se resumiu, na altura, a tapar uma vintena de buracos, substituir alguns rails e placas que tinham sido destruídas por um incêndio de 2017 e, isto tudo... e valetas, isto numa extensão de 5 km. E eu depois, a seguir ao verão, eu realmente vim aqui dizer e discordar e manifestar a minha tristeza por esta reclassificação que foi manifestamente insuficiente. E, na altura, disse que não tardaria a voltar cá porque, provavelmente, assistiríamos, em pouco tempo, a surgirem os mesmos problemas. Porque, já na altura, a estrada evidenciava várias fissuras, embora pequenas, não eram esses tais buracos ou buracões que foram eliminados, mas havia fissuras. E foi uma pena que, na altura, não tivesse, o Executivo, posto o tapete betuminoso em toda a sua extensão, que não assistiríamos ao problema que já estamos hoje. E eu pedia ao senhor Presidente e ao Executivo que volte lá a passar agora. Nesse espaço já lá há buracos, já alguns grandes, e ainda o outono só tem oito dias e vamos ver o que vai acontecer no inverno. Por outro lado, em relação a isso, eu também queria dizer, pedia que efetivamente esta estrada, daquelas que foram entregues no Município, Nacionais que foram entregues ao Município, é a estrada que para mim é a que tem mais movimento e que requalifique, como deve ser, a entrada da cidade, desde o cruzamento de Vale de Estrela até ao «G». Que faça bermas, passeios e que faça uma entrada em condições e substitua aquela placa que lá está na entrada da cidade, que já é do século passado, está torta e já não dignifica nada uma capital de Distrito. Sobre a Nacional 18 era isto. Sobre...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vou-lhe pedir que seja breve, já ultrapassou dois minutos.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Vou procurar ser breve, eu sei que tenho pouco tempo. Mas eu não queria deixar de...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já não tem tempo, já ultrapassou o seu. mas pronto.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Pronto, mas deixe-me também ocupar algum tempo que deu também aos outros.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois, esse é o problema. Depois queixam-se que estamos aqui sete e oito horas. Todos querem sempre um bocadinho mais de tempo, mas...” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Senhora Presidente, quando se criam exceções, tem que ser igual para todos, senão, não as permita.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois, é isso.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Mas eu li ontem um perspecto do PSD que estava no meu correio e falava lá, efetivamente, nas promessas que o poder central tem feito à Guarda, nomeadamente o Partido Socialista e este Governo do Dr. António Costa. Fazia e dava ênfase em relação à obra do hospital. Pois devo dizer que, efetivamente, o Primeiro-Ministro veio, em campanha leitoral, prometer, não a reconstrução do Pavilhão 5, mas sim da segunda fase do Hospital. Portanto, não é só o Pavilhão 5. É a segunda fase do Hospital, muito maior. E é evidente que isto passou um ano, cá estaremos se, daqui a três anos, a promessa é cumprida ou não. Mas eu não queria também deixar passar em claro as promessas que o PSD tem feito, PSD local, tem feito há cinco, seis, sete anos aqui. E se aqui alguém referiu, e bem, que António Costa falou que tem sobre o slogan «palavra dada, palavra honrada», todos os que aqui estamos se lembram perfeitamente de outdoors, um deles aqui bem perto em frente ao Lactário, com a fotografia do anterior Presidente da Câmara, Dr. Álvaro Amaro, em que dizia assim: vamos construir a Alameda do TMG. E, para não copiar o slogan de António Costa, assina por baixo, «têm a minha palavra». Bom, eu queria saber, sobre isto, onde está o projeto? Já há projeto, senhor Presidente? Quando é que começam as obras? Quando são concluídas? O mesmo acontece com o outro outdoor, rigorosamente igual, que estava na rotunda dos F's, na rotunda da Ti Joaquina. Também lá estava o mesmo slogan, a mesma fotografia «vamos construir a Alameda da Cidade. Têm a minha palavra». Como é que está essa obra? Já existe projeto? Se existe, faça favor de explicar aos guardenses e aqui a todos os Deputados, para podermos e opinar se concordamos ou não concordamos com esse projeto. E para quando inicia as obras, se já estão feitas as expropriações e quando é que acaba essa obra. Isto são promessas do PSD. Por último, também aqui nesta Assembleia, ou neste local, neste local não, ainda foi na Câmara, na Assembleia de 27 de abril de 2018, o grupo parlamentar do PS recomendou à Câmara que construísse a via ciclável e pedonal, desde os Bombeiros até ao Parque Industrial. Na altura, o anterior Presidente Álvaro Amaro veio afirmar que, em 2019, as obras iriam a começar e estariam feitas. E a pergunta que eu faço é: o projeto já está definido e concluído? Porque parece-me que surgiu um problema e tem que sofrer alterações. E eu pergunto, em que ponto está, se existe financiamento e quando é que começam as obras? Por último, queria perguntar ao senhor Presidente sobre o seguinte. Eu ontem, por curiosidade, fui a Vila Soeiro e andei até uns cem ou cento e cinquenta metros pelos Passadiços do Mondego. Andei esses cem ou cento e cinquenta metros,

mas cheguei ao fim e não vi máquinas, não vi madeira, não vi nada. Fiquei perplexo e falei para a minha mulher: se calhar, há algum problema com os Passadiços que parece que estão parados. E eu queria perguntar ao senhor Presidente se, efetivamente, estão parados, se alguma frente está parada, se foi só aquela? Em que situação é que estão os Passadiços? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Senhora Presidente, obrigado. Eu queria dizer umas palavras acerca, não desta última intervenção da Bancada Socialista, mas da anterior no que diz respeito ao Instituto Politécnico e às camas e à disponibilização de alojamento para os alunos. Apraz-me ver, finalmente, que o grupo Socialista põe o Instituto Politécnico na sua mira ou na sua rota. Obrigado, porque até agora nunca tínhamos visto isto. Mas, já agora, e voltamos outra vez à situação dos compromissos e das promessas e daquilo que é dito por aí adiante, devo lembrar que o senhor Primeiro-Ministro... bem, o Governo disse que este ano iria arranjar cinco mil e quatrocentas novas camas para os alunos e que ia fazer protocolos inclusivamente com hotéis e pensões. Para a Guarda, uma vez mais, 0,000. Portanto, obrigado ao senhor Governo Socialista, por isso. Também, e já agora a título de informação... porque, é assim, lamentavelmente, se calhar, para o Executivo e para toda a cidade, não são assim tantos os imóveis disponíveis para conseguir alojar de um momento para o outro. O Centro Apostólico, como vocês sabem, está de unidade de retaguarda para os doentes Covid. Bem, agora não me queiram lá misturar os senhores alunos com os senhores doentes de Covid. Quer dizer, vamos lá ver se querem. Eu também gostava de ter, como se costuma dizer, chuva no nabal e sol no... exatamente. Portanto, eu gostaria e acho que todos aqui também gostaríamos. Mas acho que as coisas também têm que ser, e de acordo... não é só dizer que nós temos que ser honestos connosco próprios, aliás, os outros é que têm que ser honesto e, depois, nós, não nos dá muito jeito de momento. Portanto, é evidente que há um problema de alojamento dos estudantes. É evidente e inegável que o Governo disse que iria tratar. Uma das situações está na posse do Governo que é a antiga Pousada da Juventude, que está agora ocupada também por outra situação. Da Câmara houve o compromisso efetivamente do Centro Apostólico, mas neste momento está orientado para outra situação. Era bom que fosse rápida a sua libertação, para lhe chamar de alguma forma, para conseguir alojar lá os estudantes. Portanto, vamos lá ser um bocadinho coerentes.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhora Deputada, já não tem tempo. Tenha paciência, já ultrapassaram em seis minutos. Tenha paciência. Atualizará oportunamente. O Grupo Parlamentar do PSD, então, para as intervenções. Eu não sei, é só uma pessoa que faz? São várias? Muito bem. As intervenções são «espaço empresas, turismo, campanha de apoio aos animais de companhia, obras públicas e privadas e ecovias». Senhor Presidente de Junta?” -----

- **Deputado Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “É a primeira.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A primeira, muito bem, «espaço empresas». Faz favor.” -----

- **Deputado Luís Prata, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (PSD):** “Boa tarde a todos. Vimos, então, destacar uma ferramenta que consideramos importantíssima para o crescimento da cidade, que é o recém-criado espaço empresa. Este espaço é um balcão único, com uma equipa multidisciplinar de apoio aos empresários na criação e gestão dos seus negócios, indo ao encontro dos seus interesses e necessidades. Apesar de já estar a funcionar desde fevereiro de 2020, o espaço físico foi inaugurado no dia 10 de setembro com a presença do Secretário de Estado da Economia. Para cumprir com esse objetivo, os dois técnicos que trabalham neste espaço contam com a colaboração de vinte e seis entidades de áreas distintas (a justiça, a saúde, as finanças, etc.), de modo a centralizar informação e instrumentos para responder às dúvidas de quem se queira instalar na Guarda, mas também para responder às que já estão aqui instaladas. Trata-se, assim, de uma ferramenta de complementaridade com a plataforma logística, com o parque industrial e com o Regulamento Municipal de Concessão de Incentivos ao Investimento, entre outros. Concretamente, este espaço tem como funções: prestar informação, apoio e aconselhamento empresarial, fazer atendimento presencial e digital assistido, incentivar o investimento, informar e promover o emprego e as qualificações. Finalmente, ser um ponto de contato entre o Estado e os agentes económicos. De facto, os empresários precisam de sentir que a Autarquia é parceira do seu negócio, apoiando-os desde que surge a ideia de negócio até à prossecução do projeto, criando pontos que permitam esta estreita ligação entre instituições para dar uma resposta célere a cada investidor. Portanto, é um espaço com uma importância vital que importa dinamizar. Sei que os dois técnicos deste gabinete estão a trabalhar muito e bem, divulgando aos quatro ventos as excelentes condições que existem na Guarda para a instalação de empresas e prestando todo o apoio necessário às que já cá estão. Assim, todos desejamos que este espaço possa trazer bons frutos, que é como quem diz, bons negócios e bons investimentos para a nossa cidade. São os votos que deixamos. Depois, senhora Presidente, permita-me aproveitar o facto de estar neste palco para fazer aqui um pequeno parêntese muito rápido e prestar uma singela homenagem, se me permite, ao Professor Vítor Rodrigues que também nos deixou este fim de semana. E tomo essa liberdade porque o Professor Vítor Rodrigues foi também Presidente, foi também Autarca, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Aldeia Viçosa durante quatro anos, onde tive o prazer de o secretariar entre 2009 e 2013. Foi ainda Presidente do Lar de Aldeia Viçosa durante dez anos, desde 2010. Foi ainda Vice-Presidente do Lugar dos Pequenininhos do Vale do Mondego e, também, porque com a sua Quinta do Moinho, um espaço paradisíaco que ele construiu com a sua esposa Sílvia, contribuiu para atrair um sem-número de turistas dos vários cantos do mundo, promovendo assim também a Guarda e mais concretamente todo o Vale do Mondego que ele tanto amava. Que descanse em paz. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora «turismo». Quem faz? A senhora Deputada Vanda, faz favor.” -----

- **Deputada Vanda Sá Rodrigues (PSD):** “Boa tarde, senhora Presidente e restantes elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores,

senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Técnicos da Câmara Municipal da Guarda e o Público lá em casa que nos ouve. Tendo em conta o ano atípico devido à Covid-19, o turismo apresenta-se como um dos setores mais afetados. Por um lado, o Algarve, a Madeira, os Açores, Porto e Lisboa registaram uma diminuição na procura turística durante os meses de pandemia. Por outro e, de acordo com a Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, o turismo no interior do país registou uma procura muito relevante, tendo os portugueses aceitado o desafio de viajar no território nacional. Deste modo, salienta-se o aumento na procura do turismo da natureza na região centro, no Minho, em Trás-os-Montes e no Alentejo. A pandemia revelou-se assim como uma nova oportunidade para captar novos turistas que procuram a segurança dos destinos com menor densidade populacional, como é o caso do nosso concelho. Neste sentido, valoriza-se a aposta que a Câmara Municipal da Guarda continua a fazer no referido setor. Lembra-se a construção dos Passadiços do Mondego, uma obra considerada âncora para toda a região. É também de enaltecer a forma como o Município da Guarda comemorou, no passado dia 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo, com a apresentação do novo vídeo promocional do concelho da Guarda, que faz um apelo às raízes, uma ode à família e às histórias de reencontros, a par com a inauguração de quatro novos percursos pedestres no concelho. Desde domingo que é possível percorrer as rotas do Jarmelo, do azeite, das barreiras e da cabeça alta, permitindo desfrutar do património histórico e cultural e da envolvente paisagística e arquitetónica, valorizando a sua diversidade através da prática da atividade física. Os quatro percursos, certificados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, irão contribuir, certamente, para captar visitantes para os territórios que abrangem. Estes vêm-se juntar aos já existentes, o trilho da Calçada do Tintinholo, o trilho do Jarmelo, o trilho da Quinta da Maunça, percurso da Pera do Moço e trilho das Canadas. Através destas ações, importa agora o comprometimento de todos os agentes e atores locais na dinamização de ações, por forma a rentabilizar esta oportunidade inserida num contexto de animação turística e espaço rural. Ao citar o Professor Marcelino de Souza Lopes, que é professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, exige-se um turismo que transforme o ver em envolver, o ser ator em lugar do espectador passivo, o homem como um ser de relação comprometido e solidário com o outro, em lugar do ser individualista e desligado do meio que o rodeia. A Guarda tem assim mais uma oportunidade para atrair visitantes para o meio rural e de definir e aplicar estratégias de base territorial, conducentes ao desenvolvimento sustentado dos territórios, a partir dos seus recursos endógenos. Importa também associar a esta aposta roteiros locais, que nalguns casos já existem e que possibilitem ao visitante experiências únicas. Sublinhe-se que as rotas e os itinerários são um bom exemplo de atividade turística, ancorada em estratégias de base territorial que, através da criação de redes territoriais e comunitárias, possibilitam a promoção holística dos recursos locais com elevado valor de pertença e de identidade cultural, suscetíveis de promover a atração dos turistas. Termina com a convicção plena de que, aqui pela Guarda, estamos no bom caminho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Passamos à seguinte intervenção, «campanha de apoio aos animais de companhia». Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Encontra-se a decorrer, desde o dia 15 do presente mês, uma campanha de apoio à esterilização de animais de companhia. Sendo também o Município da Guarda um agente de saúde pública, é de aplaudir um Protocolo celebrado com quatro clínicas veterinárias da nossa cidade. Neste Protocolo, o Município da Guarda comparticipa em 50% os recursos da esterilização de animais de companhia, desde que estes estejam chipados na Guarda e os seus donos sejam residentes do nosso concelho. Este apoio é fundamental para promover o bem-estar dos animais de companhia, evitar alguns comportamentos sociais de abandono e, no fundo, prevenir riscos para a segurança e saúde pública. A implementação de estratégias que contribuem para o bem-estar animal tem sido crescente e o bom exemplo disso mesmo são as obras de ampliação e requalificação do Centro de Recolha Oficial, mais conhecido por Canil Municipal, onde estes nossos amigos de quatro patas terão melhores condições de habitabilidade. Acredito que estes são grandes passos para um futuro Programa CED, que consiste em acolher, esterilizar e devolver à sua origem animais errantes e vadios. Parabéns ao Executivo Municipal por pôr em prática este tipo de medidas. Estamos no bom caminho. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estas intervenções do PSD? Senhor Deputado Matias, faz favor... Senhor Deputado, mas já não tem tempo. Então é mesmo 30 segundos.” ----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Só para manifestar a minha indignação com este facto. Eu desconhecia que, efetivamente, a Câmara estava a subsidiar esterilizações de animais, agentes económicos privados. Não é animais abandonados, isso já era outra questão, isso é uma questão de saúde pública. Agora, subsidiarem-me, a mim, para esterilizar um cão? Se eu quiser ter cães, eu é que tenho que os esterilizar. Então a Câmara anda a gastar dinheiro nestas coisas, faltando dinheiro para apoiar estudantes carenciados, famílias carenciadas, habitação social? Por amor de Deus. Sinceramente, eu sinto-me revoltado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Só apenas para fazer referência que foi o Governo PS que destinou um fundo para todas as Autarquias, destinado aos animais de companhia. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Seja como for, sai do nosso bolso, resumindo. Mas mantem a discordância, senhor Deputado? Pronto, muito bem. Então, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Deputado Marco Loureiro, as bolsas de estudantes. O documento, que é um Regulamento, esteve em discussão pública a partir de junho deste ano. Portanto, todos os pareceres e opiniões podiam ser plasmadas nesse período e, através de via digital, fazer chegar ao Presidente de Câmara. É assim que está referido na proposta de Regulamento. Mas dizer que o que está no centro da questão, são as pessoas, não são propriamente as instituições. Ou seja, todo o cidadão maior de 18 anos, que é natural

da Guarda, pode e tem, se preencher os requisitos, direito a uma bolsa se frequentar o ensino do Instituto Politécnico da Guarda ou na Universidade da Beira Interior. Portanto, o foco não é na instituição, mas é no aluno. A condição é que seja da Guarda, e da Guarda ele pode, com essa bolsa, frequentar estes dois estabelecimentos de ensino. Mas pode procurar, pelo país todo, outro estabelecimento de ensino, e o Município aí não atribui bolsa, por enquanto. Se alguma coisa for noutra sentido, ou justificar, nós podemos ponderar. Mas o que está em causa são os guardenses e não é a UBI. É os guardenses que queiram estudar no Instituto Politécnico da Guarda ou na Universidade da Beira Interior, poderão, se preencherem esses requisitos, ter direito a essa bolsa. Relativamente a mais um clube que existe na Guarda, eu ainda desconheço. E reparem, estas questões desportivas, em primeiro lugar, há uma entidade oficial que tutela estas circunstâncias e que é, na Guarda, a Associação de Futebol do Distrito da Guarda. Portanto, eu não tenho nenhum plano de atividades, não tenho nenhuma informação neste momento que esse clube já voltou. Com certeza que as regras são as que estão plasmadas no Regulamento e, se estiver de pleno direito, no uso daquilo que são o respeito pelas normas legais em vigor em termos nacionais e também da Guarda, teremos que dar o mesmo tratamento, sob pena violar aquele artigo que está lá na constituição, salvo erro, o artigo 13º da Constituição que é o princípio da igualdade, e o tratamento deve ser o mesmo numa circunstância ou noutra. Mas, como digo, não somos nós que fazemos essa seleção ou pré-seleção. Quem faz é a Federação e com o órgão que representa na Guarda, que é a Associação de Futebol do distrito da Guarda. Depois, referir, relativamente à questão do Rio Diz. O senhor Deputado Henrique Monteiro tem os elementos que tem, apresentou esta questão, mas quer o Partido Socialista, quer o Deputado Henrique Monteiro questionam o Executivo o que é que fez. Quer dizer, eu pergunto o que é que se fez durante vinte anos? Quer dizer, durante vinte anos sem dois milhões de euros é, de fato, preocupante. Nem o Partido Socialista foi conivente com a situação e todas as governações que vieram a seguir, demonstraram claramente que estava bem. Entrega-se o dinheiro, mas não se tem nada em troca. Ora, o Partido Social Democrata não omitiu, de forma tão grosseira, aquilo que são realidades que põem em causa, de facto, o cumprimento do interesse público. Nesse sentido, o Município da Guarda já o disse. Mas, às vezes, as palavras, com o povo diz, leva-as o vento. Mas nós temos que ser consentâneos com aquilo que é dito aqui. E reparem, nesta matéria específica, o Município da Guarda avançou, instaurou um processo de arresto, providência cautelar, para salvaguardar esses 2 milhões de euros. E tem, neste momento, já deferido essa providência cautelar de 2 milhões de euros. Eu, enquanto representante do Município, tenho o dever de acautelar e zelar pelos interesses no exercício das competências e atribuições que nos estão conferidas. Mas tenho a dizer que naquela sala de audiência, onde eu estive no processo judicial de arresto, estava também uma figura que é o Ministério Público. E essa figura do Ministério Público não está lá por acaso, foi requerida pelo Juiz e está para zelar pelo interesse público. Portanto, a pergunta é esta. O que é que o Ministério Público que estava naquela sala irá fazer? Já não é um problema, respondendo ao senhor Deputado Henrique Monteiro, à justiça o que é da justiça, à política o que é da política. Eu limitei-me a defender aquilo que considerava legítimo e que, em vinte anos, vários responsáveis políticos que passaram por esta casa, apenas este Presidente o assumiu de uma forma frontal. Não só pelo facto de interpelar esta empresa para pagar, para, se assim não quiser, cumprir

o contrato, devolver o dinheiro ao Município. Não quis. E nós seguimos os meios legais ao nosso alcance. E aí vamos perguntar, o Ministério Público não estava lá por acaso, foi requerida a sua presença no processo, e com certeza que olhará para o cumprimento ou não cumprimento. Não sou eu que vou avaliar isso. Sou político, tenho que defender os interesses da Guarda, fiz a minha parte. Outros que façam a parte que lhe corresponde. Relativamente à Deputada Paulisa. Claro, este discurso pobre, até de um certo desvirtuamento, porque «faz bem, independentemente de saberes a quem», mas parece que para o Partido Socialista não é assim. Os míseros 20 mil euros, por acaso duplicámos para os 40, mas continua a ser irrisório. Umas migalhas. Senhora Deputada, em política não vale tudo. Naquilo que é a gestão pública, nós temos um mandato de exercer a causa pública como entendemos que é mais conveniente e, nesta matéria, sejam 20 ou 40 mil euros, é muito dinheiro e é bom que sejam aproveitados pela instituição. Se me disser que podemos ir mais além, faça o desafio. Agora, ser redutora e chegar ao ponto até de tornar miserabilista aquilo que tem sido um trabalho... porque não me recordo de o Partido Socialista, quando foi Executivo, ter dado dinheiro ao Instituto Politécnico. Até porque não o tinha. Mas deu 2 milhões de euros para uma empresa privada, que hoje ainda não sabemos afinal para que é que deu esses dois milhões de euros. Mas o Partido Socialista considera, efetivamente, 40 mil euros, quando, em 2013, nem sequer dívidas de mil, 2 mil e 3 mil consegui pagar à nossa economia local. E, hoje, já fala aqui com esta certeza, com esta convicção que 40 mil euros, para o Instituto Politécnico da Guarda, são migalhas e, portanto, era melhor para não dar nada para esse efeito. Depois, falar sobre aquilo que é o apoio que o Município está a desenvolver em termos de alojamento para o Instituto Politécnico da Guarda, também lhe quero dizer o seguinte. Gostava de lhe fazer esta pergunta. Quantos exemplos é que a Fundiestamo resolveu e atribuiu alojamento a qualquer estabelecimento? Adquiriu, recuperou e atribuiu aos estabelecimentos de ensino superior, em Portugal, alguma cama a algum aluno? Gostava que me desse um exemplo. Mas o Município da Guarda porque trabalha, faz o trabalho formiguinha, e já o disse o Pedro Nobre e bem, que nós, desde a primeira hora, não fosse esta inusitada pandemia... quem é que sabia que íamos ter uma pandemia? Quem sabia que o Centro Apostólico iria ser o albergue, que seria uma resposta de retaguarda para situações de Covid? Não, o objetivo, se assumimos o compromisso de ficar com este edifício, foi exatamente com esse objetivo. Infelizmente, e digo-o claramente como todos percebem, não é possível atribuir, aos alunos, esta residência. Mas nós não ficámos com os braços cruzados, senhora Deputada. Olhe, esta semana mesmo, não lhe vou dizer o dia, temos uma reunião com o Secretário de Estado, eu e o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda. Sabe porquê? Porque o Município da Guarda, já tem, há mais de quatro, cinco meses a posse da Pousada da Juventude. E tem para dar resposta também àquilo que são necessidades dos Bombeiros, da Proteção Civil e outras necessidades que possam surgir. E é por isso que, esta semana mesmo, vamos ter uma reunião de trabalho, eu, o Presidente do Instituto Politécnico da Guarda e o Secretário de Estado do Ensino Superior, exatamente para... porque está na posse do Município. O Município agora pode fazer aquilo que achar mais conveniente, e com certeza que estamos a trabalhar com o Presidente do Instituto para devolver aquele espaço, com algumas obras, para aposta e resposta à necessidade que existe a este nível. Mas o importante é perguntar, porque é que o Partido Socialista não questiona o Governo Socialista? Que

consegue, com a antecedência devida... porque todos vimos o anúncio de quatro mil e quinhentos alojamentos. Foi acordos com hotéis, acordos com pousadas, acordos com alojamento local e porque é que a Guarda não foi contactada? Não me digam que foi feita em cima da hora porque não foi. Não se estabelecem acordos e se assinam com entidades diversas para quatro mil e quinhentas camas e na Guarda não há nenhuma entidade privada, nenhum hotel, nenhuma pousada e nenhum alojamento local que tenha sido interpelado para entrar neste programa das quatro mil e quinhentas camas. Portanto, está na hora de perguntar também ao Governo Português porque é que trata uns de uma forma e trata o Município da Guarda de outra. Mas o Partido Socialista tem que daí retirar as devidas ilações. Por isso, quando fala do apoio da Câmara, este é um apoio que nós estamos a tratar para resolver este problema. E com certeza que não vamos à Fundiestamo para requalificar os imóveis. Estamos a trabalhar com o IFRRU, senhora Deputada. O IFRRU é uma entidade que nos empresta dinheiro, através de três instituições bancárias que estão protocoladas nos termos da Lei, e nós estamos precisamente a fazer candidatura com essas três entidades bancárias a fim de obter apoios financeiros para recuperar, na senda do que já está a ser feito, designadamente na Rua dos Cavaleiros, já estão e vamos ver o destino que lhe vamos dar, de requalificar também algumas das casas que poderão ser efetivamente para esse complemento de alojamento para estudantes. Mas também a iniciativa privada tem aqui alguma resposta que pode dar neste âmbito e aí o desafio no âmbito desta matéria. Nacional 18, requalificação insuficiente. Nós sabemos. Recentemente, tive aqui uma reunião com a Presidente de Junta da Vela que me reiterou exatamente a abertura de fendas e fissuras. Eu já dei conta, e foi há menos de uma semana, dei conta dessa situação. Já mandei avaliar o que é que nós poderemos já também dar resposta, para salvaguardar o mínimo de bem-estar naquilo que é a circulação nesta via. Obras da rua do TMG, pergunta o senhor Deputado Matias Coelho, e a rotunda dos F's. Nós nunca prometemos nada. O Partido Social Democrata, ao longo destes sete anos, tem essa diferença e transformou de facto a forma de fazer política em relação àquilo que vinha de trás. Nós afirmamos, os processos são longos. Mas na rua do TMG, que nós queremos abrir, tem projeto. Mas, infelizmente, temos uma casa sem telhado, que pensávamos que era da GNR, uma casa sem telhado que é do Arquivo Nacional Português, que está dependente da tal Torre do Tombo e do Diretor-Geral do Património também. Estamos relacionados com estas duas entidades, o Arquivo, porque aquele espaço vem do Arquivo Distrital, está sob a tutela da Direção-Geral de Arquivo, mas também temos um edifício que depende da Direção-Geral do Património. E eu, quando estava a resolver com o arquivo, julgava que ali tinha já uma resposta. Afinal remeteu-me também para um parecer que tem que ser emitido pela Direção-Geral do Património. E estamos a tratar de ver como é que nós podemos ter a posse. Já temos a avaliação de todas as casas que é preciso demolir para abrir essa rua, mas como depende de várias entidades, e distintas, obriga-nos aqui a um esforço a triplicar. Ou seja, Direção Geral do Arquivo, Direção-Geral do Património e depois aquilo é um espaço da Administração Interna porque está lá a GNR, o Comando Territorial da GNR e também com eles temos que estar articulados. E, portanto, primeiro é tentar obter, mesmo pagando a justa indemnização, aquela área que se vai expropriar, entre aspas, e que tem que retornar para o Município, pagando o Município uma parte a estas entidades, e depois poder, já com o projeto que temos feito,... que eu posso mostrar se visitarem a Câmara ou quando acharem oportuno, eu posso mostrar

o projeto já elaborado da rua de ligação do Jardim José de Lemos à Nuno Montemor. Na rotunda dos F's também é essa questão. Já ouvi aqui hoje comentários, mas relativamente a isto temos já o projeto feito. O projeto está feito, podia apresentá-lo amanhã. Mas de que é que vale estarmos a apresentar projetos se temos aqui ainda um ciclo intenso de pareceres que temos que cumprir? Desde logo, estamos a falar do relatório ambiental de âmbito. Este relatório tem que ser aprovado por cinco entidades. Aprovando as entidades o relatório, porque podem fazer sugestões ou podem até dizer que não estão de acordo, mas acreditando pela positiva que concordam, este relatório ambiental tem que ser junto ao plano de urbanização. O plano de urbanização, com este relatório ambiental, vai ter que ser submetido novamente à apreciação dessas cinco entidades, a Reserva Agrícola Ecológica, APA, ICNF e falta-me uma que agora não me recorda o nome. E, então, se estas entidades concordarem então com o plano de urbanização, vai à Câmara Municipal da Guarda. Na Câmara Municipal da Guarda vai ser deliberado a aprovação ou não, à partida será deliberada essa aprovação, até porque é uma promessa que já temos há algum tempo, e vai para trinta dias para discussão pública. Depois desses trinta dias de discussão pública, será remetido para esta Assembleia Municipal para aprovar. Depois da aprovação desta Assembleia Municipal vai para Publicação no Diário da República. Portanto, na pergunta concreta que me fez, eu digo, logo que tenha, fica aqui para todos ouvirem, logo que esteja aprovado pela Assembleia Municipal, decorrido todo este processo e publicado no Diário da República, o Município da Guarda lançará, repito, lançará a obra e a execução desta obra. Espero que seja antes do final deste mandado. Portanto, fica já claro, para memória futura, que é assim que nós assumimos e cumprimos mais uma das nossas promessas. A via ciclável, temos o projeto. O projeto teve que sofrer algumas alterações nalguma das partes, não na parte de Bombeiros e Parque Industrial, mas na parte anterior ali junto à VICEG e na transição do Rio Diz para a zona da Estação. O valor é de 1,3 milhões de euros e já está aprovado. Está a obra a ser concursada e, quem ganhar, depois, no âmbito destes valores e daquilo que é o projeto que vai efetivamente até ao Quartel dos Bombeiros, nós iremos dar cumprimento ao lançamento da obra, porque temos, esta sim, um fundo comunitário de 1,3 milhões para investir nesta obra. Os Passadiços não estão parados. Os Passadiços, aquilo que me foi transmitido, não sei se concretamente na situação que viu, é fácil... o empreiteiro, o que nos referiu, é que estão a executar agora zonas de colocação de Passadiços mais em curva, onde é mais difícil a execução do projeto. As zonas mais difíceis de projeto estão agora a ser executados. Porque, quando for a direito, aquilo que me transmitiram, portanto, quando for a construção só do passadiço numa linha linear, nós teremos a obra com mais evidência e um desenvolvimento muito maior. Neste momento a obra não é tão notória nalguns pontos, não é evidente a execução exatamente porque os empreiteiros optaram por fazer as partes mais difíceis e depois conseguem chegar às partes, aparentemente e tecnicamente, que serão mais fáceis de executar. Relativamente também àquilo que são projetos dinamizadores da ação do Município e do Executivo da Guarda, com certeza que o espaço empresa mereceu a visita do senhor Secretário de Estado, que reconheceu efetivamente a importância, e nós próprios percebemos, as nossas empresas, do contacto efetivo que tiveram com o espaço empresa, onde viram ali uma mão amiga que os ajudou a dar resposta a alguns dos problemas no âmbito da pandemia e, portanto, em boa hora essa questão foi aqui trazida pelo senhor Deputado Prata, Luís Prata. O turismo, também

tivemos, no fim de semana passado, esta possibilidade de evidenciar o Dia Internacional do Turismo com a certificação de quatro rotas turísticas, em que o tema, também neste Dia Internacional de Turismo, é o desenvolvimento rural. O turismo associa-se assim a essa dinâmica de aposta turística no interior e estas quatro rodas vêm também ao encontro daquilo que é uma estratégia do Turismo Internacional. E o Município da Guarda, dentro daquilo que é esta projeção, procuramos também encarrear a nossa, permitam-me o termo, a nossa estratégia, no âmbito turismo, naquilo que são também as linhas mestras e de orientação do Turismo Internacional. Os animais de companhia é uma preocupação, hoje, na nossa sociedade, maior do que aquela que, se calhar, existia há uns anos atrás. O próprio Governo disponibiliza linhas de crédito com financiamentos deste tipo de prestação de cuidados de saúde para os animais. O Município da Guarda apenas articulou isto porque a nossa capacidade de resposta, no canil, não é suficiente. A inter-relação com as quatro clínicas, mas também no âmbito de duas associações de apoio aos animais, também com elas iremos celebrar, na próxima semana, protocolos de colaboração no sentido de dar mais qualidade de vida, como foi dito aqui pelo Deputado Miguel Bandarra, ao nível da esterilização, da recolha e da devolução dos animais devidamente acompanhados, tratados por técnicos especializados. Por fim, o subsídio. Nós entendemos que este subsídio, embora seja criticável, como disse o Deputado Matias, para nós não. Aliás, estamos alinhados com a política nacional do seu Governo e, portanto, aqui, quem não está alinhado é de facto o senhor Deputado e é isso que tem que rever naquilo que são os seus princípios de orientação, ideológicos, no Partido que comunga. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Faz favor, senhor Deputado. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Senhora Presidente, fiquei sem resposta relativamente a duas perguntas. A primeira era se... percebi que me disse que não conhecia esse novo clube, que não é novo, já é um clube que existe e do qual, acho eu, o Presidente sabe bem. Desportiva da Guarda. Eu gostava de saber se a Câmara está a patrocinar alguma equipa de futsal no Paquistão, ou se, em termos de solidariedade, cedeu as camisolas da Desportiva a uma equipa de futsal no Paquistão. Acho que é interessante percebermos essa situação. A outra era, como há pouco fiz questão de perguntar e é óbvio que tem todo o direito em não me querer responder, mas eu forço mais um bocadinho. Anteriormente aos últimos sete meses atrás, se esta Câmara era ou não era gerida pelo Partido Social Democrata? Era ou não era gerida pelo Partido Social democrata?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente tem dois minutos, se pretender responder. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Penso que não há dúvidas que o Município nunca poderia patrocinar um clube que não pratica e não tem atividade desportiva dentro do seu concelho. É óbvio. Portanto, se utiliza a marca do Clube que tem, se desenvolve investimento numa marca com equipamentos e que fazem referência à Guarda, é da responsabilidade e sempre foi dos próprios clubes, como aqueles que aqui desenvolvem a sua atividade desportiva. Ora, este que não faz nada, absolutamente nada no âmbito daquilo que é prática desportiva concelhia, o Município

da Guarda nunca poderia, isso nem faz qualquer sentido, colocar a questão de que o Município da Guarda estaria a pagar para, através de logotipos ou de marcas ou de equipamentos, um clube que está no Paquistão a desenvolver a atividade desportiva. Quer dizer, isso não tem cabimento absolutamente nenhum. Não poderia nunca ser assim, nem nós compreenderíamos tal circunstância. A pergunta... como? Sim, podem ter. Então, têm as marcas deles, utilizam o nome Guarda. Estiveram cá, é verdade, há um ano atrás estiveram cá. Utilizam o nome da Guarda, só se eu proibir. Querem que eu proíba que não usem o nome da Guarda? Agora, o Município da Guarda não apoia, não paga, não tem qualquer custo, não tem qualquer patrocínio, não tem qualquer colaboração com esse clube fora do concelho da Guarda e já não tem contato com esse clube desde que o mesmo deixou de exercer atividade desportiva federada no nosso concelho. Portanto, penso respondi claramente e cabalmente à questão... a Guarda é um nome universal, cada um faz o uso que entender dela, espero que legítimo. Mas se fizer alguma coisa ilícita e o nome do órgão lá estiver, cidade, nós poderemos agir pelos meios legais ao nosso alcance. Agora, não estou a ver nenhuma circunstância que leve a pensar algo próximo, não é o que o senhor diz, algo próximo do que refere. E bem, e bem, e bem. Qual é o problema? No Paquistão ou em qualquer outra parte do mundo. Ainda bem. Agora, o Município da Guarda não tem qualquer relação, quer institucional, quer pessoal, quer financeira, com esse clube. Quanto ao resto, o Executivo da Guarda está bem ciente daquilo que é o mandato que o povo lhe conferiu. Tenho dito várias vezes que nós somos os fiéis interpretes da vontade do povo da Guarda e daqueles que nos elegeram e é assim que cumprimos, até ao fim, aquilo que foi o mandato que nos foi confiado. Eu sou hoje Presidente de um Executivo que me acompanha e, do Executivo que me acompanha, orgulha-me muito continuar a defender o projeto que foi aprovado, que foi sindicado, que foi eleito em 2017.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Presidente. Passávamos, então, ao seguinte ponto da Ordem de trabalhos.” -----

Ponto 2.2 - Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Espaços do Domínio Público Municipal para Instalação e Exploração de Suportes e Placas de Sinalética Direcional Publicitária.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este concurso público de concessão do direito de exploração de espaços do domínio público municipal, para instalação e exploração do suporte e placas de sinalética direcional publicitária, é uma competência da Câmara. Sabemos que, em tempos, esta competência esteve transferida para APGUR, foi desenvolvido esse processo... a APGUR e também a Associação Comercial. A Associação Comercial, sabemos hoje a situação jurídica que possui. Havia, de facto, a instalação física de posteletes, mas não poderia ser de explorado porque nós não estávamos a concessionar e não havia requerimentos pedidos, por parte da Associação Comercial, para desenvolver esta exploração do suporte e placas de sinalética, quer de âmbito

publicitário, quer direcionais. Entendemos que devíamos chamar a nós o processo e assim fizemos e colocamos em concurso público, a fim de permitir que os privados possam dar resposta a estas necessidades que são da nossa cidade, que é uma melhor sinalização direcional, desde logo identificar os locais principais através deste mecanismo, ao mesmo tempo que deve haver uma ligação e uma parceria muito estreita com toda a atividade comercial. Mas não será feita por nós, será feita pela entidade que melhores condições apresentar, sendo que o caderno de encargos define as normas e os princípios que têm que ser cumpridos pela entidade que vier a ganhar este concurso, mediante uma contrapartida de anual de 25 mil euros. É isso que está em causa. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende... senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, nós consideramos que o concurso público está muito bem detalhado, pelo que é difícil descortinar já onde pode eventualmente falhar, obrigando a Câmara e a Assembleia Municipal a cuidados redobrados na avaliação do resultado desta concessão. Tememos que se crie um monopólio na publicidade que venha afetar o livre exercício da propaganda política. Consideramos que devemos, primeiramente, preocuparmo-nos com as paragens de autocarro, a fixação de horários, limpeza e manutenção dos abrigos. Queremos, por isso, um esclarecimento, pois não desejamos a criação de qualquer monopólio publicitário do espaço urbano. E disse.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Uma coisa muito rápida. Aqui, no artigo 8º da proposta, acho que deveria ficar aqui a declaração de não dívida, da empresa, clara na proposta. Porque corremos o risco de estar a adjudicar isto...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa, mas...” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Declaração de não dívida. É obrigatória e acho que não está aqui nos documentos que constituem a proposta. Não está cá isso. Não sei se é obrigatório ou não. Deveria ser. Declaração de não dívida, porque podemos correr o risco de não exigirmos isso e depois ter uma empresa que ganha as coisas, como já aconteceu noutros locais, e depois a empresa não tem capacidade e depois não... Eu, de leis não percebo muito, mas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu gostava só que me fosse esclarecido, posso ser eu que esteja errado. Vamos discutir esta proposta, mas as placas já estão colocadas. As placas já estão há muito tempo colocadas. Ora bem, mas quem é que colocou as placas? Em que modelo, sob que concurso público de concessão é que as placas foram aparecer nestes mesmos sítios? Muito bem. Isso acho que é importante percebermos. E também seria importante perceber... aqui diz, nomeadamente a parte das placas com fim publicitário, tudo bem. Já as vi todas e são muitas, muito bem. Desde que sejam

rentáveis, é bom. Agora, as placas institucionais ainda não vi nenhuma. Não vi nenhuma. Estão todas sujas as que estão, velhas, estão a precisar de uma renovação total. Essas ainda não vi. Essas seria importante também começarem a ser provavelmente colocadas, independentemente de ter ou não ter este regulamento, acho que a Câmara tem esse poder para as compor ou, pelo menos, para as limpar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Não? Senhor Presidente, faz favor de responder.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado. Relativamente aqui à questão do Deputado Carlos Breia, só dizer que o artigo 19º, «Documentos de Habilitação: a) declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal, b) Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos devidos em Portugal...» e por aí fora. Pronto, são questões muito específicas, eu também não... Acontece que, quando os bens fizeram parte da massa insolvente da Associação Comercial, os postaletes, houve uma empresa que se deslocou ao Tribunal, identificou o liquidatário judicial e falou com ele e houve como que um negócio com essa empresa. Ora, acontece que o prazo também já tinha terminado e nós decidimos chamar essa empresa, falar também com o liquidatário e dizer que aquilo avocámos a nós o direito de exploração destas placas, nos termos da lei que nos assiste. E, aliás, o contrato que eventualmente podia estar subjacente a um negócio, a um acordo entre o liquidatário judicial e essa própria empresa, não existe porque já havia caducado no tempo. Por essa via nós chamámos à atenção. Houve algum investimento feito, como o Deputado Marco Loureiro referiu, não nosso, mas dessa empresa. Nós avocámos a nós a competência e é no âmbito dessa competência que nós vamos iniciar este concurso público. Portanto, para nós não existe ninguém a dominar, ou a tutelar, ou responsável pela gestão de qualquer placa na Guarda a não ser a Câmara Municipal da Guarda. Agora, sabemos que aconteceu uma situação que encaixa, de alguma forma, naquilo que referiu. Mas nós estamos a falar numa situação nova e todas as placas não são nossas, aquele equipamento não é nosso, mas o local onde são instalados e o direito de conceder a exploração das placas direcionais, e aí temos as direções para os locais identificados. Vamos trabalhar essa matéria no âmbito deste concurso, como vamos também trabalhar, e aqui está definido no âmbito e conteúdo deste concurso, a parte da exploração das placas publicitárias. Tem esta dupla função este concurso, requalificar, atualizar e homogeneizar as placas urbanas com estas duas vertentes e é assim que nós lançámos o procedimento. E fazemo-lo tudo na posse da Câmara, que será cedido logo que este concurso chegue ao fim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos pôr, então, à votação este ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Concurso Público para Concessão do Direito de Exploração de Espaços do Domínio Público Municipal para Instalação e Exploração de Suportes e Placas de Sinalética Direcional Publicitária.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor, três abstenção e um voto contra. -----

Ponto 2.3 - Conhecimento do Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz - 1ª correção material. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer... Faz favor” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Relativamente a este Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz, nós não fizemos nenhum plano, já existia. Só que detetámos a necessidade de fazer alguns acertos, como a própria proposta o refere, ao nível da cartografia, determinadas por incorreções de cadastro, de transposição de escala. São questões técnicas de erros, que poderia dizer técnico-materiais, e que corrigimos. Também algumas omissões patentes e manifestas, na representação da cartografia ou no regulamento, correções do regulamento ou das plantas determinadas por incongruência destas peças entre si e lapsos gramaticais, ortográficos, cálculo de natureza análoga e, ainda, correção de erros materiais provenientes de divergências entre o ato original e o ato efetivamente publicado na 1ª Série do Diário da República. São questões que foram sendo detetadas ao longo do tempo e entendemos juntá-las todas e hoje proceder a esta correção, nos termos que aqui está proposto. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, perdoe-me a maldade. Mas eu tenho que perguntar ao senhor Presidente aquilo que ficou para trás. Só duas coisas, quando tiver tempo. Responder-me como é que está, se há alguma coisa prevista para o troço da rua dos caminhos de ferro para a Sequeira, alguma coisa para essa pavimentação aí. E em relação a uma coisa que ficou no ar e acho que é importante esclarecer-se, se puder, se tiver dados neste momento uma vez que não foi entregue previamente, explicar porque é que houve um aumento de 28% para 40% de água não faturada com a passagem dos SMAS para a Câmara Municipal da Guarda 2007/2018. Quando tiver tempo. Muito obrigado e peço desculpa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Como se trata de correção de um erro de medição, nada temos a objetar, pois esperamos que, nesta correção, não surjam subterfúgios em que os interesses públicos sejam postos em causa. Tal como verificamos no caso do Hospital privado a construir no espaço Municipal, por culpa de uma gestão distraída dos registos da conservatória dos terrenos da Polis. Pretendemos ainda saber se não há necessidade de futuras expropriações para o Parque Urbano do Rio Diz. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “O troço da Sequeira, nós temos previsto fazer requalificação de vias na cidade. Estamos num processo de conclusão desse processo. Eu não sei se aqui estamos a falar, como é uma zona da Sequeira, o

terminal rodoferroviário, temos um investimento para aquela zona que eu não sei se abrange esta situação. Mas também, pelo estado que o senhor Deputado referiu que esta via possui, eu vou mandar analisar e, se for o caso, a gente também manda reparar. Porque será o caso mesmo, mandaremos reparar essa via. Mas tomei nota e vou ver o que se passa. Senhor Deputado, estivemos a ver aqui um quadro de 2018 e estamos em 2020. Eu não sei o que foi feito em 2019, também é uma questão. Quer dizer, o senhor Deputado coloca aqui que em 2018 há um aumento das perdas. As perdas têm dois fatores. Ou a canalização está, subterrânea e urbana, está muito destruída e há perda, ou também há o foco de aproveitamento desta água sem passar pelo contador. Nós temos feito um trabalho, também nessa matéria, de controlo mais efetivo. Mas certo é que também estamos a falar de avaliação de dados de 2018, 17 e 18. Está correto, mas o que é que se fez em 2019? Não sei. O senhor Deputado também não. Vamos supor, estar a responder e se já foi corrigido? Pode não ter sido também, porque eu não tenho os elementos. E 2020? Já melhorámos? Não melhorámos? São dois anos de distância em relação aos dados que aqui colocou... não, mas isso é medido... mas está medido. Antigamente não havia contador e havia espaços públicos que eram da Câmara, sobre a sua tutela, e havia a utilização de água que era usada sem ser medida. Neste momento, praticamente, eu diria 99% dos locais, as águas consumidas, mesmo no âmbito do interesse público, são medidas e estão contabilizadas nas nossas contas. Só um estudo mais aprofundado e mais atualizado nos poderá dizer se ainda verificamos esta realidade, fruto daquilo que refere que é uma conexão entre a instituição do SMAS. O antes com o SMAS e o pós SMAS. Mas é certo que já passaram dois anos e eu também não posso responder em termos rigorosos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Passávamos, então, agora ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.” -----

Ponto 2.4 - Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro - 1º Semestre de 2020. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, senhora Presidente. Muito obrigado. Todos sabemos o que foi este processo de saneamento financeiro do Município da Guarda, não vamos aqui referi-lo. Mas o relatório de acompanhamento é obrigatório, é anual. Todos os anos temos que prosseguir com regras que nós definimos como compromisso, naquilo que foi o saneamento financeiro da Câmara da Guarda. Mandaremos para o Tribunal de Contas, ele conhece esta realidade. Logo na página cinco, foram contratados, em 2016, 10.8 milhões. Nós só utilizamos 8.2. Ou seja, nesta perspetiva, nós já não precisávamos daqueles 2 milhões, pelo menos, a título de empréstimo de saneamento. E, no período que mediou entre o pedido e aquilo que foi a entrega do dinheiro, nós só usámos 8 milhões. Ou seja, a redução da dívida começou logo aí. Quando contratámos pensávamos que precisávamos dos 10, e, passado um ano, vimos que bastavam 8.2. Amortizámos, até à data, 2.5 milhões. O capital em dívida, daqueles 8,2 milhões, é hoje, a 30/06, porque este relatório é visto sempre em termos

semestrais, o valor em dívida é hoje, a este título, de 5.6 milhões de euros, valor arredondado. Depois, temos o quadro de funcionamento, vários quadros. O dos combustíveis, das comunicações, encargos, instalações. Os combustíveis e as comunicações têm tido algum aumento. Mas também, noutras áreas, tem havido redução, como é plausível nos quadros e nos gráficos que estão aqui juntos. Também muita da despesa não foi feita, fruto da realidade que estamos a atravessar. Mas, de uma forma geral, mesmo o compromisso também da redução do número de trabalhadores, também a diminuição das horas extraordinárias é evidente. Tivemos também uma diminuição dos impostos indiretos e das taxas, como também resulta do mesmo quadro. E, portanto, no âmbito geral, daquilo que foram os compromissos, temos cumprido escrupulosamente, e quando digo cumprido escrupulosamente, é dizer que o Município da Guarda está numa situação de estabilidade financeira. Ou seja, o saneamento visa promover a estabilidade financeira do nosso Município e essa é a conclusão que nós retiramos depois de analisarmos todo este quadro e este relatório. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, alguém pretende falar? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Parecem de aceitar as conclusões, dadas as condições objetivas geradas pela pandemia, que torna inesperada qualquer evolução. Mas devemos-nos precaver contra qualquer evolução desfavorável. Devemos ter, por isso, em conta, o relatório que a seguir analisamos, que é o ponto 2.5, para perguntar de que modo foram sentidas nas receitas e despesas os efeitos da pandemia na atividade Municipal, de modo ficar claro o que mudou e como. De facto, vemos uns gráficos. Não vemos números que nos permitam ver os seus efeitos, para que pudéssemos fazer uma apreciação financeira e económica mais fina. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado. Nós analisámos o relatório de acompanhamento. É um documento sintético e, por isso, gostávamos que nos comentassem, ainda há aqui algumas questões a que o relatório não dá resposta. E que são, essencialmente, por exemplo, nas despesas com comunicação há um aumento de 80% no último ano. Portanto, não obstante a redução dos encargos, por exemplo, com instalações, que mais que compensam, isso nós percebemos, mas, em concreto, na rubrica de comunicações, o que é que aconteceu de tão relevante para um aumento deste valor? Depois, um aumento quase idêntico aconteceu nas transferências de capital. Também gostávamos que o senhor Presidente nos falasse um pouco mais acerca disto. Relativamente ao eixo do incremento da receita, um dos três eixos em que se desenvolveu o plano de saneamento financeiro, também aqui todos os dados neste relatório apontam para uma diminuição da receita. Portanto, não sei se isto é uma tendência temporária agora do primeiro semestre, ou se vai continuar também no segundo semestre. Por fim, relativamente à execução orçamental, embora naturalmente reconheçamos que a integração dos SMAS e das empresas Municipais que ocorreu possam ter um impacto na execução, face ao previsto nos orçamentos de despesa e receita que foram apresentados aquando do plano de saneamento financeiro

de 2014, o mesmo já não se poderá dizer da execução das grandes opções do plano, que nos parece que tem aqui alguns atrasos na execução face àquilo que era previsível. Também gostaríamos que o senhor Presidente nos desse a sua visão sobre esta questão. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor de responder.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Nesta matéria, a crise tem efetivamente aqui o seu contributo para este aumento das transferências de capital. Tivemos aqui uma resposta fora do normal, tivemos que transferir diversas verbas para entidades terceiras, fora do que era habitual em 2020. Aliás, a própria execução há ações, por exemplo, não fizemos a Feira Farta, não fizemos a Feira Ibérica de Turismo, e isto tem que ter corresponsabilidade naquilo que é o orçamento. Se o orçamento se prevê executar «x» dinheiro para «x» eventos, se esses eventos não são realizados, com certeza que a execução orçamental baixa. E, fundamentalmente, sem entrar noutras questões, esta é uma questão que viciou, entre aspas, ou deteriorou alguns dos índices financeiros que, como é habitual, estão mais equilibrados, há investimento e há um gasto muito maior. Vejam que as despesas também diminuíram, de uma forma geral. E isso acontece, efetivamente, porque tivemos que afetar recursos a situações que foram imprevisíveis e que nos anos anteriores não aconteceram. Nós temos, de uma forma global, com a pandemia, um gasto entre o 1 milhão e meio a 2 milhões de euros a mais daquilo que era habitual fazer-se. E, por isso, esse dinheiro de 1,5 a 2 milhões de euros tem que ter aqui efeito na variação que constatamos neste documento, e designadamente também na execução orçamental. Tínhamos previsto umas coisas, não as fizemos, e tivemos que fazer a afetação de dinheiro a outras áreas que, normalmente, não precisavam dessa afetação. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Muito obrigada, senhor Presidente. Só apenas para clarificar, senhor Presidente, este é um ponto que vem apenas para conhecimento da Assembleia, não é para ser votado.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “É certo, sim.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, passamos ao ponto seguinte.” -----

Ponto 2.5 - Conhecimento do Relatório Semestral sobre a Situação Económica e Financeira do Município. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pretende falar, senhor Presidente?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim. Obrigado, senhora Presidente. Relativamente aqui ao relatório da situação económica e financeira do semestre, como sabemos, desde 1 de janeiro de 2020, o Município da Guarda e todos os Municípios, as Freguesias, estão sujeitas a um novo sistema de contabilidade pública, SNC-AP, que estabelece regras diferentes para aquilo que já eram índices e referências financeiras a que nós estávamos habituados, e, agora, há, de facto, aqui conceitos novos. Mas, ainda

assim, um resumo que eu tenho aqui para vos transmitir. O balanço a 30/06/2020, e reparem, quer o relatório do saneamento, quer aqui este relatório da situação económica e financeira, é referente até junho deste ano. Nós já estamos no final de setembro e, portanto, já não é a situação real. É a situação a 30/06/2020. O ativo, a 30/06/2020, totaliza 203 milhões de euros, tendo sofrido um decréscimo, relativamente ao período homólogo, que foi de 1.8. O total do património líquido apresenta um acréscimo de 881 mil euros face a junho de 2019, que passou de 151.898 para 152.279. Há aqui um acréscimo do património líquido que o Município apresenta. O valor do passivo, a 30/09/2009, era de 53 milhões de euros, sendo, à data do presente relatório, de 50.4 milhões de euros, tendo diminuído, portanto, 1.8 milhões de euros. A demonstração de resultados, antes da apreciação dos gastos de financiamento impostos, que é agora um novo critério também que é o EBITDA, apresenta-se positivo no valor de 3.5 milhões, tendo aumentado 108 mil euros, face ao seu período homólogo. O resultado operacional, também nesta data, situa-se em 165 mil euros negativos, o que representa, ainda assim, uma variação de 57 mil euros, face ao ano de 2019. Continua a ser negativo, mas há uma variação no sentido de diminuir este resultado operacional que era maior no ano anterior. Houve uma diminuição do resultado negativo em 57 mil euros. O resultado líquido, a 30/06, apresenta o valor de menos 239 mil euros que, face ao seu período homólogo, aumentou positivamente em 89 mil euros. A execução orçamental na receita é de 40,4%. O grau de execução na despesa de 26,7%, está ligeiramente inferior àqueles valores de execução do período homólogo. E temos, portanto, relativamente ao endividamento, em 30/06/2020, a dívida a terceiros do Município da Guarda 17.7 milhões—É isto que nós devemos, ainda assim, há uma diminuição de cerca de 1 milhão e tal, em relação ao período homólogo do ano anterior e ainda vamos amortizar, até ao final do ano, mais um milhão de euros. Ou seja, no final deste ano, estes 17.7 milhões, serão de 16.7 milhões. A margem de endividamento, face ao limite para 202, é de 36.5 milhões de euros. Ou seja, temos margem para, designadamente, se quiséssemos contrair empréstimos, haveria uma margem o que quer dizer que é positivo, não temos défice, mas temos margem que pode beneficiar, numa situação de dificuldade, o recurso ao crédito e o Município pode fazê-lo porque preenche, não só essa estabilidade financeira, como tem também aqui uma margem maleável, para contrair empréstimos para ocorrer a qualquer circunstância que o Município necessitasse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém para intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Tal como se conclui, dada a situação de mudança recente de procedimentos contabilísticos em relação aos contratos públicos, aconselha-se prudência na análise da situação económica e financeira. Mas isso não impede que avancemos no detalhe dos seus efeitos e repercussões dos gastos e proveitos da atividade Municipal. De facto, neste relatório falta a quantificação dos efeitos da pandemia na atividade Municipal, bem como o que fez alterar receitas e despesas, especificando em que aspetos, podendo e devendo por isso esta informação ser mais detalhada. A única coisa que nos acalma quanto aos nossos temores, quanto ao excesso de dívida desta nossa Câmara, é o facto de, mesmo considerando a dívida pela água consumida e não paga, esta não ultrapassa os limites legais de endividamento em

relação às receitas normais do Município. Queremos saber ainda quais são as repercussões das transferências de verbas do Orçamento de Estado para o reforço financeiro das competências entregues à Câmara por via da municipalização. Disse.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente ao documento que nos foi apresentado, e da análise efetuada, tecnicamente temos apenas a apontar, como de resto temos vindo sistematicamente a fazer, a distorção que a opção do Executivo, em não reconhecer contabilisticamente a dívida ao Grupo Águas de Portugal, gera na capacidade de endividamento, cujo o valor apresentado de cerca de 36,5 milhões de euros poderá ser reduzida, após correção, até pouco mais de 7,1 milhões de euros. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde a todos. A mim custa-me vir aqui recorrentemente a este palco, ou outro semelhante, a dar as mesmas explicações relativamente às mesmas dúvidas da bancada do Partido Socialista. E meu caro amigo e estimado companheiro Rui Ribeiro, dada a sua formação e o seu percurso profissional brilhante, se calhar há certas questões que, por uma questão de coerência até com a sua própria inteligência, devia abster-se de as fazer. Mas eu entendo que, do ponto de vista da chicana política, da trica política, é bom levantar estas questões, até para apoucar o meritório trabalho que tem sido feito e que tem sido desenvolvido e levado a cabo por este Executivo. A bancada do Partido Socialista quer à viva força que nas contas do Município da Guarda esteja integrada uma dívida que nós não sabemos qual é. Se há algo que está a ser decidido em tribunal e que está provisionado, o significado de provisionado é uma previsão para um possível custo, e está lá plasmado esse valor. Espere pela decisão judicial. Quando tivermos a certeza absoluta, a certeza absoluta daquilo que é a nossa dívida... porque reparem, não é só as Águas do Zêzere e Côa a exigir-nos, a nós, dívida. A Câmara Municipal da Guarda também tem a haver, portanto, meios monetários às Águas do Zêzere e Côa, seja pela utilização de equipamentos municipais, seja por outras vias. Portanto, quando judicialmente se decidir esse encontro de contas e se tiver a certeza absoluta daquela que efetivamente será a dívida do Município às Águas do Zêzere e Coa, aí, tenho a certeza, até porque os princípios contabilísticos, geralmente aceites, assim o obrigam, em inscrever a dívida real naquilo que são as contas. Portanto, para já isso não poderá ser feito. E julgo que não há nenhuma dúvida nessa matéria. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim. Obrigado, senhora Presidente. Aqui, Deputado Pedro, na página 17, a regra do endividamento, a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo as da identidade previstas no artigo 54º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, diz a regra, uma vez e meia a

média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Como se vê no quadro imediatamente abaixo, nós estamos muito abaixo de uma vez e meia - 0,49. Mas depois de aqui o Deputado Ricardo Né já ter também explicado, aqui nesta Assembleia, não sei quantas vezes, esta matéria, nós iremos assumir quando o tribunal decretar. Não sei porque é que nós havíamos de assumir algo que não fomos nós que causámos, não fomos nós que assinámos o contrato, não fomos nós que incumprimos o contrato. E mais, a partir de 2018 o Município da Guarda está a pagar aquilo que foi objeto de um presumido ou presumível acordo com a Secretária de Estado do Ambiente, e nós já estamos a pagar 80% da água desde 2018. Portanto, ao contrário do Partido Socialista, que assinou, comprometeu-se e nunca pagou nada sobre a água, nem o tratamento dos resíduos sólidos, ou da parte que tem a ver com a área dos resíduos sólidos, nesta matéria, nós, hoje, pagamos uma percentagem nos termos do tal acordo que terá ocorrido ali em finais de 2010, 2011. Mas, ainda assim, se fizéssemos a vontade ao Partido Socialista, que não vamos fazer, se fossemos aplicar o limite do endividamento, que é uma vez e meia a receita média líquida cobrada nos últimos três anos, como está no quadro - 0,49, mas diz o relatório que se fosse tido em conta o montante acabado de referir das Águas de Lisboa e Vale do Tejo no cálculo do endividamento, concluir-se-ia que a dívida total do Município da Guarda era de 1.30. Mesmo assim, ainda tínhamos estabilidade financeira porque estamos abaixo de 1.50. Portanto, não questiona nada em termos daquilo que é o valor que está em discussão no tribunal, neste momento arbitral, nós continuaríamos com estabilidade financeira. Só é possível dizer isto porque nestes sete anos fomos tornando irrelevante o peso. Ou pelo menos de uma relevância enorme que tinha nas contas do Município, nestes sete anos deixou de ter essa relevância. E, por isso, em termos de estabilidade financeira, não é pelo facto de existir essa dívida que está em litígio, e, portanto, dívida, tecnicamente falando, só existirá depois de uma sentença transitada em julgado nesta matéria, o que não existe. Mas, em termos de ponderação, e aqui num quatro académico que eu estou aqui a colocar, ainda assim, o Município, por esta via, demonstra bem aquilo que foi uma performance financeira que consegue, ainda com essa dívida que o Partido Socialista assumiu, contratualização, mas não pagou, o Município da Guarda estava em estabilidade financeira. O que é digno de nota e devia ser também merecedor, não de crítica, mas merecedor deste qualitativo positivo que não foi atribuído. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos, agora, ao último ponto da Ordem de Trabalhos.” -----

Ponto 2.6 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende falar ou só responder a alguma questão que seja levantada? Muito bem. Então, alguém pretende... senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu tenho percorrido o país e vejo que as Câmaras têm todas um ritmo de trabalho diferente e a Câmara da Guarda está dentro dessas Câmaras que eu conheço. Neste elencar da atividade municipal, vemos os efeitos da

pandemia e o seu efeito na alteração da atividade municipal e da conseqüente mudança de qualidade e quantidade dos serviços municipais, onde há maior recurso aos meios digitais - já alguém falou aqui no peso dos custos da comunicação - de comunicações, que devemos analisar nas repercussões da atividade municipal. Claro que não é hoje que se vai dizer isto tudo. Vamos conhecendo. Até porque eu tinha atividade fora da política que é ir aos Arquivos Municipais. Não tenho possibilidade de ir ao Arquivo Municipal daqui da Guarda, apenas pedi que me fosse fornecido o regulamento antigo do Matadouro Municipal para acabar um trabalho que eu já tinha feito antes da pandemia. Felizmente eu fiz muita coisa antes da pandemia e agora continuo a fazer indo a um concelho onde é mais fácil de entrar no arquivo e nas bibliotecas. Portanto, o que eu penso é que nós vamos conhecer, nos próximos meses ou nos próximos dias, o que é que a pandemia teve de repercussões na atividade municipal. Claro que estamos todos muito calmos, mas estamos à espera do inesperado e espero que o inesperado não seja muito mau. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este último ponto? Senhor Deputado Marco, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Apenas duas questões, senhor Presidente. Já não é a primeira vez que eu aqui faço essa mesma questão. A todas elas, as vezes que fiz, obtive uma resposta sem uma data específica, dizendo que estava a andar, estava a andar, estava em estaleiro. Para quando é que está pronto o quarteirão associativo e quais serão as associações a terem lá um espaço. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. O cartão associativo, prevemos o seu *terminus*, penso que não haverá dúvidas quanto a isso, antes do dia 27. No dia 27 de novembro serão estas casas inauguradas e, de preferência, logo com a entrega da chave às respetivas associações. Temos diversos pedidos de áreas diferentes. Tem aqui uma componente social relevante e, portanto, dentro daquilo que é o leque das necessidades já demonstradas ao Município, iremos tentar abarcar já uma resposta que seja abrangente. Mas este é o primeiro passo de um condomínio associativo, que terá outro nome, provavelmente vai ter outro nome, para passarmos para uma segunda fase, também para albergar associações que necessitem e tenham dinâmica para terem também este direito em beneficiar de instalações onde do Município investe dinheiro público. É para ter também esse retorno social, que é associações com dinâmica, que façam progredir, no fundo, a Guarda, que cumpram o seu escopo social e, ao mesmo tempo, também dar vida a este centro histórico, é aí o foco desta ação, que nós pretendemos também dinamizar. Se nestes três elementos houver procura, há necessidade de reabilitar casas e dar mais vivacidade ao centro da cidade e centro histórico, com certeza que continuaremos a reabilitar nesta senda. Mas agora queríamos fechar e será fechado, quase de certeza, ou com certeza, no dia 27 de novembro deste ano.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Terminamos assim a sessão. Peço-vos que não se levantem porque temos que pôr à votação as

